

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO ESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

TALITA MAISA SANTANA

“SOU MULHER E QUERO PARTICIPAR!”: Narrativas de mulheres do Conselho Municipal da Condição Feminina e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Toledo-PR (1985-2014).

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

TALITA MAISA SANTANA

“SOU MULHER E QUERO PARTICIPAR!”: Narrativas de mulheres do Conselho Municipal da Condição Feminina e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Toledo-PR (1985-2014).

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação *Stritu Sensu* História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). *Campus* de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, na Linha de Pesquisa Práticas Culturais e Identidades, sob a orientação da Prof. Dr^a. Méri Frotscher Kramer.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Santana, Talita Maisa
S232s “Sou mulher e quero participar!”: narrativas de mulheres do Conselho Municipal da Condição Feminina e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Toledo-PR (1985-2014)/ Talita Maisa Santana. – Marechal Cândido Rondon, 2016.
147 f.

Orientadora: Prof. Dr. Méri Frotscher Kramer

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2016.

1. Mulheres. 2. Mulheres – História – Toledo (PR). 3. Direito das mulheres. I. Kramer, Méri Frotscher. II. Título.

CDD 22.ed. 305.4

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História - mestrado e doutorado

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.



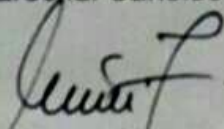
PARANÁ

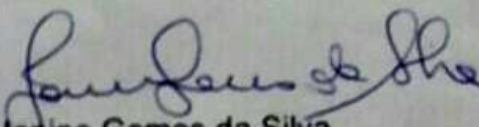
GOVERNO DO ESTADO

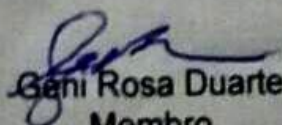
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

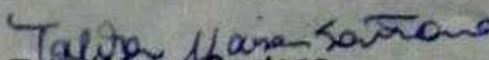
Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2016, às 08h30min, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr.^a Méri Frotscher Kramer (Orientadora) (UNIOESTE), Dr.^a Janine Gomes da Silva (UFSC) e Dr.^a Geni Rosa Duarte (UNIOESTE), para avaliarem o trabalho "*Sou mulher e quero participar!: Narrativas de mulheres do Conselho Municipal da Condição Feminina e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Toledo-PR (1985-2014)*" apresentado pela pós-graduanda **Talita Maisa Santana** para a obtenção do título de "Mestra em História" no Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho aprovado. Nada mais havendo a constar, eu Méri Frotscher Kramer, orientadora do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

Marechal Cândido Rondon, 28 de abril de 2016.


Méri Frotscher Kramer
Orientadora


Janine Gomes da Silva
Membro


Geni Rosa Duarte
Membro


Talita Maisa Santana
pós-graduanda



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
– MESTRADO E DOUTORADO - UNIOESTE**

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: *"Sou mulher e quero participar!": Narrativas de mulheres do Conselho Municipal da Condição Feminina e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Toledo-PR (1985-2014)".*

Nome do concluinte: **Talita Maisa Santana**

Integrantes da Banca:

Prof.^a Dr.^a Méri Frotscher Kramer (Orientadora) (UNIOESTE);

Prof.^a Dr.^a Janine Gomes da Silva (UFSC);

Prof.^a Dr.^a Geni Rosa Duarte (UNIOESTE).

Parecer:

A dissertação contempla os requisitos para a obtenção do título de mestre. O trabalho discute a constituição e atuação dos dois Conselhos, a participação das mulheres neles, constituindo uma contribuição significativa para a historiografia local. A candidata deverá atender os pedidos de revisão apontados pela banca antes de sua entrega.

Marechal Cândido Rondon, 28 de abril de 2016.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que de alguma forma, por mais sutil que fosse, contribuíram para essa conquista. Às vezes só enxergamos as dificuldades e os obstáculos, que não são poucos, e nos esquecemos de ver as coisas boas que nos acontecem. E é para enxergar essas coisas boas que são necessárias as pessoas que nos rodeiam.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família. Por maior que fossem as dificuldades que passamos juntos, aprendi muitas coisas com vocês e, sobretudo, devo a vocês ser a pessoa que sou hoje. Em especial agradeço a minha mãe Maria Edna Santana, que apesar dos pesares, sempre esteve comigo e torce pela minha felicidade como nenhuma outra pessoa. Também agradeço a minha irmã Maria Eduarda por, de alguma forma, me ensinar o que é se preocupar e amar alguém como uma mãe, e ao meu padrasto que esteve presente em minha caminhada desde a minha inserção na vida escolar. Eu amo todos vocês!!!

Não poderia deixar de agradecer ao meu amigo, companheiro, confidente e namorado há quase cinco anos. Obrigada Pabluo Volpato. Obrigada por ter entrado em minha vida e a enchido de luz, obrigada por me fazer tão bem. Eu te amo!!!

Também devo agradecer aos amigos que fiz ao longo da minha caminhada acadêmica. Agradeço a Jéssica Gobo, minha melhor amiga desde os tempos do Ensino Médio, até a universidade, uma das pessoas que mais conhece da minha essência e uma dos seres mais incríveis que já conheci. Agradeço a todas as “meninas”, nosso grupo da faculdade: Camila, Mirian e Mara. Também agradeço aos novos colegas que fiz no mestrado: Claudia, Thamara e Roger.

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora Méri Frotscher, sem ela não seria possível a realização desta dissertação. Obrigada pela compreensão, dedicação, profissionalismo e paciência. Muito obrigada!

Agradeço ao PPGH – UNIOESTE pela oportunidade de ser bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Acredito que sem a ajuda financeira que me foi confiada não seria possível a realização do trabalho.

Também agradeço às mulheres que me concederam as entrevistas. Obrigada por me deixarem conhecer um pouco mais de suas vidas, e obrigada pela receptividade e disponibilidade.

Não foram fáceis os passos até aqui, venci obstáculos, perdi algumas batalhas e prorroguei outras, mas o fato é que, olhando para trás, vejo o quão forte fui e o quão importante

foram todas as pessoas que passaram pela minha vida, todas! Não só as que incentivaram, mas aquelas que duvidaram de mim, porque eu sou teimosa. Às vezes, com o tempo, fico mais fraca e frágil, mas na maioria das situações em minha vida, sempre busquei estar longe do que eu não queria, porque o que eu quero muda muito conforme o tempo passa. Permanece intacto, apenas, um dos meus desejos: a vontade de vencer!!!

Obrigada!

RESUMO EM LÍNGUA VERNÁCULA

“SOU MULHER E QUERO PARTICIPAR!”: Narrativas de mulheres do Conselho Municipal da Condição Feminina e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Toledo-PR (1985-2014).

Esta dissertação tem como proposta analisar a criação e a atuação do Conselho da Condição Feminina de Toledo (CMCFT), constituído em 1985, o primeiro conselho desta natureza criado no estado do Paraná, e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), seu órgão sucessor, criado em 2007, também a partir das memórias e narrativas de mulheres que participaram, direta ou indiretamente, desses órgãos. Buscamos perceber os significados da constituição do CMCFT e sua atuação, assim como do CMDM, para a história das mulheres e das relações de gênero no município, em meio à conjuntura sociopolítica, às mudanças nas políticas públicas e nas próprias relações de gênero na sociedade. Para tanto, fazemos uso de sete narrativas orais de mulheres que estiveram envolvidas no CMCFT e do CMDM, e outros tipos de fontes, como os folders de divulgação dos eventos promovidos pelo conselho, as cartilhas, recortes de jornal e revistas. Com este trabalho visamos, também, a partir de entrevistas de história de vida, não somente dar visibilidade às experiências e memórias dessas mulheres e perceber os significados que dão a estes conselhos, mas apreender como a sua participação nesses conselhos e em outros movimentos e entidades da esfera pública, tais como partidos políticos, sindicatos, configuraram suas subjetividades. Ao trabalharmos com entrevistas de história de vida, buscamos apreender a relação entre a história de vida contada e os papéis exercidos no espaço público e privado, e como as mulheres entrevistadas atribuem significados a suas experiências a partir de questões de gênero.

Palavras-chave: Mulheres, Conselho, Toledo.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

“¡Yo soy mujer y quiero participar!”: narrativas de mujeres del Consejo de la Mujer de Toledo (CMCFT) y del Consejo Municipal de los Derechos de la Mujer (CMDM). Toledo-PR (1985-2014)

La presente disertación consiste en analizar la creación y el trabajo del Consejo de la Mujer de Toledo (CMCFT), establecida en 1985, el primer consejo de esta naturaleza creado en el estado de Paraná, y el Consejo Municipal de Derechos de la Mujer (CMDM), su agencia sucesora, creado en 2007, también a partir de los recuerdos y relatos de las mujeres que participaron, directa o indirectamente, de estos grupos. Buscamos entender el significado de la constitución de CMCFT y sus operaciones, así como de la CMDM para la historia de las mujeres y las relaciones de género en la ciudad, en medio del entorno socio-político, de los cambios en las políticas públicas y en sus propias relaciones de género en la sociedad. Para esto, utilizamos siete relatos orales de las mujeres que participaron en CMCFT y CMDM, y otras fuentes, como los folletos de publicidad promovida por el Consejo, sus folletos de enseñanzas, y recortes de revistas y periódicos. Con este trabajo nos proponemos también, a partir de entrevistas de historia de vida, no sólo dar visibilidad a las experiencias y recuerdos de estas mujeres o comprender los significados dados por ellas a los consejos, pero aprender como su participación en estos y otros movimientos y en las organizaciones del ámbito público, como los partidos políticos, los sindicatos, construyó sus subjetividades. Trabajando con entrevistas de historia de vida, buscamos aprender la relación entre la historia de vida que se cuenta y las funciones que desempeñan en el espacio público y privado, y como las mujeres entrevistadas atribuyen significados a sus experiencias partiendo de las cuestiones de género.

Palabras-claves: Mujeres, Consejo, Toledo.

LISTA DE SIGLAS

ACARPA- Associação de Credito e Assistência Rural do Paraná

ADCT- Associação das Donas de Casa de Toledo

ATE- Associação Toledana de Educadoras

CECFSP- Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo

CDMB- Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira

CMB- Centro da Mulher Brasileira

CMCFT- Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo

CMDMT- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Toledo

CNDM- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

MFPA- Movimento Feminino pela Anistia

NEMGE- Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP

ONU- Organização das Nações Unidas

PDS- Partido Democrático Social

PDT- Partido Democrático Trabalhista (PDT)

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP- Partido Popular (PP)

PT- Partido dos Trabalhadores

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Panfleto distribuído à população de Toledo antes do Encontro	40
Figura 2 - Panfleto de divulgação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – Capa, 2014.....	77
Figura 3 - Panfleto de divulgação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – Interno, 2014.....	77
Figura 4 - Slide de apresentação do I Seminário de Políticas para Mulheres: Pelo enfrentamento e combate à violência, 2009.....	81
Figura 5 - Cartaz de divulgação do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo, 21 de setembro de 2011.....	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Percentual de participação dos setores econômicos no total do valor adicionado em Toledo (1980-1989)	46
TABELA 2 – Atendimentos da Secretaria de Atendimento à Mulher no Município de Toledo-PR de 2005 a 2012	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – As Mulheres e sua luta por direitos durante o processo de transição democrática: o Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo.....	24
1.1 A formação do Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo.....	34
1.2 “Sou Mulher e quero participar!”: I Encontro de Mulheres Toledanas.....	38
1.3 “Não somos apenas úteros”: a Conferência Municipal sobre a Saúde da Mulher.....	50
CAPÍTULO II - Da afirmação de uma condição feminina à luta pela igualdade de gênero: o Conselho dos Direitos da Mulher de Toledo.....	54
2.1 “Em defesa dos direitos e combate à violência à mulher”: I Seminário de políticas para Mulheres.....	80
2.2 I Encontro Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo.....	86
CAPÍTULO III - “Nós temos que estar em contínuo aprendizado e a nossa visão de mundo também”: narrativas de mulheres participantes do CMCFT e do CMDM.....	90
3.1 “Então, eu desde a infância sempre estudei, desde pequena”: Infância e formação escolar.....	96
3.2 “Eu tenho que me sustentar e ser independente e nunca depender de um homem”: Vida profissional e política.....	106
3.3 “Era uma união de forças”: participação e atuação no CMCFT e no CMDM.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
FONTES.....	139
Impressos.....	139
Leis.....	139
Cartilhas e Atas.....	140
Jornais.....	140
Fontes Orais.....	140
REFERÊNCIAS DISPONÍVEIS NA INTERNET.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142

1 INTRODUÇÃO

Hoje eu tenho uma compreensão bastante diferente, uma visão mais ampla da própria compreensão daquele momento histórico, mas de como foi importante aquela organização. E foi fundamental que as mulheres se organizassem, foram os embriões de toda essa luta. As coisas não se dão por um estalo, é tudo uma construção histórica e mesmo antes de haver os conselhos, Conselho da Condição Feminina e Conselho dos Direitos da Mulher, a gente teve aí as lutas das mulheres do movimento sindical, das greves anteriores a isso, daquelas que lutaram pelo voto feminino (FERREIRA, Maria Cecília, 2014¹).

O excerto da narrativa apresentado acima é de Maria Cecília Ferreira, que atuou como jornalista nos anos 1980 no Rio de Janeiro – RJ, até se mudar para Toledo - PR com sua filha mais velha e seu esposo. Em Toledo, Maria Cecília trabalhou para diversos jornais até começar a atuar na assessoria de comunicação da prefeitura municipal, quando fez parte do Departamento Feminino do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB.

Maria Cecília foi representante da Associação Toledana de Imprensa no Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo (CMCFT), criado em 1985, com o intuito de desenvolver ações direcionadas ao bem estar das mulheres do município. Ela tornou-se presidente do conselho que o sucedeu, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Toledo (CMDMT), em 2014.

No trecho da narrativa apresentada acima ela procura dar sentido à criação do CMCFT e do órgão sucessor, procurando avaliar as condições sociopolíticas que permitiram a sua constituição dentro de uma perspectiva histórica. Como bem observa, “*as coisas não se dão por um estalo*”.

O trecho da entrevista demonstra uma consciência histórica que percebe a criação destes órgãos no município, não a partir, apenas, da conjuntura política local, mas de um longo e amplo

¹ FERREIRA, Maria Cecília. **Entrevista concedida a Talita Maisa Santana**. Toledo, PR, 10 nov. 2014.

processo de organização e de luta das mulheres em prol de seus direitos num contexto mais abrangente. O excerto diz respeito, sobretudo, à memória e à construção desse processo.

Assim como Maria Cecília Ferreira, Rosali Campos, Miraci Gazzoni, Joana Darc, Aparecida Vendramini, Simone Ferrari e Moema Viezzer, mulheres entrevistadas para esta dissertação, também participaram desse processo em prol dos direitos das mulheres em Toledo.

Esta dissertação se baseia, na análise das memórias destas mulheres que participaram das ações de criação e consolidação do CMCFT (e depois do CMDMT) em meio à conjuntura sociopolítica, das mudanças nas políticas públicas e nas próprias relações de gênero na sociedade.

Com este trabalho visamos, em primeiro lugar, dar visibilidade às experiências e memórias dessas mulheres, no que se refere às suas participações nos conselhos em Toledo. Também buscamos estudar como narram e dão significado a estes conselhos e à sua participação neles, e como relacionam tal participação com suas próprias histórias de vida.

Em suas narrativas, construídas por meio da História Oral, se entrelaçam questões de gênero e de política. E, a partir delas, se apreende como suas participações nesses conselhos, mas também em movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, configuraram suas subjetividades.

O CMCF de Toledo (CMCFT) foi o primeiro Conselho da Condição Feminina do Estado do Paraná. Criado em 1985, ele era constituído exclusivamente por mulheres, formando o total de dezessete conselheiras, cada uma representando uma entidade específica. Este conselho tinha como intuito colocar em evidência as reivindicações destas mulheres e apresentá-las aos órgãos públicos locais.

O conselho promoveu, logo no início de sua criação, alguns eventos com o objetivo de viabilizar discussões entre as mulheres do município. Os eventos contavam com a participação de mulheres de diferentes classes sociais, que em sua maioria estavam em busca de direitos sociais, como o direito de trabalhar fora, a creches para os filhos, ao acesso ao sistema de saúde e à educação.

Em seu primeiro ano, ocorreram dois grandes encontros de mulheres promovidos pelo conselho, o “I Encontro de Mulheres Toledanas”, que aconteceu em setembro de 1985, reunindo mais de quinhentas mulheres no Centro Social Urbano da cidade; e a “Conferência Municipal Sobre a Saúde da Mulher”, que aconteceu em agosto de 1986, contando com a presença de quase duzentas mulheres.

Antes da constituição do CMCFT, entre as entidades existentes em Toledo que tratavam de questões relacionadas aos direitos sociais e políticos no espaço público, havia uma que também era formada só por mulheres, a Associação das Donas de Casa, criada em 1979. Mas foi somente no CMCFT que mulheres representantes de diferentes entidades se uniram para levantar questões que diziam respeito ao direito das mulheres, e apresentá-las de forma mais concreta ao poder público, atuando diretamente junto a diversas entidades do município.

No período em que o CMCFT foi criado, o Brasil passava por um momento de transição democrática, saindo de um governo da Ditadura Civil-Militar, iniciada em 1964. Neste período uma das grandes pautas em questão era, justamente, a elaboração de uma nova Constituição, que seria aprovada em 1988. Antes disso, os movimentos sociais não tinham visibilidade para fazer suas reivindicações de forma ampla no espaço público, e essa transição os impulsionou em busca de garantir que seus direitos (incluindo os de entidades e movimentos de mulheres) fossem incluídos nas pautas da constituinte. Assim, o CMCF de Toledo participou intensamente da discussão e proposição de questões para a constituinte.

No final da década de 1970 e nos anos 1980, mulheres que foram exiladas pela Ditadura Civil-Militar voltaram ao Brasil, trazendo consigo uma trajetória de participação em movimentos sociais e/ou feministas, e em instituições voltadas às mulheres, o que também contribuiu para a formação de novos grupos e movimentos feministas pelo Brasil².

O ano de 1985, além de ser o da criação do CMCFT, encerrava a “Década da Mulher”, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) na celebração do “Ano da Mulher”, em 1975, no México. A “Década da Mulher” se baseava na premissa de “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” (PIMENTA, 2010, p. 65).

No Brasil, o número de instituições e movimentos promovidos por mulheres voltados para a conquista de seus direitos aumentou no período de democratização. Em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que tinha como objetivo, segundo a historiadora Fabrícia Faleiros Pimenta, autora de tese de doutorado sobre a entidade, “promover a liberdade, a igualdade de direitos e a plena participação das mulheres em âmbito nacional”. Sua incumbência era “auxiliar o poder Executivo no que tange às políticas públicas para as mulheres, além de sugerir projetos de lei, fiscalizar sua aplicação e promover interação com organismos nacionais e internacionais” (PIMENTA, 2010, p. 77).

² Sobre isso ver: PEDRO, Joana Maria. O Feminismo de “segunda Onda”: Corpo Prazer e Trabalho. In. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p 238- 259.

Os primeiros anos desse conselho, quando se chamava CMCF de Toledo, foram muito produtivos no que se refere à organização de eventos e discussões. No entanto, com o passar dos anos, ocorreu um declínio no número de atividades propostas e um maior distanciamento do conselho, principalmente, das administrações públicas do município, o que dificultou a sua manutenção, pois em 1988, o conselho foi institucionalizado pela prefeitura de Toledo passando a receber uma verba destinada prioritariamente a ele. Depois de 1998, o conselho foi desativado.

Em 2007, deu-se início a um processo de revitalização do CMCF de Toledo, que passou a se chamar Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Assim, em 2008, voltou a funcionar, tendo em sua formação dez mulheres, todas representantes de diferentes instituições. O que tornou possível a revitalização do conselho, nesse período também será tratado neste trabalho.

No momento da revitalização, a forma de atuação do conselho se manteve semelhante à de 1985: as mulheres representantes das entidades se propunham a levantar questões para serem discutidas nas reuniões; e, posteriormente, o resultado dos debates era encaminhado para a administração pública do município. Além disso, as participantes promoviam uma série de eventos envolvendo as mulheres da sociedade local..

Desde o início das pesquisas sobre o conselho, fomos conhecendo aos poucos, por meio de indicações e da documentação, as mulheres que iríamos entrevistar. Durante a pesquisa tivemos acesso a documentos dos dois conselhos, como leis, panfletos de divulgação, atas de reuniões, livros de registro das reuniões e dos eventos, fotos, cartilhas, além de recortes de periódicos com reportagens sobre o conselho. Muitas destas fontes conseguimos com as próprias mulheres com as quais tivemos contato. Buscamos levantar fontes que permitissem problematizar as duas fases do conselho, contextualizar as motivações da sua criação e revitalização, e ainda, como era a atuação nesses dois momentos. Para além das fontes escritas, buscamos as fontes orais: as entrevistas com as mulheres participantes.

No primeiro momento da nossa pesquisa não tínhamos delimitado ainda quais mulheres iríamos entrevistar. Ao longo do trabalho, optamos pelas narrativas orais de mulheres que foram ou são conselheiras do CMCFT, hoje CMDMT, ou que colaboraram diretamente nas atividades dos conselhos.

Nem todas as mulheres tiveram disponibilidade para nos dar uma entrevista. Das dezessete mulheres que participaram do CMCFT, em 1985, algumas já faleceram, outras não moram mais na região e há as que não se sentiram à vontade para serem entrevistadas. De oito, das dezessete primeiras conselheiras, apenas quatro quiseram falar. Já da nova composição do conselho, formada em 2009, apenas duas mulheres foram entrevistadas. As sete entrevistadas

foram: Maria Cecília Ferreira, Rosali Campos, Joana Darc, Aparecida Vendramini, Simone Ferrari, Miraci Gazzoni, e Moema Viezzer.³

Procuramos utilizar com todas as mulheres a mesma metodologia na produção das entrevistas. A partir de referências que apareceram em documentos sobre o conselho, entramos em contato com elas por meio de conhecidos em comum. Em um primeiro momento, fizemos contato telefônico com as que não conhecíamos pessoalmente, e explicamos a elas que gostaríamos de fazer uma entrevista sobre as suas trajetórias de vida.

Na primeira parte da entrevista pedimos para conversar sobre a trajetória de vida, desde a suas infâncias até o momento da entrevista. Nesta primeira parte, não fizemos interferências, deixando-as falar abertamente seguindo seus próprios critérios de seleção. Aqui, procuramos seguir o que a historiadora Almut Leh aponta em relação ao emprego dessa metodologia para a produção de fontes orais: “A mais importante virtude do entrevistador é, sem dúvida, poder ouvir atentamente.” (LEH, 2013, p. 14).

Quando as mulheres davam por terminada a primeira parte – a história de suas vidas - começávamos a fazer perguntas sobre o conselho e sobre questões que não tinham sido esclarecidas no primeiro momento da narrativa. Contudo, como algumas mulheres já tinham conhecimento sobre a pesquisa, ou sabiam do interesse sobre o CMCFT e o CMDM, direcionaram suas falas para esse assunto e a outros relacionados a ele, o que influenciou, assim, a composição de algumas entrevistas.

A primeira entrevistada foi Maria Cecília Ferreira, citada na epígrafe da introdução. Jornalista, ela veio morar em Toledo na década de 1980, por conta dos laços de parentesco que o marido tinha na cidade. Maria Cecília foi uma das conselheiras no CMCFT em 1985, e atuou como representante da Associação Toledana de Imprensa. Em 1993, ela foi eleita a primeira mulher vereadora da cidade. Entre 2012 e 2014, também fez parte do CMDM como representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres de Toledo.

A segunda mulher foi Rosali Campos, pedagoga, ex-vereadora, e ex-vice-prefeita do município, que fez parte do CMCFT como representante do Departamento feminino do PMDB em Toledo em sua primeira fase. Rosali chegou à cidade de Toledo na década de 1970, onde reside até os dias atuais com seu esposo e filhos.

³ Todas as entrevistadas permitiram que seus próprios nomes fossem utilizados na nossa pesquisa. Decidimos por assim fazer, por se tratar de mulheres atuantes no espaço público do município. Acreditamos que se fizéssemos o contrário, abstraindo os nomes reais, a pesquisa perderia o sentido.

A terceira entrevista feita foi com Aparecida Vendramini, professora aposentada, que foi conselheira representante da Associação dos Educadores de Toledo, em 1985. Aparecida também se mudou com a família para Toledo na década de 1970, onde ainda reside.

A quarta entrevista foi feita com Joana Darc, professora de História aposentada que também se mudou para Toledo na década de 1970 e logo começou a trabalhar como professora na cidade. Joana não fez parte do conselho como uma das conselheiras, mas participou da Associação das Donas de Casa de Toledo, criada em 1979.

A quinta entrevista foi feita com Moema Viezzer, representante da Rede Mulher em São Paulo, que veio algumas vezes para Toledo, onde também tinha laços familiares, ministrar palestras e participar dos eventos promovidos pelo CMCFT nos primeiros anos de criação do conselho. Depois de sua mudança para Toledo, em 1997, ela também participou de algumas das ações do então renomeado CMDM.

A sexta entrevista foi feita com Miraci Gazzoni, formada em pedagogia e psicologia, presidente do CMDM desde 2013. Natural da região Oeste do Paraná, morou e trabalhou durante muitos anos na prefeitura de Curitiba, onde participou no Conselho Estadual da Condição Feminina, voltando para Toledo depois de se aposentar.

A sétima e última entrevista foi feita com Simone Ferrari, presidente do CMDM nos anos de 2008 a 2013. Simone é formada em Assistência Social e, diferente das outras mulheres, nasceu em Toledo, onde mora até hoje.

Ao analisarmos estas entrevistas buscamos compreender a forma como essas mulheres narraram suas vidas; compreender os significados dados a elas; qual a relação entre a história de vida contada e os papéis exercidos no espaço público e privado; a relação entre o que dizem e seu lugar social; como dão significados ao passado ou mesmo escolhem e trazem elementos para a narrativa a partir do presente e do desenvolvimento de suas trajetórias; e, compreender, principalmente como estas mulheres dão significados às suas experiências políticas, também, a partir de questões de gênero.

Primeiramente, cabe elucidar o que entendemos por narrativa. Segundo Verena Alberti, a narrativa é a organização dos acontecimentos de acordo com determinado sentido que lhes é conferido: “Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido” (ALBERTI, 2004, p.77). Ou seja, a narrativa é a transformação das experiências do entrevistado em palavra falada, que é permeada pela sua subjetividade.

Segundo o sociólogo Fritz Schütze, autor de trabalhos de referência sobre narrativa oral de vida:

Pode-se considerar como estrutura básica da narrativa a exposição oral retrospectiva de experiências próprias realizadas no universo cotidiano (no contexto de ações vivenciadas e que, em parte, continuaram de forma ativa), de experiências que o falante comunica diretamente a um ouvinte que está presente no momento da fala (SCHÜTZE, 2014, p.13).

No caso das narrativas orais, elas são construídas no momento da fala, na interlocução com o entrevistador. O papel do entrevistador, na composição de entrevistas de história de vida, é fazer com que o entrevistado fale de sua vida, de forma que construa a sua narrativa com o menor número de intervenções possíveis do entrevistador.

É preciso, contudo, problematizar a noção naturalizada de “trajetória de vida”. Segundo o célebre texto “A ilusão biográfica”, de Pierre Bourdieu:

[...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 2002, p. 190).

Os entrevistados constroem suas histórias de vida com base em suas vivências mediadas pelas ações da memória, mas isso não significa que suas falas contemplarão todos os momentos de sua vida. Elas contêm intencionalidades, resistências e formas, por meio das quais procuram moldar suas vidas ao longo da narrativa. Assim como em qualquer área do conhecimento, na história oral a narrativa é construída com base na subjetividade do entrevistado, assim como, a própria narrativa também constitui essas subjetividades, sendo composta por diversos elementos.

A entrevista, no caso da narrativa de vida, é feita com base naquilo que o entrevistado quer reconstruir como sendo sua vida. É ele que escolherá os momentos que acredita mais significativos e que deixará de contar partes de sua vida que considera dispensáveis. O historiador Philippe Artières aborda este aspecto, mesmo que não se baseie em fontes orais, ao discutir as práticas de arquivamento da própria vida: “não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos

acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas” (ARTIÈRES, 1998, p.34).

Entendemos que a subjetividade não deve ser considerada como um limitador da fonte oral, muito pelo contrário. As fontes orais, como outras fontes, também são perpassadas pela subjetividade. Os historiadores devem estar atentos para estes elementos, já que a subjetividade é constituída sob o conhecimento adquirido nas relações sociais, culturais e econômicas. Reconhecendo estes aspectos, podemos utilizar as fontes orais para analisarmos a constituição do sujeito por meio da própria narrativa. Quanto à relação entre subjetividade e experiência, assim reflete o filósofo Michel Foucault:

Estudar a constituição do sujeito como objeto para ele próprio: a formação dos procedimentos pelos quais o sujeito é levado a se observar, se analisar, se decifrar e se reconhecer como campo do saber possível. Trata-se, em suma da história da ‘subjetividade’, se entendermos essa palavra como a maneira pela qual o sujeito faz experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo. (FOUCAULT, 2006, p. 236).

Nesse sentido, a subjetividade é todo o processo de reconhecimento que uma pessoa faz dela mesma com base nas relações nas quais ela está envolvida, ou seja, como ela atribui significado à própria experiência e à própria identidade. Esse aspecto é fundante para a análise das fontes orais, já que, como formula Alessandro Portelli: “A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso” (PORTELLI, 1996, p. 60).

Ainda em relação à subjetividade, assim entende a historiadora Luisa Passerini:

Subjetividade tem a vantagem de ser um termo suficientemente elástico para incluir tanto os aspectos de natureza subjetiva espontânea [...] contidos e representados por posição, comportamento e língua, bem como outras formas de consciência [...], tais como o senso de identidade, a consciência de si mesmo e formas mais consideradas de atividade intelectual. A importância deste termo abrange não só a dimensão epistemológica, mas também aquela envolvida com a natureza e a importância da dimensão política (PASSERINI, 1979:85 *apud* FREUND, 2013 : 49)

A narrativa é construída e também constitutiva do entrevistado enquanto sujeito. A este respeito, o historiador Benito Schmidt discorre sobre a necessidade de não se partir da noção de subjetividade como algo dado, ou pronto, mas construído:

[...] a noção de subjetividade não deve ser pensada, sobretudo por nós historiadores, como uma figura ou uma dimensão a-histórica ou trans-histórica, uma essência de todo ser humano, uma matéria alojada no coração ou na mente dos homens, algo natural e que pode ser resgatado e analisado pelos praticantes da história oral; ela é, sim, resultado de múltiplos percursos históricos que convergiram, não sem tensões, para a fabricação do indivíduo moderno, aquele que ‘possui’ uma determinada subjetividade. (SCHMIDT, 2012, p.87).

As mulheres entrevistadas para esta dissertação, ao narrarem as suas vidas para nós, o fazem com base em diferentes elementos. Em entrevistas de história de vida, a narrativa é construída também pelo historiador, mas quem dá sentido às histórias são os próprios entrevistados. Porém, as mulheres que entrevistamos, ao narrarem, tinham como ponto de partida também as nossas expectativas, nosso intuito de escrever uma dissertação. Esta relação entre entrevistado e entrevistador é assim analisada pelo historiador Alessandro Portelli:

A ideia de que existem um “observado” e um “observador” é uma ilusão positiva: durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções. A ‘entre/vista’, afinal, é uma troca de olhares. E bem mais do que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo. (PORTELLI, 2010, p.20).

Como também observa Verena Alberti, autora de referência no Brasil sobre história oral, a entrevista tem uma coautoria: “[...] na entrevista de história oral há no mínimo dois autores – o entrevistado e o entrevistador” (ALBERTI, 2004, p.34).

Ao trabalhar com aqueles conselhos voltados para as mulheres, o CMCFT e o CMDMT, devido aos seus próprios objetivos e história de sua atuação, lidamos especificamente com relações de gênero e política. Podemos entender que as ações do CMCFT politizaram as relações de gênero e, ao mesmo tempo, construíram também identidades de gênero.

Ao abordar o gênero enquanto categoria de análise, a historiadora Joan Scott assim o define: “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p.21).

A história oral de mulheres participantes dos dois conselhos aqui abordados nos faz perceber diferentes nuances que se aproximam das relações de gênero em Toledo. Como bem observa a historiadora Michelle Perrot, por muitas vezes, “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues. A narrativa histórica tradicional reserva-lhes pouco espaço, justamente na

medida em que privilegia a cena pública - a política, a guerra – onde elas pouco aparecem”. (PERROT, 1989, p.9).

Nesse aspecto, ressaltamos a importância da história oral de mulheres, como expõe a pesquisadora Silvia Salvatici: “A história oral de mulheres não apenas traz de volta à superfície parcelas da experiência histórica feminina, mas também contribui para enfocar os mecanismos de inclusão e exclusão que regem memórias públicas.” (SALVATICI, 2005, p. 37).

Trabalhar com fontes orais construídas com essas mulheres nos possibilita dar visibilidade e aprofundar as relações sociais e políticas estabelecidas pelas mesmas ao longo da história contemporânea. Por meio de narrativas orais é que elas podem exteriorizar essas relações, o que pode se dar de diferentes formas, como na afirmação e na refutação de papéis sociais.

A historiadora Luiza Passerini também enfatiza a potencialidade das fontes orais para discutir questões de gênero em seu livro **A memória entre política e emoção**:

[...] a história de gênero e a história oral caminham de mãos dadas na ampliação do território da história e na renovação de seus objetos e métodos de estudo. Essas narrações históricas não apenas colocam em evidência problemas e aspectos que outras fontes não evidenciam, como o papel das emoções no cruzamento entre público e privado, mas também contém silêncios problemáticos, que indicam as tensões entre subjetividade e a pesquisa histórica. (PASSERINI, 2011, p.99-100).

Cabe ressaltar que o foco deste trabalho não é escrever uma história institucional do CMCFT e do CMDM, muito embora contextualizaremos suas atuações nos dois primeiros capítulos. Buscamos discutir estas atuações a partir, também, das narrativas das próprias mulheres participantes, e, ao mesmo tempo, observar as marcas dessa participação nos conselhos em suas vidas.

Antes de iniciar o mestrado, eu não tinha conhecimento detalhado sobre o conselho. Sabia da sua existência, por conta de ter trabalhado por dois anos no mesmo prédio onde atualmente funciona, local onde é a biblioteca municipal de Toledo. Porém, ao ingressar no mestrado fui instigada a trabalhar com narrativas de mulheres participantes de movimentos feministas e de instituições voltadas para os direitos da mulher em Toledo.

Depois disso é que obtive acesso às fontes escritas e comecei a ter contato com participantes do CMCFT e do CMDM. Foi aí que se abriu um campo de pesquisa que me fez questionar: como que, tendo nascido e morado em Toledo a vida toda, eu nunca soube mais sobre esses conselhos e seu papel no município?

Por mais que diversas das mulheres que participaram dos dois conselhos em destaque sejam atuantes no espaço público, cabe ressaltar a pouca visibilidade delas e dos próprios conselhos na bibliografia referente ao município e região. As obras sobre movimentos de mulheres e, mesmo, sobre relações de gênero ainda são escassas, em especial no que se refere à importância do CMCFT e do CMCFT para a história do protagonismo das mulheres em Toledo.

Citamos, a esse respeito, a dissertação de mestrado da historiadora Zenaide Soares dos Santos Gatti (1999), intitulada “**Alerta Mulher Geral**”: O movimento de mulheres em Toledo (1979-1989), que também trabalha com fontes orais na compreensão de como se deu a participação das mulheres na Associação das Donas de Casa e no Conselho Municipal da Condição Feminina.

Zenaide Gatti discutiu, em seu trabalho, a participação de mulheres nestas entidades até 1989. E, no decorrer de sua dissertação, não busca compreender as subjetividades das mulheres entrevistadas para analisar a influência desses movimentos em suas vidas.

Outra obra existente sobre o Conselho é o Trabalho de Conclusão de Curso da socióloga Raquel Gislaíne dos Santos Marques (2006), intitulado “**As lutas sociais no Brasil e a constituição do conselho municipal da condição feminina do município de Toledo/PR (1985-1995)**”. Nele, a autora procura compreender o processo de formação, consolidação e esquecimento do conselho até o ano de 1995. Muito embora também trabalhe com fontes orais, construídas a partir de outra metodologia, Marques não atua na perspectiva da História Oral.

Em nossas pesquisas também encontramos alguns textos sobre outras instituições voltadas para mulheres em Toledo, como a monografia da socióloga Roselene Stuaní Rosa sobre a delegacia de Defesa da Mulher em Toledo, de 2005 a 2012 (ROSA, 2004), na qual a autora busca fazer um balanço histórico da instituição, pontuando sua atuação, dificuldades e as conquistas da delegacia.

Além deste, há o artigo dos cientistas econômicos Kátia Silveira Barros, Crislaine Colla, Lucir Reinaldo Alves sobre as políticas públicas de atendimento à mulher no município de Toledo (BARROS; COLLA; ALVES, 2013), que tem como foco analisar a criação da Secretária de Atendimento à Mulher e o desenvolvimento das atividades da Delegacia da Mulher no município, fazendo um balanço numérico da atuação destas instituições.

Em âmbito nacional, ou seja, sobre os conselhos da mulher no Brasil, conseguimos encontrar alguns trabalhos sobre o tema. Porém, como pontuamos, assim como acontece com

o conselho de Toledo, os demais conselhos pelo Brasil também não contam com um expressivo número de estudos.

Um dos trabalhos que encontramos foi a tese de doutorado da advogada e doutora em História Fabrícia Faleiros Pimenta sobre o Conselho Nacional dos direitos da mulher entre 1985 e 2005 (PIMENTA, 2010). Em sua tese, Pimenta busca analisar as políticas governamentais para mulheres, e até que ponto há feminismos na política, ou política nos feminismos, e ainda, se estes se davam de maneira recíproca e amigável.

Outro trabalho sobre conselho é o da socióloga Yumi Garcia Santos. Em um artigo sobre o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (SANTOS, 2006), Santos busca compreender as relações entre os feminismos e a importância da criação do referido conselho para a abertura da discussão das questões de gênero na esfera pública.

Em nosso trabalho, nos propusemos, primeiramente, a compreender as condições de surgimento do CMCFT, de 1985 até a sua desativação em 1998, e, posteriormente, a sua revitalização em 2007 até 2014, quando passou a se chamar Conselho dos Direitos da Mulher de Toledo.

Decidimos manter a periodização inicial, de 1985 até 2014, por conta das narrativas das mulheres, que não se delimitaram apenas a um período em específico e que foram produzidas no tempo presente. Nos dois primeiros capítulos, especialmente no primeiro capítulo, está mais aparente na discussão o desenrolar dos anos iniciais, 1985 e 1986. Os anos relativos à reestruturação do conselho, de 2007 até 2009, são melhor trabalhados no segundo capítulo, em virtude do maior número de fontes encontradas, incluindo panfletos, jornais, revistas, cartilhas, fotos, além do acento dado a esses períodos nas narrativas orais.

Optamos por dividir a nossa dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, procuramos compreender a formação do Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo, em 1985, até a sua extinção em 1998. Procuramos compreender por meio das nossas fontes (folders, documentos da prefeitura, jornais e entrevistas) quais foram os mecanismos e relações sociais que propiciaram o surgimento de CMCFT em Toledo. Para compreender as formas de atuação do conselho, suas intencionalidades e a aceitação das ações promovidas por ele, na segunda parte deste primeiro capítulo, nos propusemos a analisar dois eventos promovidos, ainda no ano inicial do CMCFT: o I Encontro de Mulheres Toledanas e a Conferência Municipal sobre a Saúde da Mulher.

No segundo capítulo, discutimos a reestruturação do conselho, em especial, o momento em que passou a se chamar Conselho dos Direitos da Mulher, em 2009, alcinha com a qual

permaneceu até 2014. Procuramos desenvolver nesse capítulo uma estrutura bem parecida com a do primeiro, buscando compreender as condições que tornaram possível a revitalização do CMDM em 2009, assim como, entender as similaridades e singularidades dele em relação ao CMCF, além de compreender sua atuação a partir do desenvolvimento de políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil. Neste capítulo também trabalhamos com jornais, panfletos, documentos oficiais da prefeitura e entrevistas.

No terceiro e último capítulo, trabalhamos especificamente com narrativas orais de mulheres que participaram de alguma das fases do conselho, como conselheiras. Neste capítulo, a nossa intenção é a de compreender como estas mulheres constroem a sua narrativa de vida com base nas relações sociais que vivenciaram, e como essas experiências, em sua maioria políticas, constituíram subjetividades. Percebemos também como cada uma das mulheres constrói uma narrativa de vida, relacionando-a aos conselhos. Assim, analisamos quais as intencionalidades, acentos, formas e significados que elas dão a essas participações e às suas próprias trajetórias no espaço público, atuando em prol das mulheres.

CAPÍTULO 1: AS MULHERES E SUA LUTA POR DIREITOS DURANTE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: O CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA DE TOLEDO

A formação do Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo (CMCFT) se deu em um momento político muito importante e singular para o Brasil. O país passava pelo processo de redemocratização, após ter vivido a Ditadura Civil-Militar, de 1964 a 1983. Como analisa o historiador Carlos Fico em seu livro sobre esse período, os 21 anos de ditadura foram marcados por forte repressão, censura e falta de visibilidade para as camadas menos abastadas da sociedade. (FICO, 2004, p.95)

Durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, aumentaram as camadas da população que estavam insatisfeitas com as condições sociais, políticas e econômicas do país. E os movimentos de mulheres, assim como os outros movimentos sociais, demonstraram crescimento no Brasil.

Em sua maioria, as reivindicações eram feitas pelos grupos sociais menos favorecidos. Dentre os movimentos e instituições que podemos destacar, dos anos 1970 e 1980, estão os sindicatos, grupos de mães, o Movimento contra a Carestia, movimentos de mulheres, entre outros. Assim, surgiram e se desenvolveram grupos que lutavam por melhores condições sociais e econômicas em meio à repressão sofrida com a ditadura. (PEDRO, 2012, p. 240-241).

A pressão pública, e política, fez com que se desse início ao processo de abertura democrática em meados da década de 1970. Durante o mandato do último general presidente, João Batista Figueiredo, a pressão social aumentou, fazendo com que o processo de redemocratização se efetivasse, culminando na lei da Anistia Política de 1979, que absolveu presos políticos, mas também os seus opressores.

Nesse momento houve a consolidação do pluripartidarismo, com a criação de novos partidos políticos: Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1979, Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, e no mesmo ano foi criado o Partido Popular (PP). Também foram reformulados outros partidos, como a transformação do Arena em Partido Democrático Social (PDS) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em seu livro sobre as experiências de luta dos trabalhadores da grande São Paulo, o sociólogo Eder Sader, analisa a formação e organização de movimentos populares nos anos 1970 e 1980, e ainda, como os movimentos grevistas da Região do ABC paulista contribuíram

para uma nova fase de luta por direitos. Publicado em 1988, o livro fazia conjecturas sobre como seriam rememorados os últimos anos da Ditadura Civil-Militar:

É muito provável que na história política do país o período entre 1978 e 1985 (portanto entre as greves do ABC e a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral) fique marcado como momento decisivo na transição para uma nova forma de sistema político. (...) A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. (SADER, 1988, p.26, 27).

Como bem analisa o autor, os movimentos sociais da década de 1970, primeiramente, pretendiam conquistar o direito de participação política, de se expressarem, de reclamarem, enfim, o direito de serem ouvidos e atendidos. Assim, a luta era dupla: a de ter voz e a de ser ouvido.

Durante este período de transição democrática, houve mobilizações de diferentes grupos populares, movimentos sociais, sindicatos, e associações em busca de seus direitos em diferentes regiões do Brasil. Havia uma grande expectativa em torno da consolidação de uma nova constituição, o que se expressa na própria história da criação do CMCFT de Toledo, como veremos adiante.

Podemos destacar nesse momento, a atuação dos sindicatos de trabalhadores que buscaram, cada qual conforme seu segmento, a garantia de direitos, como nos ressalta o historiador Losandro Tedeschi:

Na década de 80, o processo pela redemocratização do país cresce, inaugurando uma nova fase de mobilizações. Pode-se afirmar que, nesse momento, as práticas de mobilização, principalmente sindicais, começam a ser redimensionadas: a estrutura sindical passa por uma reciclagem, criando correntes sindicais inovadoras e críticas. (TEDESCHI, 2006, p.104).

A abertura política e a luta por direitos fizeram com que as motivações feministas também se espalhassem pelo país, sobretudo com o retorno de exiladas políticas, como nos mostra a historiadora Rachel Soihet:

Com a abertura política intensificada através da aprovação da Lei da Anistia pelo Congresso em 28 de agosto de 1979, ocorreu a volta das exiladas com

viva influência dos feminismos, especialmente europeus, o que aliado à experiência daquelas que permaneceram no país nos anos 1970 e que construíram os feminismos locais, esses movimentos assumiram uma nova configuração. (...) Também, com o fim do bipartidarismo, a partir de 1980, ocorreu o surgimento de outras agremiações, desenvolvendo-se as associações de diversos tipos, assim como sindicatos. (SOIHET, 2012, p.39).

Nesse período, as mulheres também lutaram por direitos, fortalecendo suas reivindicações por necessidades básicas, pela anistia política, por maior participação na esfera pública, além de questionarem as desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres. Também se ampliaram mobilizações e processos que deram origem a associações femininas e seções femininas dentro dos sindicatos, como expõe a historiadora Joana Maria Pedro:

Ao longo das décadas de 1960, 70 e 80, mulheres atuaram ainda nos clubes de mães, nos movimentos por creche, nas marchas da “panela vazia” (ou “panelaço”), nas reivindicações por anistia política (aos presos e aos perseguidos pelo regime) e o movimento Diretas já (por eleições diretas). Além disso, criaram associações femininas específicas e “casas da mulher”. Nos sindicatos, reivindicavam a existência de seções femininas e exigiram a inclusão de mulheres nos cargos de diretoria; realizavam encontros de trabalhadoras e participaram ativamente da vida sindical. (PEDRO, 2012, p. 240-241).

Muitas dessas mulheres não tinham conhecimento sobre os movimentos feministas, que ganharam mais forma nesse momento no Brasil, mas suas ações iam ao encontro de um processo de ampliação dos direitos das mulheres. Segundo Vera Soares, consultora científica do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP — NEMGE,

“[...] feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. O femismo se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais na arte, na teoria, na política.” (SOARES, 1998, p.33- 34).

Entre os movimentos de mulheres criados na década de 1970, podemos destacar o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em 1975, na cidade de São Paulo. Ele era formado por mulheres, filhas, mães e esposas de presos políticos que buscavam a consolidação da anistia para os atingidos pela ditadura. Segundo a historiadora e jornalista Ana Rita Fonteles Duarte, que analisou o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará, criado em março de 1976 (o terceiro do país), esse MFPA tinha como propósito discutir formas de intervir e defender os presos políticos, entre outros objetivos. Segundo a autora:

O movimento esteve na linha de frente de manifestações e campanhas a favor da anistia e na defesa aberta dos presos políticos, na sua luta por melhores condições de vida, nas cadeias e presídios, além de dar aporte jurídico e apoio a familiares, na peregrinação em busca de parentes desaparecidos ou presos. (DUARTE, 2012, p.23)

Com a lei da Anistia, de 1979, tornou-se possível o retorno de exilados políticos ao Brasil, entre eles muitas mulheres. Como apontado pela socióloga e pesquisadora na área de gênero Cynthia Andersen Sarti, isso fortaleceu o movimento de mulheres no país:

A anistia de 1979 permitiu a volta das exiladas no começo dos anos 1980, reencontro que contribuiu para fortalecer a corrente feminista no movimento das mulheres brasileiras. As exiladas traziam, em sua bagagem, não só apenas a elaboração (alguma, pelo menos) de sua experiência política anterior, como também a influência de movimentos feministas atuantes sobretudo na Europa. (SARTI, 2004, p.41)

Mesmo com a forte repressão no país, houve a repercussão de processos levados a cabo por organizações internacionais e que diziam respeito às pautas das mulheres, em específico. Foi o caso da Conferência Mundial do “Ano Internacional da Mulher”, realizada no México, que resultou na criação do “Ano Internacional da Mulher”, em 1975, pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁴.

Durante aquele evento haviam sido debatidos temas de igualdade entre os sexos e da integração da mulher no desenvolvimento e na promoção da paz. Reuniram-se mais de oito mil mulheres, de mais de 113 países (PIMENTA, 2010, p. 31). Como parte das discussões ocorridas durante o Ano da Mulher, celebrado em 1976, a ONU oficializou o período entre os anos de 1976 e 1985 como “A Década da Mulher”, que teve os mesmos lemas do Ano Internacional, mencionados acima.

Com o desenvolvimento de atividades para mulheres, como no caso da conferência realizada pela ONU, algumas questões feministas foram trazidas para discussão no Brasil. Porém, muitas das pautas tiveram de ser adequadas aos dogmas da Igreja Católica, que foi uma das apoiadoras deste evento, o que corroborou, segundo Joana Maria Pedro, para a distorção de certos ideais feministas difundidos na Europa (PEDRO, 2003, p.254).

⁴ Fundada em 24 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais.” Retirado do site: <http://nacoesunidas.org/#> .

Durante a década de 1970, a formação de grupos de mulheres se tornou mais visível no Brasil e no mundo com o apoio de movimentos internacionais, e com trocas de informações. Segundo a socióloga Yumi Garcia dos Santos, cinquenta por cento das instituições existentes no mundo que se dedicam à mulher foram criadas durante a “Década da Mulher” (SANTOS, 2006, p. 403).

No Brasil, foi possível notar o surgimento de algumas instituições reunindo, especialmente, mulheres, como o Centro da Mulher Brasileira (CMB), criado em 1975, na cidade de Rio de Janeiro, e que tinha como objetivo discutir as desigualdades entre homens e mulheres. Como apresentado nos documentos do próprio centro, analisados por Yumi Garcia dos Santos, seu objetivo era: “combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais para que ela possa exercer o seu papel insubstituível e até agora não assumido no processo de desenvolvimento” (SANTOS, 2006, p.410).

Também em 1975, no mês de novembro, foi criado na cidade de São Paulo, a partir do Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, ocorrido em outubro do mesmo ano, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB)⁵, que tinha como objetivo trabalhar a condição feminina (PEDRO, 2012, p.247). Este Encontro foi patrocinado pelo Centro de Informação da ONU e pela Cúria Metropolitana

Em 1980, em São Paulo, foi criada a Rede Mulher de Educação⁶, uma organização não-governamental (ONG) que visava a educação popular de mulheres, e buscava apoio nas discussões feministas para promover a emancipação da mulher.

Como bem analisa a advogada, doutora em História e pesquisadora dos estudos de gênero Fabrícia Pimenta, com a abertura democrática e a criação de novos partidos políticos, passou-se a ter uma maior inserção de mulheres nos novos partidos e, também, nos já existentes.

Havia, também, feministas que participavam de partidos políticos. Elas se dividiam entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro

⁵ MELO, Hildete Pereira de; SCHUMACHER Schuma. **A segunda onda feminista no Brasil**. Mulher 500 anos atrás dos panos. Retirado do Site: <http://www.mulher500.org.br/quem-somos/>. Acessado em 20 set. 2015.

⁶ A Rede Mulher de Educação existe até hoje. Em sua página oficial, a Rede se apresenta como não-governamental: “Criada em 1980, a Rede Mulher de Educação é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, que promove e facilita a interconexão entre grupos de mulheres em todo o Brasil, constituindo uma rede de serviços em educação popular feminista. A Rede Mulher de Educação desenvolve ações junto a mulheres e homens, de grupos e instituições mistas, comprometidos com relações humanas sem nenhum tipo de subordinação/dominação. Tais ações visam a fortalecer a capacidade de enfrentamento das desigualdades de gênero, a superação do sexismo nas organizações e a valorização das diferentes contribuições femininas à sociedade. A metodologia da RME baseia-se na promoção da auto-estima e da participação crítica e criativa de cada pessoa, como sujeito ativo de seu desenvolvimento pessoal e do processo de transformação social, dentro de uma perspectiva cidadã e democrática. Explícita a inter-relação entre o cotidiano, o local e o global como espaços de luta política.” Consulta realizada no site oficial da Rede Mulher: <http://www.redemulher.org.br/INICIO1.HTM>. Acessado em: 15 jul. 2015.

(PMDB), o que facilitava a inserção das lutas de mulheres dentro dos órgãos públicos. (PIMENTA, 2010, p. 69, 70).

A criação de conselhos direcionados exclusivamente para mulheres tinha como proposta a aproximação entre o poder público e a participação popular. Dentro destes conselhos, as mulheres também tinham suas organizações voltadas para as reivindicações.

No entanto, a aceitação da criação dos conselhos não foi unânime, muito menos, a sua institucionalização por parte do poder público, tanto no Brasil como no mundo. Segundo a historiadora Céli Pinto em seu livro sobre o feminismo no Brasil, no qual analisa a institucionalização de projetos voltados para mulheres e as resistências de alguns movimentos feministas a esse envolvimento do governo,

no Brasil essa questão geral era vivenciada dentro de um quadro particularmente complicado pela história do país. A questão da institucionalização se colocava no momento de abertura política, quando havia, sem dúvida, uma aposta na construção de instituições políticas democráticas, capazes de dar conta de demandas represadas da sociedade ao longo dos anos de regime militar (PINTO, 2003, p.69).

O primeiro órgão de políticas públicas voltado especialmente para mulheres, foi o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECF-SP)⁷, criado em 1983. Segundo a socióloga Yumi Garcia Santos, que pesquisou sobre órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel dos movimentos feministas, o CECF-SP visava combater a discriminação contra a mulher e a inserção da mulher na sociedade. (SANTOS, 2006, p. 401-426).

Em 29 agosto de 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O Conselho se propunha a dar maior visibilidade às mulheres e garantir seus direitos. Era o que a lei de criação estabelecia:

Fica criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, com a finalidade de promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País⁸.

⁷ O CECF ainda está em funcionamento e segundo o site oficial: “O Conselho tem entre suas atribuições formular diretrizes e estimular, em todos os níveis da administração direta e indireta, atividades que combatam a discriminação contra a mulher e promovam sua plena integração na vida socioeconômica e político-cultural. Desenvolve também estudos e pesquisas sobre o tema, organiza encontros e participa de eventos nacionais e internacionais - como a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e a Conferência Municipal da Mulher”. Extraído do site: <http://www.condicaofeminina.sp.gov.br/portal.php/hist>. Acesso em: 11/11/2015.

⁸ BRASÍLIA. **Lei de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**. Brasília, 29 ago. 1985.

Ou seja, o intuito maior do CNDM era eliminar a discriminação, promover a igualdade de direitos e participação política das mulheres. Além disso, também assumiu o compromisso de lutar contra práticas discriminatórias entre homens e mulheres. Foi a partir do CNDM que as lutas das mulheres alcançaram maior visibilidade na mídia, como afirma a historiadora Fabrícia Faleiros Pimenta, em sua tese de doutorado:

Principalmente após a criação do CNDM as questões da esfera privada passaram a ter maior destaque nos meios de comunicação, tanto pela prática cotidiana quanto pelos debates acadêmicos promovidos por grupos feministas. Em consequência dessa visibilidade, dentre as várias bandeiras de mobilização e organização política das mulheres, duas destacam grande importância: a primeira trata de questões específicas para as mulheres, como a reforma das leis de aborto, dos direitos reprodutivos, das leis do divórcio e outras; a segunda refere-se ao associativismo das mulheres provenientes de diversos grupos (PIMENTA, 2010, p. 37).

Todo esse processo que estava acontecendo nas grandes capitais pelo país ecoava em outras cidades, cada qual com as suas peculiaridades, nas quais foram se formando grupos moldados sobre as próprias necessidades e anseios. Vale destacar, contudo, que o CMCFT foi criado meses antes do CNDM, no mesmo ano de 1985. Esse dado, analisado mais adiante, é importante para compreender a importância da mobilização em prol dos direitos das mulheres em Toledo, que foi a primeira cidade do Paraná a criar um Conselho da Condição Feminina, ainda antes da oficialização do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no Paraná, criado em 24 de outubro de 1985.

Existia uma ligação entre os conselhos estaduais e municipais com o conselho nacional, mas esses tinham liberdade nas realizações de seus eventos e escolhas de temas a serem trabalhados. As conselheiras recebiam cartilhas e participavam de eventos nacionais, mas podiam direcionar suas atividades com base em questões próprias de cada região, como exposto por Maria Cecília Ferreira, que foi membro do CMCFT, atuando como representante da Associação Toledana de Imprensa. Quando perguntada sobre a relação do CMCFT e CNCF, ela assim respondeu:

Não. Tinha essa liberdade. O que a gente recebia do nacional eram, às vezes, documentos. O Conselho Nacional aprovou algumas orientações, alguns documentos, ou se não, os próprios partidos políticos interagiam, tinham esses departamentos. (FERREIRA, 2014)

Discussões analisadas em âmbito nacional pelo CNDM também eram discutidas pelas mulheres que participavam do CMCFT em Toledo, o que refletia nos caminhos e perspectivas das mulheres que participavam deste. Observa-se que as ações promovidas por essa entidade nos seus primeiros anos de existência, sofreram, sobretudo, a influência de duas instituições voltadas exclusivamente para mulheres: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado também em 1985, no mesmo ano de criação do CMCFT, como já mencionado; e a Rede Mulher de Educação, criada em 1980.

Estas duas instituições deram base para a criação de conselhos estaduais e municipais da condição feminina em diversas regiões do país, na década de 1980. Por meio delas e de movimentos de mulheres, se estabeleceram redes de interlocução entre mulheres em busca por direitos no Brasil.

As conexões entre o CMCFT e a Rede Mulher de Educação ocorreram em Toledo, sobretudo, por meio dos contatos com uma ex-exilada política que tinha ligações familiares no município, Moema Viezzer, fundadora daquela Rede, como veremos mais adiante. Moema Viezzer⁹ se exilou em 1973 durante a Ditadura Civil-Militar e, ao voltar ao Brasil, em 1980, criou e organizou a Rede Mulher de Educação. Moema tinha vivido, durante o exílio, no Peru, Inglaterra e México, onde teve contato com discussões sobre gênero com outras mulheres e movimentos feministas.

As interlocuções propostas pela Rede Mulher nos anos 1980 tinham como temas, principalmente, as questões trabalhistas, as que envolviam a saúde da mulher e os seus direitos constitucionais. Durante esse período, segundo histórico da própria entidade, a Rede Mulher desenvolveu pesquisa com Clubes de Mães das Zonas Leste e Sul da cidade de São Paulo, participou no processo de discussão da Constituinte, e articulou mais de 750 grupos populares de mulheres, além da Emenda popular sobre os direitos da mulher¹⁰.

A relação do CMCFT com a Rede Mulher de Educação não se deu de maneira institucional, formalizada, mas por meio de parceria entre os membros do conselho e a própria Moema Viezzer, como ela mesma expõe:

⁹ Moema nasceu em Caxias do Sul-RS, em 1938. Formou-se em Belas Artes pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1962, com especialização em Cooperação Técnica Internacional pela Universidade de São Paulo (1992). Tem mestrado em Ciências Sociais pela pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990). Em 1997, Moema se mudou para Toledo, onde reside até hoje.

¹⁰ Extraído do Site da Rede Mulher: <http://www.redemulher.org.br/INICIO1.HTM>.

Assim: uma relação propriamente dita do Conselho Municipal de Toledo com a Rede Mulher não existia, do ponto de vista institucional. Mas como eu era de família de Toledo, toledana, e eu era também a coordenadora da Rede Mulher, sempre que podia eu mandava materiais para cá, trazia também quando vinha, os folhetos, publicações e tudo que a gente tinha, não só produzido por nós, mas o que mais facilmente chegava lá em São Paulo [eu] trazia para cá. Então, o pessoal aproveitou bastante. O que eu fiz aqui foi, principalmente no começo, dar um apoio de fora, quando foi solicitado, vindo para cá, dando palestras, no tempo da Constituinte, principalmente. (VIEZZER, 2015).

Por mais que as duas instituições não estivessem ligadas institucionalmente, o CMCFT manteve um intercâmbio com a Rede Mulher em seus anos iniciais, tanto por meio da leitura de material enviado, como por meio de conversações, participação em eventos e palestras promovidos pelo Conselho.

Toledo contava com algumas condições que possibilitaram a formação do CMCFT naquele momento. Antes mesmo da criação do conselho, já existiam grupos de mulheres organizados e que desenvolviam ações no município, como os Clubes de Mães e a Associação das Donas de Casa, em que participavam exclusivamente mulheres. Diversas mulheres também se mobilizavam em outras associações, que não contavam apenas com participação feminina, como a Associação dos Bancários, Associação dos Educadores e Associações de Moradores.

A Associação das Donas de Casa era formada por mulheres que se reuniam desde 1979 para discutir os preços dos alimentos, notícias dos jornais e da família. Segundo Joana Darc, que foi uma das integrantes da Associação das Donas de Casa:

E a gente atuava, assim, trocávamos receitas, né? Trocávamos ideias. Nós tínhamos a tarefa de acompanhar as notícias nacionais através dos jornais para levar a notícia de outros estados para a Associação sobre o que estava acontecendo. [...] A gente acompanhava, então, através de revistas e jornais o que estava acontecendo no país. Devido à carestia, devido ao governo militar, governo da repressão, dos anos de chumbo, e a gente então, levava os recortes de jornais (DARC, 2015).

Devemos considerar que a narrativa de Joana Darc considera mais de trinta anos de atividades da Associação das Donas de Casa. Não sabemos se Joana afirmaria nos anos 1980 que o problema, e a principal causa das reuniões da Associação das Donas de Casa, era o governo militar. Esta é uma leitura marcada pela temporalidade na qual foi feita a entrevista.

Silla Schroeder, que foi a presidente da Associação das Donas de Casa de Toledo, afirmou em entrevista concedida à pesquisadora Raquel Gislaïne Marques, que a entidade visava que as mulheres atuassem enquanto cidadãs, se reconhecendo no espaço público:

“Surgiu o movimento das Donas de Casa, onde nós fizemos um trabalho político e fizemos também um trabalho de promoção humana em cima da mulher” (SCHROEDER, *apud* Marques, 1998, p. 29).

Segundo a historiadora Zenaide Soares dos Santos Gatti, nas reuniões das mulheres na Associação das Donas de Casa de Toledo, além das discussões sobre saúde, abordavam assuntos de economia doméstica, preços, alimentação, educação, e promoviam troca de receitas, de informações e sugestões (GATTI, 1999, p.72).

Outro elemento a ser destacado na criação do CMCFT de Toledo é o contexto político local da primeira metade dos anos 1980. Entre os anos de 1983 a 1988, quando foi criado o conselho, esteve à frente da prefeitura o político Albino Corazza Neto, do PMDB, partido fundado em 1980, durante o período de redemocratização.

Diante das reivindicações em prol da participação popular, como nos mostra o historiador Jiani Langaro, a administração do prefeito Albino Corazza tinha como lema “Comunidade no poder”:

Naquele momento, havia apelos à ‘participação popular’ na administração pública, que passou a estar sintonizada com o clima político da Nova República e da liderança do PMDB nos governos estadual e federal (o último, após 1985). A gestão tinha como proposta dialogar com os ideais democráticos presentes no espaço público e no embate político daquele momento. (LANGARO, 2012, p. 54).

Como veremos mais adiante, o apelo a um discurso que pleiteava maior participação popular repercutia nas ações e materiais produzidos pelo CMCF de Toledo.

A criação do CMCFT se deu em um momento em que as mulheres estavam conseguindo maior participação política e maior inserção em cargos públicos. Mais mulheres se tornavam deputadas, vereadoras, prefeitas, o que possibilitou uma abertura para a criação de movimentos de mulheres, como associações e conselhos.

Como discutido pela autora Gislaine Marques, que desenvolveu uma monografia de Ciências Sociais sobre o CMCFT, um dos elementos favoráveis à sua criação foi a atuação política das mulheres em entidades e, também, na política em Toledo. A autora destaca o papel de Dalva Nogueira, vice-prefeita na época da criação do conselho e primeira presidente do CMCFT:

A condição precursora do município de Toledo na criação de um Conselho se deve a uma série de condições favoráveis, como por exemplo, haver grupos de mulheres muito atuantes em sindicatos (como o dos bancários), em

associações (como a dos aposentados ou donas de casa). Por outro lado, havia grande abertura política, pois na época o município de Toledo tinha uma mulher como vice-prefeita. A primeira vice-prefeita de Toledo, a senhora Dalva Nogueira, abriu um espaço muito grande para as mulheres no campo político, sendo também a presidente da 1ª gestão do CMCFT no período de 1985 a 1988 (MARQUES, 2006, p.25).

O Departamento Feminino do PMDB de Toledo teve influência na criação e nas ações do CMCFT, já que parte das mulheres que participavam do conselho tinha alguma ligação com tal órgão. Uma das conselheiras, Maria Cecília Ferreira, que era representante da Associação Toledana de Imprensa, na época também era presidente do Departamento Feminino do PMDB, criado em Toledo em dezembro de 1984.

Em sua formação contava com mulheres representantes de diferentes setores da comunidade, e em suas reuniões e resoluções apresentava discussões como a da inserção da mulher nas pautas políticas; das desigualdades entre homens e mulheres; e da Constituinte.

Segundo a lei de criação do Departamento Feminino do PMDB em Toledo, seu objetivo era “promover a organização dos departamentos Femininos do PMDB, junto às comunidades”¹¹. A Criação do Departamento feminino foi divulgada da seguinte forma pela imprensa local:

Mulheres se unem para criar departamento feminino do PMDB

Com a presença da vice-prefeita Dalva Nogueira, da secretária do Executivo do Diretório Municipal do PMDB, Geni Fabris, da diretora do Centro Social Urbano, Judith Colombelli e de ativas militantes do partido como as pioneiras dona Elma Friedrich Silla Schroeder, Leda Kuhn e a presença de várias mulheres, foi realizada no último dia 13, quarta-feira, uma reunião preparatória para a criação do departamento Feminino do PMDB. A animada reunião discutiu desde as questões relativas ao custo de vida, a importância da participação política das mulheres face a discriminação que sofrem na sociedade em que vivemos, até as eleições diretas para presidente da República.¹²

Essa participação político-partidária facilitou a criação do CMCFT, já que o grupo contava com o apoio do prefeito e da vice-prefeita.

1.1 A FORMAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA DE TOLEDO

¹¹ Câmara Municipal de Toledo. **Lei de criação do Departamento Feminino do PMDB de Toledo**. Toledo, nov. 1984.

¹² Mulheres se unem para criar departamento feminino do PMDB. **Jornal Do Oeste**, Toledo-PR, 15 nov. 1984.

A mulher de Toledo.
 Ah! A mulher de Toledo.
 Faz e está acontecendo.
 (JORNAL DO OESTE, 1985¹³)

As frases acima citadas foram as primeiras da reportagem intitulada “Mulher, na frente”, publicada no *Jornal do Oeste*, de Toledo, em janeiro de 1985. Na época, o jornal estava em seu primeiro ano de veiculação. Criado em maio de 1984, era publicado uma vez por semana, em seis páginas¹⁴. As notícias impressas tinham como finalidade, segundo o historiador Jiani Langaro, apresentar o cotidiano de Toledo e a vida e os assuntos relacionados às gestões públicas do município (LANGARO, 2012, p.314).

O tema dessa reportagem é o protagonismo de algumas mulheres, especificamente de duas, que abriram o seu próprio negócio: uma empresa de personificação de objetos. O título “Mulher, na frente” faz a inversão de uma frase muito conhecida que diz que “por trás de grande homem, sempre há uma grande mulher”.

Na reportagem, a mulher estaria na frente, no entanto, não é qualquer mulher que é valorizada ali, mas a mulher empreendedora, a mulher de negócios. É a esta a que se referiria o tom de exaltação da “mulher de Toledo”, o suspirar que o jornalista tenta imprimir na primeira frase da matéria, “Ah! A mulher de Toledo”.

Alguns dias antes da publicação desta reportagem, mais precisamente em 15 de janeiro de 1985 (institucionalizado por lei anos mais tarde, em 20 de agosto de 1988), havia sido criado por decreto o Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo. Diferente da reportagem, que privilegia o protagonismo da mulher empresária, o CMCFT abrangia um conjunto maior de mulheres, sobretudo aquelas que não tinham visibilidade no espaço público.

As primeiras dezessete integrantes representavam entidades e diferentes setores da comunidade toledana, tais como sindicatos, associações, entidades representativas e religiosas. No início, o Conselho era formado, basicamente, por uma representante de cada entidade, que participava das reuniões semanais que aconteciam todas as terças-feiras. Estas mulheres deveriam levar as propostas e anseios das entidades que representavam para serem discutidas nas reuniões.

¹³ Mulher, na frente. **Jornal Do Oeste**, Toledo-PR, 19 a 25 de janeiro de 1985.

¹⁴ Já no primeiro ano a tiragem do jornal passou de três mil para oito mil exemplares.

As dezessete mulheres que faziam parte do Conselho eram representantes das seguintes entidades: Associação das Donas de Casa (ADCT), representada por Sila Schroeder; Associação Toledana de Educadoras (ATE), representada por Aparecida Vendramini; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, representado por Iraci Dhemer; Associação dos Professores Municipais, representado por Regina Meris Fagotti; Igreja Evangélica Luterana, representada por Janete B. Ludwig; Diocese de Toledo, representada por Salete Apio; Sindicato dos Empregados no Comércio de Toledo, representado por Gladis Bellenz; Diretório Acadêmico da Facitol (Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato), representado por Ana Maria Nascimento; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo, representado por Vilma Peruzzo; Associação Toledana de Imprensa, representada por Maria Cecília Ferreira¹⁵; União Toledana dos Estudantes, representada por Noeli D’Avila; Departamento Feminino do PMDB, representado por Rosali Campos. Também faziam parte do Conselho a primeira dama do município, Cerenita Corazza¹⁶; a vice-prefeita Dalva Nogueira; e, da comunidade, sem vínculo com alguma entidade, Maria do Carmo Schroeder e Marines Leonardi¹⁷.

As mulheres que participavam do Conselho como membros ativos partiam de diferentes grupos e classes sociais, cada qual com suas reivindicações e singularidades. O Conselho tinha como proposta discutir questões e reivindicações levantadas por mulheres e “movimentos femininos”, e propor medidas junto aos órgãos públicos.

Além disso, o CMCFT se propunha a dar visibilidade às tais mulheres de diferentes segmentos da sociedade. E estas o tinham como um meio de conseguir tal visibilidade social, e como um meio de interlocução com a administração pública. Segundo a lei de institucionalização do conselho, o foco era a “defesa dos direitos e interesses da mulher”:

O Conselho Municipal da Condição feminina, criado pelo decreto nº 001/85, institucionalizado pela Lei nº 1.413/88, de 20/04/88, com sede e foro na cidade de Toledo, e órgão de âmbito Municipal, instituído junto ao gabinete do prefeito, e que deverá expressar as opiniões e reivindicações do conjunto de movimentos femininos e das mulheres em geral, subsidiando e propondo medidas aos órgãos da administração municipal e outros para a defesa dos direitos e interesses da mulher¹⁸.

¹⁵ Maria Cecília Ferreira, além de representante da associação Toledana de imprensa também fazia parte do Departamento Feminino do PMDB em Toledo. As publicações a respeito das atividades do conselho eram de sua responsabilidade.

¹⁶ Cerenita Corazza também era integrante do Departamento Feminino do PMDB.

¹⁷ Marines também fazia parte do Departamento Feminino do PMDB.

¹⁸ Lei: Regimento interno do Conselho da Condição Feminina de Toledo. Câmara Municipal de Toledo, 1988.

Como podemos ver, a forma como o Conselho foi criado já nos aponta a sua ligação com o governo local. O Conselho foi criado por decreto e institucionalizado em 1988, e em sua estrutura era ligado diretamente ao gabinete do prefeito Albino Corazza.

Outro fator importante a ser analisado neste primeiro período da criação do conselho é a própria inserção das mulheres no campo político de Toledo. No período entre 1983 a 1988, Toledo elegeu a primeira mulher vice-prefeita da cidade, Dalva Nogueira, que também fazia parte do CMCFT.

No Brasil, as discussões sobre feminismo e direitos das mulheres começaram a ganhar maior visibilidade com o processo de redemocratização. As mulheres, muitas delas inseridas em sindicatos, em partidos políticos e movimentos sociais, tinham suas lutas voltadas para questões do cotidiano e de direitos sociais, como direito à aposentadoria, ao atendimento médico, ao trabalho e à educação.

Para Maria Cecília Ferreira, que fazia parte do Conselho como representante da Associação Toledana de Imprensa, as atividades do conselho visavam organizar as mulheres de Toledo em torno de um espaço institucional:

O principal da atuação era essa questão da organização das mulheres de ter um espaço político, institucional, para que a gente pudesse se expressar e buscar fazer com que mais mulheres se somassem às lutas e às atividades e participassem de organizar, de trazer a mulher à participação, e fazer com que elas compreendessem até o papel dela, que não é só ficar né... Claro que naquela época já não era como na época da minha mãe, das gerações passadas. Muitas mulheres já trabalhavam, tinham profissões. (...) já tinha um grupo de mulheres atuantes, professoras, mas a participação ainda era limitada, tinha pouca participação política, esses temas estavam sempre em pauta. (FERREIRA, 2014)

Maria Cecília, na época da criação do conselho, além de representante da Associação Toledana de Imprensa, também era nora da vice-prefeita Dalva Nogueira, que também fazia parte do Conselho. Ambas faziam parte do Departamento Feminino do PMDB.

Maria Cecília teve uma vida política bastante ativa, sendo presidente do Sindicato dos Servidores de Toledo de 1989 até 1992, além de ser eleita a primeira vereadora de Toledo em 1992. Entre 2013 e 2014, Maria Cecília voltou a atuar no Conselho, que nesse momento tinha outra denominação (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher), na qualidade de sua presidente.

É a partir de um olhar retrospectivo que ela narra quais os significados da criação do CMCFT, destacando sua importância enquanto um espaço criado para que as mulheres tivessem

maior visibilidade e participação no espaço público, grandes necessidades daquele momento, em que, segundo ela, “a participação [das mulheres] ainda era limitada, tinha[m] pouca participação política”.

Poderemos perceber a seguir que a maioria dos temas abordados nas reuniões mensais com as representantes dizia respeito à saúde das mulheres, alimentação, família, direitos sociais (como à aposentadoria) e à inserção no mercado de trabalho, assim como a inserção da mulher no espaço público. A seguir abordaremos como essas reivindicações emergiram a partir das atividades desenvolvidas pelo CMCFT nos seus primeiros anos.

1.2 “SOU MULHER E QUERO PARTICIPAR!”: I ENCONTRO DE MULHERES TOLEDANAS

Já em seu primeiro ano de criação, 1985, o Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo promoveu dois encontros de mulheres, a Conferência Municipal sobre a Saúde da Mulher e o Primeiro Encontro de Mulheres Toledanas. Estes dois eventos contaram com a participação de uma grande quantidade de mulheres, reunidas para discutir questões voltadas principalmente à saúde, à família, e à Constituição. O Conselho foi criado, justamente, em tempos de formulação da nova Constituição brasileira.

Nesse período de transição da ditadura para a democracia, durante os anos 1980, houve uma grande mobilização na sociedade civil em prol da elaboração da nova Constituição. Neste processo diversos grupos sociais se organizaram, como os movimentos de trabalhadores, urbanos e rurais, grupos de mulheres, entre outros, com o objetivo de assegurar os seus interesses e seus direitos.

Em relação aos movimentos de mulheres e feministas, a advogada e feminista Iáris Ramalho Cortês afirma que “‘A constituição cidadã’ foi elaborada com ampla participação da sociedade. O movimento de mulheres e feministas foi um dos grupos mais ativos e influenciou os constituintes com seu ‘lobby do batom’, conseguindo incluir na nova Carta Magma a grande maioria de suas reivindicações de então” (CORTÊS, 2012, p.263).

Nos primeiros anos do CMCFT, a constituição foi o mote para a discussão de muitas pautas, como aponta Rosali Campos, uma das representantes do Departamento Feminino do PMDB no Conselho:

Era uma união de forças. Então, se levava para as entidades que elas representavam as ideias e se discutia as programações a serem feitas, ou na semana da mulher ou em outras ocasiões que tivesse algum evento, sempre colocando essas questões dos direitos das mulheres. Até porque, nesse período todo, 88, a constituinte, foi elaborada a nova constituição. (CAMPOS, 2015).

Rosali percebe o CMCFT, em seus primeiros anos, como um espaço de “união de forças” por parte de diferentes entidades em torno de interesses que envolviam os direitos das mulheres, sobretudo em função do contexto de elaboração da nova constituição brasileira.

A temática principal do I Encontro de Mulheres Toledanas, promovido pelo CMCFT nos primeiros meses de sua criação, estava ligada ao tema da Constituinte, especialmente, em relação à participação das mulheres e sua inserção nas questões públicas. Uma das duas palestras oferecidas durante o encontro foi sobre o tema “A mulher e a Constituinte”.

O *slogan* do evento, ocorrido em 29 de setembro de 1985, no Centro Social Urbano de Toledo, também demonstra essa tônica do momento político que se vivia: “Sou mulher e quero participar!”. Nesta frase existe, em primeiro lugar, a afirmação de uma identidade de gênero - “sou mulher” - e, ao mesmo tempo, a manifestação de uma reivindicação em prol da participação política, da organização popular e de inserção no espaço público – “quero participar”. Além da ligação entre as duas ideias, pela partícula “e”, a frase é escrita de forma imperativa, pois é sinalizada pelo ponto de exclamação, o que indica uma reivindicação de direitos associada à afirmação da identidade de gênero.

Estas mulheres estavam em busca de direitos, sejam estes trabalhistas, sociais, políticos, ou de emancipação. E suas lutas, e dos feminismos no Brasil desse momento, buscavam a aquisição de direitos básicos às mulheres: direito de serem diferentes e de serem reconhecidas como cidadãs (PEDRO, 2005, p.90). Assim, a frase de efeito utilizada como *slogan* do I Encontro de Mulheres Toledanas estava ligada a essa perspectiva, na qual as mulheres estavam lutando para tomar parte de seus direitos enquanto cidadãs e sujeitos políticos.

Sugestiva é a composição do panfleto de divulgação do evento:



FIGURA 1. Panfleto distribuído à população de Toledo antes do Encontro.

A imagem escolhida para ilustrar o panfleto é a de um rosto de uma mulher erguido, com os olhos ainda fechados, saindo de uma pele. A pele, ao se abrir, forma uma imagem parecida com a de um coração, o que propõe o afastamento de um estereótipo que liga a mulher ao atributo amor e, assim, indica o despertar para a libertação, a emancipação das mulheres.

Tal perspectiva se confirma ao associarmos a imagem à parte escrita do documento, sobretudo ao *slogan* do evento “Sou mulher e quero participar” e aos temas das palestras: “A mulher e a organização popular” e “A mulher na Constituinte”.

No canto direito superior do panfleto aparece o *slogan* do programa do governo municipal: “Toledo, comunidade no poder”. Como já mencionado, durante a gestão de Albino Corazza do PMDB, entre 1983 e 1988, foi promovida uma política de incentivo aos conselhos compostos por diferentes setores da comunidade. Esta inserção do *slogan* no panfleto demonstra a ligação do evento com a prefeitura, que foi a responsável pela confecção do material de

divulgação. Dentro desta política, as mulheres integrantes daquela “comunidade” também deveriam participar.

A presença de mulheres no evento foi expressiva. Cerca de 640 mulheres de Toledo e de municípios vizinhos participaram do Encontro, que conseguiu mobilizar muitas mulheres de camadas populares. Como observado em entrevista, Rosali Campos, uma das conselheiras, quando perguntada em entrevista sobre as mulheres que participavam dos eventos, respondeu: “As que vinham participar geralmente eram as mulheres mais carentes” (CAMPOS, 2015).

Na década de 1980, Toledo tinha uma população formada por pouco mais de oitenta mil habitantes¹⁹, sendo que destes, 42 mil moravam na zona urbana e 38 mil na zona rural²⁰. O protagonismo das mulheres na esfera pública política, em que pesa o fato de o município ter uma vice-prefeita naquele momento, ainda era algo novo, sobretudo se considerarmos a região, na qual os costumes da vida no espaço rural, ligado à agricultura, ainda eram muito fortes.

Provavelmente, um dos fatos que colaborou para a participação das mulheres nesse evento, além do momento político vivido nacional e localmente, foi a própria estruturação do evento, sua divulgação e apoio por parte do aparato administrativo municipal. O panfleto de divulgação do evento foi produzido pela prefeitura de Toledo, que na época contava com uma jornalista integrante do Conselho trabalhando na área de comunicação, Maria Cecília Ferreira.

O evento também foi noticiado na imprensa local, no Jornal do Oeste, que noticiou de forma bastante objetiva as atividades a serem desenvolvidas no evento. A notícia, contudo, estava desacompanhada de uma narrativa opinativa sobre o fato e seu significado para a cidade ou para as mulheres:

Encontro de Mulheres

No próximo domingo o Conselho Municipal da Condição Feminina, que tem a vice-prefeita Dalva Nogueira na presidência, está realizando o 1º Encontro de Mulheres Toledanas, tendo como local o centro Social Urbano da Vila Pioneiro. O Início dos trabalhos está determinado para as 9 horas, com uma palestra da socióloga e pesquisadora Moema Viezzer, sobre “A Mulher e a Organização Popular”. O almoço será às 12 horas às participantes e, às 14 horas, a doutora Norma Kiriaco, procuradora do Estado de São Paulo e integrante da Comissão Constituinte daquele Estado falará sobre “A mulher e a Constituinte”. Em seguida as palestrantes serão seguidas de Trabalhos em grupo e de plenárias²¹.

¹⁹ Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná / Organização de Alfredo Fonseca Peris - Cascavel: Cascavel, 2003.

²⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.

Também no Jornal do Oeste foi publicada uma nota sobre o evento com a fala de Dalva Nogueira, presidente do conselho, a qual expôs os objetivos das atividades que seriam desenvolvidas no evento:

Encontro de Mulheres Toledanas

No próximo dia 29 do corrente mês, estará acontecendo o I Encontro das Mulheres, em programação do Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo. A Presidente do Conselho, Vice-Prefeita Dalva Nogueira, disse que “O objetivo do encontro é unir as mulheres, fazendo despertar o gosto pela participação política, administrativa e social”. Dalva entende que “Nos dias de hoje a mulher não pode mais continuar sendo vista apenas como a Rainha do Lar, irremediavelmente voltada para os afazeres de dona-de-casa”²².

Como vemos, a fala da presidente do conselho Dalva Nogueira vai ao encontro da perspectiva apresentada pelo panfleto de divulgação do evento. Para ela, o evento deveria promover a emancipação da mulher, com a sua inserção no espaço público, não somente no meio privado. Assim a imagem de uma mulher saindo de uma pele em formato de coração, e de cabeça erguida, cabe muito bem ao objetivo do encontro apresentado pela presidente do Conselho.

Logo abaixo desta nota o jornal apresentou a programação e o local do evento:

Programação Movimentada

O I Encontro de Mulheres Toledanas terá como local o Centro Social urbano da Vila pioneiro, das 9 às 16 horas. Pela manhã a escritora e socióloga Moema Viezzer, de São Paulo, proferirá palestra sobre “A Mulher e a Organização Popular”. Em seguida serão realizados os trabalhos em grupos e a plenária, debatendo o tema abordado pela palestrante. No período vespertino as atividades serão reiniciadas com uma palestra sobre “A mulher e a Constituinte”, pela doutora Norma Kiriako, procuradora do estado de São Paulo e membro da Comissão Constituinte daquele Estado e que servirá de tema para os trabalhos em grupos e para a plenária.²³

Vale lembrar que neste periódico as mulheres, enquanto sujeitos políticos, não tinham muito destaque. Como analisamos no início, neste jornal a maioria das matérias em que as mulheres aparecem é de colunas destinadas a sociabilidades, eventos sociais, fotos de debutantes e modelos²⁴.

²² Encontro de Mulheres Toledanas. **Jornal do Oeste**, Toledo-PR, 26 set. 1985.

²³ Ibidem.

²⁴ Compreendemos os jornais como produtos de interesse dos seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representam, como exposto pela historiadora Laura Maciel: “Ainda é preciso refletir sobre procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não a tomar como um espelho ou expressão de realidade passadas e presentes, mas como uma prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se

A abertura das atividades do I Encontro de Mulheres Toledanas foi feita pela presidente do Conselho Dalva Nogueira, presidente do CMCFT entre 1985 e 1987. A primeira conferencista foi Moema Viezzer, da Rede Mulher de Educação. Ela foi convidada por Rosali Campos, uma das fundadoras da Associação de Donas de Casa de Toledo, que conhecia a conferencista de encontros em São Paulo. Segundo Rosali Campos, na época, ela residia em Curitiba e fazia parte do Conselho Estadual da Condição Feminina daquela cidade, mas mantinha contato com o conselho de Toledo e fazia parte da organização do mesmo²⁵.

Na época, Moema Viezzer já tinha um histórico de participação em movimentos populares e de luta por direitos das mulheres no Brasil, e também no exterior. Como mencionado, ela se exilou do Brasil entre 1973 e 1980.

Seu exílio ocorreu, pois Viezzer utilizou a Pedagogia da Libertação de Paulo Freire em atividades nas áreas da educação, saúde e serviço social que desenvolveu em comunidades carentes dos Estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão. Segundo ela, a utilização da metodologia fez com que fosse considerada uma inimiga do Estado. Na época em que foi acusada de ser informante internacional de Paulo Freire, ela tinha voltado para São Paulo e foi informada por uma amiga que estava sendo procurada. Então, durante o ano de 1972, se escondeu em casas de parentes e amigos, até se exilar em 1973²⁶.

Durante o seu exílio, manteve contato com diferentes organizações populares e com entidades e mulheres que se propunham a discutir questões relacionadas ao feminismo e gênero. Também conheceu a mineira boliviana²⁷, Domitila Barrios de Chungara, e resultante deste encontro, publicou um livro com as entrevistas gravadas com a mineira. O livro “Se me deixam falar...”, foi publicado em quatorze idiomas. Com a sua volta ao Brasil, se propôs a discutir com as mulheres questões sobre seus direitos e sobre sua emancipação.

O movimento de voltar ao Brasil e trabalhar em causas relacionadas a pautas feministas feito por Moema, também foi realizado por outras mulheres exiladas que, depois de anos de ausência, retornaram aos seus países de origem. As mulheres que voltaram do exílio para o Brasil, e que tinham tido contato com feminismos no exterior, muitas vezes se propuseram a discutir estas questões com diferentes grupos no Brasil, como expõe Sarti:

pretendem ser compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais que se opõe em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa.” (MACIEL, 2006, p.15).

²⁵ CAMPOS, Rosali. **Entrevista concedida a Talita Maisa Santana**. Toledo, PR, 10 fev. 2015.

²⁶ Dados retirados da entrevista de Moema Viezzer, concedida a Talita Maisa Santana, em fevereiro de 2015, em Toledo-PR.

²⁷ Cf. VIEZZER, Moema. **“Se me deixam falar...”**. São Paulo: Global, 1984.

A anistia de 1979 permitiu a volta das exiladas no começo dos anos 1980, reencontro que contribuiu para fortalecer a corrente feminista no movimento de mulheres brasileiras. As exiladas traziam, em sua bagagem, não apenas a elaboração de sua experiência política no exterior, como também a influência de um movimento feminista atuante na Europa. (SARTI, 2004, p.41).

No I Encontro de Mulheres pode-se perceber que Moema fez uso da metodologia de educação de Paulo Freire nas dinâmicas desenvolvidas com as participantes. Ao discutir o tema “A mulher e a organização popular”, ela dividiu as participantes em dez grupos de discussão, propondo questões diferentes para cada um, estimulando-as a discutir os temas a partir das suas próprias experiências e anseios. As propostas para as perguntas trabalhadas foram publicadas em formato de cartilha, que promoveu o CMCFT e as suas conquistas²⁸.

Podemos perceber que a intenção do evento era de que as mulheres, não só discutissem problemas, mas que, principalmente, fizessem proposições, e ajudassem a construir políticas e ações para o próprio conselho naquele momento inicial de trabalho. No evento, portanto, a participação ativa das mulheres na formulação de prioridades, indicação de problemas, de temáticas a discutir e de projetos a serem realizados foi estimulada pelas organizadoras.

As questões sugeridas pelas mulheres, após a realização dos grupos de discussão, foram as seguintes: Grupo 1: Que medidas e atividades os grupos de mulheres de Toledo podem sugerir para o conselho municipal?; Grupo 2: Quais as problemáticas que geram a sociedade transviada? Grupo 3: Quais os temas que vocês apontariam como mais importantes para estudos e debates sobre a mulher toledana?; Grupo 4: Quais são os projetos que o conselho deve promover para aumentar a participação da mulher nas atividades sociais?; Grupo 5: Sugira algumas formas de organização, mobilização de mulheres que o conselho pode apoiar e incentivar em Toledo. Grupo 6: Quais as organizações de mulheres existentes em Toledo? Como o Conselho pode apoiar as organizações de mulheres? Grupo 7: Quais são os direitos da mulher, já conquistados, e no que o conselho deve ajudar para fiscalizar sua aplicação? Grupo 8: Quais são os direitos que a mulher ainda não conquistou e como o conselho deve lutar para que sejam alcançados? Grupo 9: Que denúncias vocês teriam a fazer sobre formas de discriminação da mulher que existem em Toledo; Grupo 10: as discussões não apareceram com um tema neste grupo, mas, em sua maioria, se remetem aos direitos trabalhistas.

As questões propostas visam obter opiniões das participantes sobre problemas existentes, e impetrar conjecturas para serem levadas ao conselho. Há uma clara preocupação

²⁸ I Encontro de Mulheres Toledanas. Conclusões e propostas para a constituinte. CMCFT/Toledo. Cascavel, ed. Assoeste, 1985. (A.I.C).

em desenvolver práticas que incentivassem mais a participação, organização e mobilização de mulheres e, também, em discutir a problemática da sua discriminação, e quais seriam os seus direitos, como garanti-los e fiscalizá-los.

A questão do Grupo 8, por exemplo - “Quais são os direitos que a mulher ainda não conquistou e como o conselho deve lutar para que sejam alcançados?” - se insere nas questões levantadas pelos movimentos de mulheres no Brasil da época da redemocratização: de busca de direitos sociais, econômicos e de emancipação, como apresenta Sarti:

Nos anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As idéias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas se alastravam pelo país. Houve uma significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. (SARTI, 2004, p.42)

O tema do Grupo 9 - “Que denúncias vocês teriam a fazer sobre formas de discriminação da mulher que existem em Toledo?” - também só era viável de ser discutida naquele cenário, no qual as mulheres podiam exteriorizar as relações entre homens e mulheres e as desigualdades de gênero.

Estas discussões foram possíveis, em grande parte, devido à aproximação das mulheres do CMCFT e do Conselho Nacional da Condição Feminina, com o apoio da Rede Mulher, que traziam para o debate algumas questões levantadas pelos movimentos feministas no Brasil.

No Brasil, as questões levantadas pelo chamado feminismo de “segunda onda” vivido noutros países, passaram a ser discutidas no final dos anos 1970. Porém, aqui eram muito mais pautadas em direitos trabalhistas e em igualdade de direitos, do que propriamente nas relações que favoreciam a manutenção das desigualdades de gênero. Ou seja, as discussões no Brasil não se propunham a desmistificar as causas das desigualdades existentes entre homens e mulheres, seja no âmbito profissional ou doméstico, como analisa a historiadora Joana Maria Pedro:

No Brasil, com tantas mazelas políticas e sociais, havia mais a fazer para além de combater o machismo ou defender a liberdade sexual da mulher [...] Durante a década de 1970 e grande parte da década de 1980, o embate ideológico das ativistas ficou centralizado entre duas ‘lutas gerais’ (contra a ditadura, por mudanças sociais ou pelo socialismo, por exemplo) e as lutas ‘específicas’ das mulheres (PEDRO, 2012, p.252).

Pode-se dizer que o Conselho, por meio do encontro promovido em 1985, procurou colocar em pauta algumas questões feministas que estavam em discussão na época, sobretudo no que se refere aos direitos sociais, à saúde e participação. Estas foram apropriadas pelas mulheres de Toledo e reelaboradas conforme as suas necessidades.

As principais questões eram elencadas com base em direitos à saúde, educação e trabalho. Podemos observar isso no que foi apresentado por cada grupo e, principalmente, nas questões levantadas nas sete propostas discutidas pelo Grupo 1, como “Creches para as crianças que as mães trabalham, não são número suficiente”.

Durante as décadas de 1970 e 1980, Toledo passou a agregar cada vez mais as atividades industriais²⁹, fazendo com que o trabalho industrial feminino aumentasse e, assim, a demanda por creches, como apresentado pelo historiador Davi Félix Schreiner:

Desde os anos 70, observa-se, no município de Toledo, uma grande inserção da mulher no mercado de trabalho, provocando novas situações alternativas em relação as crianças. Os cuidados e a educação das crianças passaram a ser complementados pelos serviços do poder público (SCHREINER, 1997, p.102).

Na tabela abaixo, podemos visualizar a evolução do emprego de homens e mulheres nos três setores econômicos, entre 1980 e 1986, em Toledo. Conforme a tabela, há um aumento no emprego nos setores secundário e terciário e, conseqüentemente, uma diminuição no emprego no setor primário, o qual, contudo, ainda empregava quase metade da população:

Tabela 1. Percentual de participação dos setores econômicos no total do valor adicionado em Toledo (1980-1989)

Ano	SETORES (%)		
	Primário	secundário	Terciário
1980	57,09	24,92	17,99
1981	48,31	33,09	17,81
1982	47,69	30,25	22,07
1983	35,39	49,42	15,19
1984	42,74	35,01	21,45
1985	42,75	35,52	21,73
1986	46,24	30,31	23,45

²⁹ CAMPOS, Sabrina Masiero. **O processo de industrialização em uma fronteira agrícola: o caso de Toledo PR.** Toledo, 2007. 110p. 10 de setembro de 2007.110f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio)– Universidade Estadual do Oeste do Paraná, p. 81.

Fonte: RIPPEL, 1995.

Sem creches, as mulheres tinham dificuldades em trabalhar em empresas, pois a responsabilidade da criação dos filhos ainda recaía exclusivamente sobre elas. A existência de locais públicos para que elas pudessem deixar seus filhos era de suma importância, como pudemos notar nos assuntos que emergiram nas discussões do Encontro anteriormente citado, e também na entrevista feita com uma das conselheiras, Rosali Campos:

Outra luta grande que foi do conselho foi a questão da instalação das creches. Que aí começou um grande movimento de mulheres, que se envolveram no trabalho, começou a surgir mais empresas, a Fiasul e outras, a Fármaco, também a Prati Donaduzzi, começou a se instalar, já naquela época. Aí já começou essa mobilização das mulheres que queriam sempre o apoio do conselho para que o município colocasse creche nesses locais. Então foi uma das lutas também (CAMPOS, 2015).

Em nível nacional, a reivindicação em prol de creches já existia há alguns anos. O tema tinha sido discutido, por exemplo, durante o I Congresso da Mulher Paulista, em 1979, dando início ao Movimento de Luta por Creche. Durante esse período, se discutia se as creches eram, ou não, lugar adequado para as crianças, como bem analisa a feminista, ex-presa política, Maria Amélia de Almeida Teles:

A luta por creche levou a um grande debate ideológico a respeito do papel da mulher e da família (...) A seguir, veio o combate ao carácter de orfanato ou de depósito de crianças que caracterizava as poucas creches existentes. O movimento exigiu que a creche devia ser encarada, tanto pelo Estado como pela sociedade, como um direito da criança à educação, pois “os nossos filhos podem e devem ser educados desde bebês” (TELES, 2003, p.104).

As discussões sobre as necessidades das mulheres de Toledo encontraram consonância com os debates promovidos em outros locais.

Outras propostas que emergiram durante o Encontro de Mulheres Toledanas - tais como “Reuniões com mais comunicação entre as pessoas, vergonha de pedir emprego”; “Mais palestras com os jovens, porque eles não obedecem os pais, integrar o jovem na comunidade, para que haja mais respeito por parte deles com os pais.”; “Deverá haver mais participação por parte das mulheres nas reuniões feitas.”; “Grupos com líderes autocráticos que logo se acabam por desânimo dos particulares” - tratavam de problemas de relacionamento com os jovens da família, de vergonha ou falta de participação das mulheres, autoritarismo de líderes, enfim,

questões sobre as quais também se via que o conselho poderia, de alguma forma, contribuir para minimizar. Isso demonstra a expectativa das mulheres em relação ao conselho recém-fundado.

Um dos tópicos que chama a atenção é a menção à “vergonha de pedir emprego”. Essa menção mostra que muitas mulheres ainda tinham vergonha de oferecer a sua mão-de-obra fora de suas casas.

A sexta proposta do Grupo 1 (“No interior, eleger uma líder, para orientar as demais. A qual elas poderão se dirigir para resolver seus problemas”), demonstrava a preocupação em organizar as mulheres que moravam na zona rural, já que em Toledo, na década de 1980, 48% da população morava ali³⁰. Dos 81 mil habitantes, 38 mil residiam na área rural, quase a metade da população toledana. E esse já era um número reduzido, se comparado aos de décadas anteriores.

Durante este período, no município, existia uma preocupação em envolver as mulheres trabalhadoras rurais nas atividades desenvolvidas pelos movimentos sociais, pela prefeitura e pelas cooperativas. Esse foi o caso da COOPAGRO - Cooperativa Agrícola do Oeste Ltda., que era a maior cooperativa da cidade.

Segundo o historiador Davi Félix Schreiner, em seu livro sobre a formação da cultura do trabalho no extremo Oeste do Paraná, esta cooperativa buscou, juntamente com a mecanização da agricultura, o aumento da produção (como da soja e do milho) e escoamento dos produtos manufaturados da região Oeste do Paraná, em específico de Toledo.

No entanto, como a década de 1980 foi marcada por dificuldades no setor agrícola devido à crise mundial e às restrições de crédito para esse setor, as cooperativas estimularam a diversificação da agricultura, por meio de palestras, reuniões, organização de alguns eventos, inclusive o promovido pelo próprio CMCFT.

Apesar da proposta de incentivo à industrialização, o município manteve fortes laços com primeiro setor local para driblar a crise na agricultura, e como o número de mulheres que moravam no campo ainda era expressivo, estas questões específicas do desenvolvimento da cidade aparecerem nas atividades do encontro.

Na sétima e última proposta - “Palestras para conscientizar a mulher sobre seus direitos, o que pode e deve dentro do casamento, juntamente com o marido” -, se demonstra o debate ocorrido sobre as relações de gênero e sobre a questão dos direitos e deveres da mulher dentro do universo doméstico, especialmente no relacionamento entre marido e esposa.

³⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo-IBGE, 2000.

Como apontado pela historiadora Raquel Soihet, os movimentos feministas no Brasil na década de 1980 questionavam as relações de gênero, as formas de subordinação das mulheres e, principalmente, lutavam contra os abusos sofridos por elas, como maus tratos e até assassinatos, transformando a vida privada em assunto público. Para eles, a violência sofrida pelas mulheres deveria ser intercedida pelo poder público (SOIHET, 2012, p.29-40).

No Grupo 2, que trabalhou o tema “Quais os problemas que geram a sociedade transviada”, foram elencados os seguintes problemas: remuneração; salário mínimo; falta de moradia; falta de roupas; problemas de comunicação, como a falta de telefones públicos; falta de limpeza pública – lixo nas ruas; mal atendimento no Instituto Nacional de Previdência Social - INPS; falta de bom atendimento médico (atendimento dos médicos, mal atendimento às gestantes, falta de treinamento para as enfermeiras, enfermeiras mal pagas, orientação sobre anticoncepcionais, orientação sobre laqueadura); transporte; falta de creches (e orientação para quem atende em creches, e maior espaço no local das creches); falta de orientação para mulheres e crianças espancadas; má orientação para a saúde das mulheres (métodos contraceptivos) e violência doméstica.

A questão, elaborada por Moema Viezzer, parte da noção que existia uma sociedade transviada, uma desordem social, deixando aberta a interpretação do que isso seria. As mulheres classificaram os problemas da “sociedade transviada” como sendo de ordem econômica, pela falta de políticas públicas, desassistência na área da saúde, assim como também aparecerem questões de gênero, como o direito de não ter filhos e o direito de trabalhar fora de casa. Tais reivindicações expressam os problemas e exigências de mulheres de diferentes extratos sociais, níveis de formação e escolaridade.

A relação das propostas das mulheres com a situação política do Brasil na época pode ser melhor discutida a partir das questões que surgiram na segunda parte do evento, quando a, então, procuradora geral do Estado de São Paulo e integrante do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, em sua palestra, abordou o tema “A mulher na Constituinte”.

Depois da realização do evento, as conselheiras formularam um panfleto para divulgar e ampliar as questões discutidas, que continha as atividades desenvolvidas no evento, os temas discutidos e as propostas apresentadas pelos grupos de discussão³¹. O folheto apresentava as discussões realizadas nos grupos e as resoluções apontadas durante o evento.

³¹ Folheto do I Encontro de Mulheres Toledanas, 1985.

Os resultados foram noticiados pela imprensa local, que destacou a relação do evento com o contexto de discussão da nova Constituição, como podemos perceber na matéria do Jornal do Oeste:

Conselho da Condição feminina mostra o quer a mulher.

A presidente do Conselho da Condição feminina de Toledo, Dalva Nogueira, divulgou esta semana os resultados do I Encontro de Mulheres Toledanas, realizado recentemente pela entidade. Segundo dona Dalva, os problemas da mulher 'são comuns em todas as regiões, estes que levantamos através desse encontro servirão como sendo a nossa contribuição para a Constituinte que vem aí'³².

No entanto, como apresentado na própria cartilha, nas propostas apresentadas, as discussões foram além das discussões próprias à Constituinte. As mulheres apontaram questões locais, de saúde, de preconceitos de gênero na família e na sociedade, por exemplo.

1.3 “NÃO SOMOS APENAS ÚTEROS”: A CONFERÊNCIA MUNICIPAL SOBRE A SAÚDE DA MULHER

O outro evento promovido pelo CMCFT foi a Conferência Municipal sobre a Saúde da Mulher, que ocorreu em 23 de agosto de 1986, e contou com a participação de mais de 190 mulheres. A conferência foi organizada pelo CMCFT em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social de Toledo, com a COOPAGRO - Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda., e com o 21º Distrito Sanitário.

A participação de uma cooperativa agroindustrial no evento, como já apontado no item anterior, se deve ao papel do setor agrícola no município e à relevância daquela cooperativa na localidade.

O evento serviu como preparatória para a Conferência de Saúde e Direitos da Mulher, que foi realizada em Curitiba para a escolha das delegadas do Paraná. A Conferência foi divulgada pela imprensa, contribuindo para o amplo número de mulheres participantes. O Jornal do Oeste ressaltou a grande expectativa em torno da conferência:

³² Conselho da Condição feminina mostra o quer a mulher. **Jornal Do Oeste**, Toledo, PR, 03 ago. 1985.

No próximo dia 23, será realizada em Toledo, a 1ª Conferência Municipal Sobre a Saúde da Mulher, preparatória da pré-conferência de saúde e direitos da mulher, programada para 10 de setembro em Curitiba, onde serão escolhidas as delegadas do Estado do Paraná, que participarão, de 9 a 12 de outubro, da Conferência Nacional da Saúde da Mulher, no centro de convenções, em Brasília. Em Toledo a Conferência deverá reunir centenas de milhares, no Centro Social Urbano da Vila Pioneiro.³³

Percebe-se a ligação entre as atividades desenvolvidas em Toledo e as desenvolvidas na capital e em outros Estados, por meio da ligação com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com os quais se estabeleciam trocas.

A cerimônia de abertura da conferência foi feita pela então presidente do CMCFT, Dalva Nogueira, que compunha a mesa de honra da cerimônia junto com Albino Gogo, representante da COOPAGRO, com a assistente social Maria do Carmo Schroeder, representante do 21º Distrito Sanitário, com a enfermeira Jussara Muraro Tonel da Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social, e com as conferencistas Sônia Lafoz, socióloga, e Vera Lúcia Martins, chefe de enfermagem de Toledo³⁴.

A conferência foi dividida em dois momentos: no primeiro, foi ministrada uma palestra sobre saúde da mulher; no segundo, as mulheres participantes foram divididas em 15 grupos de discussão. A metodologia de discussão foi a mesma utilizada no encontro anterior.

A palestrante convidada foi a socióloga Sônia Lafoz, perseguida durante a ditadura por fazer parte das organizações VAR- Palmares e MR8, e ter participado da luta armada. Durante os anos de guerrilha contra a Ditadura Civil-Militar ela adotou o pseudônimo de Mariane, e teria participado do sequestro do embaixador argelino Hafid Keramane, em 1970, e do assalto ao "cofre do Adhemar", ex-governador de São Paulo.

Sônia se exilou no Chile em 1971, e como tinha cidadania francesa por conta da ascendência de seus pais, foi à França, onde foi eleita pelo Partido Socialista como vereadora da cidade de Saint-Denis. Sônia só voltou para o Brasil em 1979. Desde então, mora em Curitiba, onde desenvolve trabalhos na área da saúde³⁵.

Algumas mulheres exiladas, como Sônia Lafoz, tinham contato com movimentos de mulheres mais consolidados de outros países, e que se tratavam dos direitos das mulheres,

³³ Saúde da Mulher. **Jornal Do Oeste**, Toledo, PR, 18 ago. 1986.

³⁴ Conferência Municipal sobre a Saúde da mulher (CMCFT). Toledo, 23 ago. 1986.

³⁵ Extraído do site da Gazeta do Povo, para quem Sônia deu uma entrevista em 2013: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/i-love-guerrilheira-sonia-bnaurjlbucfyenp08jqccab7y>. Acessado em: 20/07/2015

discutindo a contracepção, o direito ao corpo, entre outros assuntos. Estas mulheres ampliaram o horizonte para a discussão sobre as desigualdades entre homens e mulheres no Brasil. Ao voltar para o país, muitas delas promoveram, cada qual a sua maneira, formas de disseminar as lutas feministas, seja como palestrantes, como participantes de Organizações Não-Governamentais – ONG's, ou na imprensa (PEDRO, 200, p.255).

Sônia trouxe várias questões para serem debatidas, e que faziam parte das pautas levantadas pelos movimentos feministas, como é mostrado na ata do evento:

Com muita clareza e objetividade, Sônia Lafoz fez uma ampla análise histórica sobre as condições de vida, saúde e trabalho das mulheres, destacando, especialmente, o período da chamada 'Revolução Industrial' quando, segundo a socióloga, 'a mão-de-obra feminina, através de longas jornadas de trabalho nas fábricas, foi tirada do lar para se integrar ao processo de produção social'. Sônia Lafoz criticou os programas de controle de natalidade 'em sua maioria financiados por entidades ligadas a organismos internacionais' e as concepções que não consideram a mulher como um ser integral mas as vêem apenas no período fértil do seu ciclo de vida. 'Não somos apenas úteros, somos pessoas e representamos mais de 50% da população do Brasil', concluiu ela³⁶.

Como podemos perceber, questões ligadas às condições de saúde da mulher deram margem à discussão de algumas pautas feministas, como as relacionadas ao trabalho feminino, à maternidade e à contracepção.

A presença de mais uma palestrante que fora perseguida pela Ditadura Militar, neste outro evento do CMCFT, é sintomática e muito significativa, considerando-se aquele momento político. Tanto Moema Viezzer, palestrante do I Encontro de Mulheres Toledanas, como Sônia Lafoz, palestrante da Conferência Municipal sobre a Saude da Mulher, trouxeram questões que estavam sendo pensadas nos movimentos de mulheres e por feministas, assim como em movimentos populares de outros países.

A própria escolha das palestrantes foi uma forma de mostrar às participantes de Toledo o protagonismo das mulheres, que em virtude de suas ações em movimentos populares e na militância política, tiveram que se afastar do Brasil. Essas presenças davam mostra da força política e social das mulheres.

³⁶ Ibidem.

Durante a conferência, a então chefe da enfermagem de Toledo, Vera Lúcia Martins, discorreu sobre as condições de saúde das mulheres paranaenses, elencando as principais doenças que elevavam a taxa de mortalidade feminina no Paraná daquele período.

Na segunda parte da Conferência, as Mulheres foram divididas em 15 grupos de discussão, que foram acompanhados por representantes das entidades envolvidas no evento. As questões foram elaboradas para que os resultados fossem expostos na Pré-Conferência estadual sobre Saúde e Direitos da Mulher, a ser realizada em outubro de 1986 em Curitiba, e para a Conferência Nacional em Brasília daquele mesmo ano.

Apesar da confêrencia ter como tema a saúde da mulher, outras questões apareceram na discussão feita pelas mulheres participantes, como percebemos a seguir:

Propostas dos grupos de Trabalho (Temas gerais):

- Orientar e conscientizar a população do uso de medicamentos naturais.
- Exigir que as farmácias vendam somente o medicamento que está nas receitas e que não haja substituições por outros produtos.
- Aumento do salário mínimo, mais emprego para todos.
- Para se ter uma boa saúde é preciso emprego, boa alimentação e creches.
- É necessário a instalação de indústrias para que haja empregos.
- Criação de creches nas indústrias para que haja empregos.
- Criação de creches nas indústrias e no distrito de São Pedro.
- Criar um Programa de esclarecimentos à população sobre os serviços de saúde e os direitos do cidadão com relação ao acesso a estes serviços.
- Não deve haver acúmulo das funções médicas. Que o contrato de trabalho dos médicos seja cumprido, e que o horário de trabalho seja fiscalizado pela própria população.
- maior esclarecimento sobre o perigo dos agrotóxicos, fazendo-se exames específicos nos grupos de risco.
- Atenção à mulher nos casos de violência e atendimento psicológico.
- Igualdade de direitos entre mulheres e homens. Que meninos e meninas sejam educados da mesma forma, sem discriminação quanto ao sexo.
- Ajuda do governo para as famílias que tem filhos deficientes.
- Que um conselho receba as denúncias de cobranças ilegais de consultas.
- Maior integração das comunidades nos bairros e com as entidades assistenciais³⁷.

Também foram discutidos pelas mulheres a criação de creches, disponibilidade de empregos, melhores salários, a demanda por descentralização das políticas assistenciais no município, assim como a discussão da saúde vinculada à violência de gênero. E fica claro que,

³⁷ Extraído do site da Gazeta do Povo, para quem Sônia deu uma entrevista em 2013: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/i-love-guerrilheira-sonia-bnaurjlbucfyenp08jqccab7y>, 20 jul. 2015. Acessado em:

até mesmo ao discutirem a questão da saúde, emerge a reivindicação por igualdade de direitos das mulheres, e o direito a educação também às meninas.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, especialmente no que se refere à questão da falta de creches para os filhos, também se repete nas reivindicações das participantes deste evento, demonstrando assim que esse tema tinha uma demanda forte entre as mulheres toledanas naquele momento. Neste aspecto aparecem questões de gênero, devido ao fato de que, em geral, eram as mulheres as responsáveis pela educação e cuidados com as crianças. Se não houvesse mais creches, estas mulheres teriam dificuldades em se inserir no mercado de trabalho.

Também percebemos como estas mulheres demonstram preocupação em relação às práticas utilizadas na agricultura da região quando se referem aos perigos dos agrotóxicos. Tema cuja importância se devia às especificidades da economia regional, voltada para o agronegócio.

A antepenúltima proposta apresentada durante o evento demonstra a inserção, também nas discussões sobre saúde, de discussões sobre desigualdade de gênero: “Igualdade de direitos entre mulheres e homens. Que meninos e meninas sejam educados da mesma forma, sem discriminação quanto ao sexo”.

Estas mulheres tinham percepções e necessidades diferentes das de hoje, e suas lutas e formas de atuação também eram diferentes. Portanto, devemos analisar as questões apresentadas pelos eventos promovidos pelo CMCF, com base nas relações socioculturais da época de sua realização. As pautas apresentadas nestas discussões eram pensadas a partir das relações de trabalho, saúde e família daquele momento.

CAPÍTULO II. DA AFIRMAÇÃO DE UMA CONDIÇÃO FEMININA À LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO: O CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER DE TOLEDO

Com o passar dos anos, o Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo, criado em 1985, passou a ter menos visibilidade, participação e incentivo, o que fez com que ficasse cada vez menos ativo. Desde 1998, o conselho esteve inativo, não dispondo mais de conselheiras para representá-lo.

Esta situação não foi característica do CMCFT, ocorreu em vários conselhos similares no Brasil na década de 1990. Segundo a socióloga Ana Alice Alcântara Costa, em um estudo sobre a intervenção política no movimento feminista brasileiro, “a década de 1990 se inicia em uma situação de fragilidade dos organismos de governo para mulheres, bloqueados pelo clima conservador dominante no Estado e o descrédito no movimento autônomo” (COSTA, 2005, p.8).

No caso, o CMCFT não tinha mais apoio efetivo do governo municipal. A reativação do conselho se deu somente dez anos depois, em 2008, quando foi renomeado como Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). O novo conselho também contou com a participação de conselheiras representantes de diferentes setores da sociedade civil de Toledo. Neste capítulo pretendemos compreender quais as motivações que possibilitaram a revitalização do conselho, quais as similaridades e distinções em relação ao CMCFT e como se deu sua atuação até 2014.

Durante os anos em que o CMDM de Toledo se manteve ativo, e nos anos subsequentes, as relações de desigualdade de gênero e de violência contra as mulheres não haviam sido minimizadas. Segundo os pesquisadores Fernanda Pamplona Ramão, Yonissa Marmitt Wadi e Jefferson Andronio Ramundo Staduto em estudo sobre os crimes passionais na comarca de Toledo entre os anos de 1980 a 2000, com as mudanças econômicas sofridas na cidade, que passava a ter uma população predominante urbana, os crimes de violência contra a mulher extrapolaram o âmbito doméstico e passaram a contar com mais testemunhas (RAMÃO, STADUTO, WADI, 2005, p.18).

Essa maior concentração de casos de violência foi um dos motivos para instalação de outras instituições de defesa da mulher em Toledo nesse período. Entre 1998 e 2008, quando o conselho estava, na prática, inativo, duas instituições voltadas especificamente para mulheres foram criadas no município: a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, criada em 1995; e a Secretaria de Atendimento à Mulher, criada em 2005.

A primeira instituição, apesar de sua denominação, não tinha ainda uma delegada especialmente nomeada para atender as mulheres, e nem um prédio próprio. Por isso, o atendimento às mulheres era feito pelo Serviço de Atendimento à Mulher, instalado no próprio prédio da Delegacia da Polícia Civil de Toledo (ROSA, 2004, p.25)³⁸.

³⁸ ROSA, Roselene Stuari. **Delegacia de Defesa à Mulher**: um breve histórico da instituição no município de Toledo (1997-2000). 2004. 65 f. Monografia (Ciências sociais) – Centro de Ciências Humanas e sociais, UNIOESTE, Toledo. 2004. p 25.

Chama a atenção esse fato, pois mesmo não havendo uma estrutura própria, houve a necessidade formal de criação de uma instituição voltada para o atendimento às mulheres em situação de violência. Essa iniciativa precisa ser analisada à luz de todo um processo vivido num contexto mais amplo no Brasil. Segundo a socióloga, Cecília MacDowell Santos, que estudou as políticas públicas relacionadas ao combate à violência contra as mulheres no Brasil, a ideia de se criar a primeira Delegacia da Mulher no estado de São Paulo não teve origem no Conselho Estadual da Condição Feminina daquele estado, nem nos movimentos feministas e de mulheres. Segundo ela:

Em resposta às críticas feministas sobre o atendimento policial a mulheres em situação de violência, Michel Temer, o então Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, apresentou ao governador Montoro e ao movimento de mulheres a idéia de se criar uma delegacia da mulher, a ser composta por policiais do sexo feminino e especializada em crimes contra mulheres. Em agosto de 1985, o governador Montoro criou a “Primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher” do Brasil e da América Latina (Decreto 23.769/1985). O processo de criação desta delegacia, conhecida em São Paulo pelo acrônimo DDM, recebeu intensa cobertura dos meios de comunicação social e trouxe grande visibilidade ao problema da violência e ao trabalho desenvolvido pelas organizações não-governamentais feministas. Neste contexto de oportunidade política, a ênfase das feministas na criminalização era inevitável e o discurso sobre violência do CECF passou a enfatizar esta abordagem (SANTOS, 2010, p.157)³⁹.

Segundo a socióloga Wânia Pasinato Izulmino, “as DDMs foram idealizadas como espaço institucional de combate e prevenção da violência contra a mulher, com quadros formados apenas por policiais mulheres (delegadas, escrivãs, investigadora) apoiadas por uma equipe de assistentes sociais e de psicólogas” (IZULMINO, 2004, p.35). Quando o Serviço de Atendimento à Mulher foi criado e instalado dentro da Delegacia de Polícia Civil de Toledo, em 1995, portanto, já haviam diversas delegacias exclusivamente voltadas às mulheres no Brasil.

Os altos índices de ocorrências registradas nos primeiros anos de funcionamento do Serviço de Atendimento à Mulher (SAM) demonstram a demanda existente em relação à uma instituição voltada para o registro e atendimento às mulheres vítimas de violência. Segundo a socióloga Roselene Stuani da Rosa, em sua monografia sobre a instituição no município de

³⁹ SANTOS, Cecília MacDowell. **Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha**: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 89 | 2010. 153-159. P. 157. Disponível em: <https://rccs.revues.org/3759>. Acessado em 13/01/2016.

Toledo, no primeiro ano de criação do SAM, em 1995, “foram registradas 243 ocorrências; em 1996 foram registradas 173 ocorrências e, entre os meses de janeiro a maio de 1997, 102 ocorrências foram registradas” (ROSA, 2004, p.25)⁴⁰.

No trabalho de Roselene da Rosa há um levantamento estatístico dos casos atendidos, mas não há mais elementos sobre entidades ou pessoas envolvidas na criação de tal delegacia ou da SAM em Toledo.

Em entrevista, quando perguntada sobre as ações desenvolvidas pelo conselho em sua primeira fase, Rosali Campos, que foi integrante do CMCFT até 1998, expõe a criação da Delegacia da Mulher como uma das conquistas alcançadas pelo órgão:

Uma das conquistas foi a delegacia da mulher. Toledo, na época, daí criou a delegacia da mulher, que foi criada por um decreto estadual, só que infelizmente a delegacia da mulher em Toledo nunca funcionou, porque... Porque nós tínhamos um elo, tinha gente, inclusive vereadores e tal, que diziam que em Toledo não tinha casos de violência, então, não precisava de uma delegacia da mulher, mas porque não era visível, é uma coisa camuflada, é uma coisa que se deixa por baixo dos panos.

A fala de Rosali nos ajuda a compreender um pouco da resistência, até mesmo de políticos da localidade, em reconhecer a violência contra a mulher em Toledo e a luta do Conselho em prol do reconhecimento social desse problema. A violência contra a mulher não tinha atenção por parte da esfera pública política, mesmo com os números expressivos de ocorrências nos primeiros anos de atuação do SAM, mostrados acima.

Na entrevista com Rosali Campos, quando ela expõe que a Delegacia foi criada por um decreto, fica clara a inter-relação das ações desenvolvidas na cidade (com base nos dilemas locais), com as atividades desenvolvidas em âmbito nacional e estadual. O decreto de criação foi publicado no Diário Oficial do Estado em 04 de setembro de 1995 (ROSA, 2004, p.25)⁴¹.

No mesmo ano da criação da SAM em Toledo, em 1995, ocorreu em Pequim, na China, a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, na qual a violência contra a mulher foi uma das doze prioridades elencadas⁴². Segundo a socióloga Marta Ferreira Santos Farah, pôde-se

⁴⁰ ROSA, Roselene Stuaní. Delegacia de Defesa à Mulher: um breve histórico da instituição no município de Toledo (1997-2000). 2004. 65 f. Monografia (Ciências sociais) – Centro de Ciências Humanas e sociais, UNIOESTE, Toledo. 2004. p. 25.

⁴¹ ROSA, Roselene Stuaní da. *Delegacia de Defesa à Mulher*: um breve histórico da instituição no município de Toledo (1997-2000). 2004. 65 f. Monografia (Ciências sociais) – Centro de Ciências Humanas e sociais, UNIOESTE, Toledo. 2004. P. 25.

⁴² As outras prioridades foram: Mulheres e pobreza; Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra as Mulheres; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na liderança; Mecanismos institucionais para o Avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e

perceber no Brasil interferências das decisões e discussões daquela conferência, assim como dos movimentos de mulheres, na criação das políticas públicas para mulheres e na formulação dos pontos específicos de atuação destas políticas no processo de transição do século XX para o XXI.

Os pontos específicos de atuação eram: violência, saúde, reconhecimento de direitos de meninas e adolescentes, geração de emprego e renda, educação, trabalho, infraestrutura urbana e habitação, questão agrária, incorporação da perspectiva de gênero, o acesso ao poder político e o empoderamento (FARAH, 2004, p.56-57).

Para a socióloga Ana Alice Alcântara Costa, a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres constituiu um importante avanço na aproximação entre governo e os movimentos feministas, assim como entre os próprios movimentos feministas da América Latina:

À revelia do CNDM [Conselho Nacional dos Direitos da Mulher], nesse momento em mãos de setores conservadores, as feministas conseguiram, através de importante atuação junto ao Ministério de Relações Exteriores, órgão responsável pela elaboração do informe do governo brasileiro, estabelecer pela primeira vez na história do país uma dinâmica de participação e consulta ampla na elaboração do documento oficial. Para tanto, o MRE criou um grupo de trabalho com destacadas feministas acadêmicas responsáveis pela elaboração do informe e integrou dezenas de militantes através dos seminários temáticos de discussão, em que muitas das recomendações apresentadas pelo movimento foram incorporadas ao documento oficial. Essa articulação não só garantiu a apresentação por parte do governo brasileiro de um documento representativo, mas também a aprovação da Plataforma de Beijing por esse governo brasileiro, sem ressalvas, e em especial, a partir daí, houve uma melhor assimilação das demandas das mulheres por parte dos organismos do governo federal. Além desse avanço em termos de mobilização e organização, o processo de Beijing representou para o movimento feminista brasileiro um aprofundamento maior da articulação com o feminismo latino-americano em termos de atuação conjunta. Apesar de ser a primeira vez que as mulheres latino-americanas participaram de uma reunião cumbre mundial com uma rede regional organizada e integrada, a experiência do feminismo latino-americano, desde seu início, é da vivência de uma dinâmica transnacional, através de redes formais e informais, e em especial através dos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe, 22 realizados desde 1981, inicialmente a cada dois anos e posteriormente a cada 3 anos. Nesses encontros se expressam os avanços feministas, os conflitos, novos dilemas, novas perspectivas, as trocas de experiência (COSTA, 2004, p.9).

Apesar de ter sido criada em 1995, a Delegacia da Mulher em Toledo, como já mencionamos, não tinha prédio próprio e nem pessoal para exercer as funções de uma delegacia.

a mídia; Mulheres e Meio Ambiente; Direitos das Meninas. Retirado do site ONU Mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/pequim20/>. Acesso em: 11jan. 2016.

Apenas em 1997, finalmente, foi criada a Delegacia da Mulher em Toledo, que dispunha de uma delegada própria e que atendia não somente mulheres desse município, mas também de outros oito municípios da região. No entanto, nesse momento, a Delegacia ainda não tinha um prédio próprio, funcionando no mesmo prédio da 20ª SDP de Toledo, permanecendo neste local até o ano 2000, quando foi desativada. Tal delegacia foi reativada em 2010 (COSTA, 2004, p.25).

A Delegada na época era Erlina Paula Tapie Martins, que, em entrevista à socióloga Roselene Stuani da Rosa, descreveu as dificuldades enfrentadas na época, principalmente em relação à composição de funcionários para atuar na Delegacia:

(...) havia falta de pessoal e isso a gente percebe que até hoje em qualquer lugar, que há aquela cobrança no público mesmo em combate à violência de rua, furtos, roubos, os homicídios, quer dizer as Delegacias da Mulher acabam ficando em segundo plano, a estrutura sempre pequena, os funcionários são sempre poucos (...). (MARTINS apud ROSA, 2004, p.27).

Cabe ressaltar que a partir de 2006 com a Lei Maria da Penha⁴³, se tornou obrigatório a criação de entidades voltadas à defesa da mulher, como as Delegacias da Mulher. Segundo as historiadoras Lana Lage e Mara Beatriz Nader, a Lei Maria da Penha propôs:

A introdução de medidas de proteção às vítimas; a criação de um juízo único com competência civil e criminal através de Varas Especializadas de Violência Doméstica. A lei conceitua a violência doméstica contra a mulher com base na Convenção de Belém do Pará, incluindo a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, e prevê a garantia de assistência jurídica gratuita para mulheres e a não aplicação da Lei n. 9.009/95 nos casos de violência doméstica contra mulheres (LAGE, NADER, 2012, p. 304)

⁴³ Segundo a socióloga Suellen André de Souza, “a referida Lei explicita as ações que devem ser incluídas no enfrentamento à violência contra a mulher: punição, proteção, prevenção e educação. No campo da punição, temos a instauração de inquérito (abolido na Lei 9.099/95); aplicação de medidas de prisão em flagrante delito, prisão preventiva ou como decorrente de decisão condenatória; proibição da aplicação de penas alternativas ou pagamento de multa como pena isolada; restrição da representação criminal para determinados delitos; e o veto da aplicação da Lei n. 9.099/95 aos crimes que se configurem como “violência doméstica e familiar contra a mulher”, segundo o disposto nos artigos 5º e 7º. O segundo princípio norteador da lei contempla medidas de proteção à integridade física e os direitos da mulher; a decretação da prisão preventiva do agressor através de requerimento do juiz expedido ao Ministério Público, dentre outras. Integram também esse princípio as medidas de assistência, de modo que a atenção à mulher em situação de violência se dê de forma integral, contemplando, além do atendimento jurídico civil e criminal, o atendimento psicológico e social. E, por fim, temos as medidas de prevenção e de educação, compreendidas como estratégias possíveis e necessárias para coibir a reprodução social do comportamento violento e a discriminação baseada no gênero.”. SOUZA, Suellen André de. **Leis de combate a violência contra a mulher na América Latina: uma breve abordagem histórica.** In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, ANPUH, 27, 2013. p. 01-18. Anais. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371348947_ARQUIVO_TextoAnpuhNatalSuellen.pdf, p. 8-9.

Isso fica mais claro na própria lei Maria da Penha, no artigo 8º do capítulo IV sobre as suas atribuições e diretrizes: “[...] implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher [...]” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL, 2006)⁴⁴.

A criação de mecanismos de atendimentos da mulher configura apenas uma das questões levantadas pela lei, pois segundo a advogada e feminista Iáris Ramalho Cortês,

seus principais objetivos são o de prevenir (indicando ao Estado e à sociedade as políticas públicas necessárias para evitar a violência contra as mulheres), educar (mostrando os valores éticos, o respeito à dignidade da pessoa humana e a perspectiva de gênero, com programas educacionais e curriculares), mudar comportamentos (promovendo uma real transformação nos valores sociais baseados nos direitos humanos) e punir (aplicando penas mais severas que as anteriormente aplicadas) (CORTÊS, 2012, p.277).

Dentre as ações promovidas pela Delegacia da Mulher em Toledo, estavam a realização de palestras, dos registros de casos de violência e também o acompanhamento psicológico, como exposto pela socióloga Roselene Stuaní da Rosa, em sua monografia sobre essa instituição:

A equipe da Delegacia da Mulher realizava palestras a respeito dos direitos da mulher, do que elas poderiam denunciar, dos procedimentos necessários, etc. Ao mesmo tempo, seguia prestando o atendimento às mulheres que procuravam a Delegacia, registrando ocorrências, instaurando inquérito policial ou termo circunstanciado dependendo do caso. Assim, o funcionamento da DDM de Toledo era semelhante ao de qualquer delegacia especializada do país, marcado inclusive pela extrapolação das funções das agentes policiais, que tinham inúmeras vezes que atuar como assistentes sociais, psicólogas (ROSA, 2004, p.28).

A outra instituição voltada exclusivamente para mulheres em Toledo que atuava antes da reativação/criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher foi a Secretaria de Atendimento à Mulher, criada em 2005, e instalada no mesmo prédio da Biblioteca Municipal.

As atividades propostas pela Secretaria, em muito, se assemelhavam às atividades desenvolvidas pela Delegacia da Mulher. Até então, por vezes, a delegacia prestava atendimento psicológico às vítimas, sem muita especialização, até porque esta não era a sua proposta inicial. A Secretaria de Atendimento à Mulher tinha como finalidade atuar na

⁴⁴ Lei Maria da Penha disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 18 jan. 2016.

prevenção e combate à violência, e dar apoio jurídico e social para as mulheres, com atuação em conjunto com a delegacia, encaminhando os casos de violência para tal entidade.

Segundo a Lei Nº 1.886, de 03 de janeiro de 2005, que discorre sobre a estrutura e as atribuições dos órgãos da administração direta do Poder Executivo do Município de Toledo, a Secretaria de atendimento à Mulher tinha como finalidade:

- Propor, coordenar e acompanhar políticas públicas e programas de proteção à maternidade;
- Desenvolver ações de caráter preventivo, informativo e de formação da mulher;
- Prestar apoio e acompanhamento à mulher vítima de maus tratos;
- Prestar assessoria e acompanhamento jurídico à mulher, em questões pertinentes à família;
- Desenvolver outras atividades e ações visando à plena integração e valorização da mulher (CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, 2005)⁴⁵.

A Secretaria foi criada dois anos depois que a Secretaria de Políticas Para Mulheres (SPM) do governo Federal, que segundo seu site, tem como prioridade:

- Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres;
- Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e
- Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade. A estrutura básica da SPM é composta pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (órgão colegiado), o Gabinete da Ministra de Estado Chefe, a Secretaria-Executiva e de três outras Secretarias (SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2012. Acessado em 11/05/2015)⁴⁶.

Como exposto acima, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher passou a integrar a SPM, e juntos, se dispunham a prover projetos juntos.

A Secretaria de Atendimento à Mulher de Toledo buscou nesses órgãos federais e estaduais um apoio para o seu próprio funcionamento, que estava baseado, principalmente, no enfrentamento e prevenção à violência contra a mulher e na educação das mulheres.

Apenas a criação da secretaria em Toledo, assim como da delegacia, também não significou que as atividades vinculadas a estes órgãos iniciaram imediatamente. Segundo

⁴⁵ LEI Nº 1.886, de 3 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estrutura e as atribuições dos órgãos da administração direta do Poder Executivo do Município de Toledo. Toledo, 4 de janeiro de 2005. Disponível em: http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/3170_texto_integral.

⁴⁶ Site da Secretaria de Políticas para Mulheres. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>. Acesso em: 11/05/2014.

Simone Ferrari, que foi uma das representantes da secretaria, ela não contava com muitos recursos de infraestrutura e para o desenvolvimento de projetos:

Quando nós fomos trabalhar na Secretaria da Mulher, nós nos deparamos com uma estrutura que foi criada por lei, estruturada por decreto, mas do ponto de vista de gestão regimental, não tinha nada. [Foi] uma Secretaria que foi criada, mas não tinha um endereço, não tinha uma estrutura física, não tinha móveis, não tinha equipamento, não tinha sistema e não tinha funcionários, tinha uma secretária e uma lei instituindo uma secretaria e nós não tínhamos nem o orçamento, quando nós fomos lá (FERRARI, 2015).

Simone Ferrari também comenta sobre o trabalho de estruturação da Secretaria:

A Secretaria, ela começou a se estruturar aos poucos, foi se estruturando, começamos a organizar móveis, a buscar parcerias com o governo federal, para poder estruturar, começou-se, então, a chamar advogados, a chamar uma outra assistente social para cargo de comissão, e começou a se dar um formato. Isso em 2005, quando ela foi estruturada. E depois, em 2009, então, quando nós fomos para a Secretaria, nós começamos a dar essa essência material a essa Secretaria que passou por quatro anos engatinhando, se estruturando. Não saía muito do lugar, por todas essas dificuldades orçamentárias e de planejamento e que requeriam grandes investimentos (FERRARI, 2015).

Mesmo em condições não favoráveis, a secretaria conquistou números expressivos de atendimentos em questões jurídicas e de assistência social, como podemos observar na tabela abaixo, elaborada pelos economistas Lucir Reinaldo Alves, Kátia Silveira Barros, Crislaine Colla, em trabalho sobre as políticas públicas para mulheres em Toledo, com base em dados da secretaria até 2012:

TABELA 2. Atendimentos da Secretaria de Atendimento à Mulher no Município de Toledo-PR de 2005 a 2012

Descrição/Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Departamento Jurídico - Total de Atendimentos/ Encaminhamentos	2290	1161	1945	902	809	1382	-	-
Departamento Assistência Social - Total de	3754	3808	2391	2056	4195	7109	3666	926

Atendimentos/ Encaminhamentos								
----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: ALVES, BARROS, COLLA, 2013, p. 39,40⁴⁷.

Como explicam os autores, os números referentes a 2012 são baseados em dados relativos somente até o mês de agosto. Além disso, a partir de 2011, o Atendimento Jurídico passou a ser realizado na Assessoria Jurídica na Prefeitura do Município, sem atendimento às mulheres.

Cabe ressaltar que na época da criação da Secretaria, Toledo tinha por volta de 109 mil habitantes, destes, cerca de 55 mil eram mulheres. A cidade já se configurava como predominantemente urbana, com mais de 98 mil moradores nesta área, e apenas 11 mil na zona rural da cidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

Em relação aos casos atendidos pelo Departamento Jurídico, as atividades desenvolvidas estavam relacionadas aos casos de pensão alimentícia, guarda dos filhos, orientação jurídica, encaminhamentos das mulheres para outros departamentos de políticas públicas, e o acompanhamento dos processos, tais como de Divórcio, Separações, União Estável, Pensão Alimentícia, Investigação de Paternidade, Guarda e Adoção (ALVES, BARROS, COLLA, 2013, p.23). E no que se refere ao Departamento de Assistência Social, eram promovidas palestras e, sobretudo, o acompanhamento psicológico de mulheres que sofreram violência.

Apesar de já existirem essas duas instituições voltadas para a defesa das mulheres em Toledo, a Delegacia da Mulher e a Secretaria de Atendimento à Mulher, em 2007, começou a reestruturação do Conselho da Condição Feminina, que passaria a se chamar Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

No início, as ações propostas pelo novo conselho e pela Secretaria de Atendimento à Mulher não se distinguiam muito. As duas instituições trabalhavam em conjunto, sendo o conselho responsável pela integração e ligação entre as entidades representadas pelas conselheiras e a secretaria. O Conselho, por meio das representantes de diversos órgãos governamentais e da sociedade civil, ampliava as discussões em relação às políticas públicas voltadas para as mulheres.

⁴⁷ ALVES, Lucir Reinaldo; BARROS, Kátia Silveira; COLLA Crislaine. **Políticas públicas ao atendimento à mulher do município de Toledo, Brasil (2005 a 2012)**. Relações Sociais de Gênero e Raça. Lisboa, 2013, p. 39, 40. Disponível em: <http://www.coloquiointernacional.com/anais/GT11.pdf#page=18>. Acesso em: 11 jan. 2016.

Ao entrevistarmos a então presidente do novo Conselho, que permaneceu com tal cargo até 2012, e questionarmos sobre o que tornou possível a retomada das atividades do órgão, ela enfatiza que a iniciativa principal partiu da Secretaria de Atendimento à Mulher, coordenada por Mareli Ana Vanzzo Donin:

Entrevistadora: Quem tornou possível a retomada do Conselho? Foi a Secretaria de políticas para Mulheres, ou teve algum pedido de fora da secretária, mais popular, pela volta?

Simone Ferrari: Não, a própria Secretaria em si, como eu disse para você, foi tudo muito tumultuado, uma secretaria sem nada e aí logo aos poucos, como todas as políticas tinham conselhos e sabia que Toledo tinha um conselho anterior. Então se buscou reativar essa mobilização, agora, claro, com outra roupagem, não era mais aquele modelo antigo que tinha algumas pessoas que solicitavam não de forma formal, mas na época nós tínhamos uma vereadora, nós tínhamos a vereadora Rosali na Câmara Municipal, que de forma informal, a gente é amiga, tudo, ela solicitava “E aí vai acontecer, vamos mexer, vamos mexer”, até que houve uma indicação, um pedido de que aquilo se formalizasse e nós acabamos formalizando e fazendo um debate, um discussão. Lembro bem que o debate era para ser exatamente um conselho amplo, muita representação, mas aí entra naquele detalhe da legalidade, da legitimidade do movimento. Os movimentos existem, mas não tem legalidade do ponto de vista burocrático, do ponto de vista institucional e para poder fazer parte tem que apresentar uma legitimidade e aí houve um... embate na questão da composição do conselho, mas nada que fosse prejudicial, depois se entendeu, porém, não se conformado, mas se entendeu que o conselho tinha que ter aquele formato por hora, até poder se organizar e se estrutura, mas teve essas duas partes (FERRARI, 2015).

Apesar de no primeiro momento afirmar que foi a Secretaria de Atendimento à Mulher que tornou possível a reativação do Conselho, sua fala também traz à tona as relações e posições divergentes entre as mulheres durante esse momento. Simone Ferrari também afirma, menos categoricamente, que o conselho não foi mais aberto para a participação de outras entidades por conta da falta de legitimidade institucional das mesmas.

Em sua entrevista, num primeiro momento, ela enfatiza a autonomia da secretaria à frente da revitalização do conselho, porém, logo depois, menciona a participação da ex-vereadora (2005-2008), e também presidente do Conselho na primeira fase, Rosali Campos.

A retomada das atividades do Conselho não pode ser afirmada como uma iniciativa do poder público, no caso representado por um órgão municipal, a Secretária de Atendimento à Mulher, apesar da vinculação e institucionalização que os aproxima. Houve iniciativas ou “indicação” de revitalização do Conselho, mas as discussões entre a esfera pública e as pessoas representantes da sociedade civil apresentaram divergências.

O Conselho Municipal dos Direitos da mulher foi revitalizado institucionalmente em março de 2008. A forma de organização do CMDM, segundo o novo estatuto, contemplava tanto representantes do governo municipal, como representantes de outras instituições não governamentais. No CMCFT não havia essa preocupação em garantir a participação de integrantes do governo municipal, em equidade com representantes da sociedade civil.

Segundo Simone, para participar desse novo conselho, era preciso que as entidades da sociedade civil fossem institucionalizadas, ou seja, deveriam ser devidamente registradas e comprovadas. Na Lei Nº 1.970, de 25 de outubro de 2007, que dispunha sobre a política municipal dos direitos da mulher, no 1º parágrafo do Artigo 7º, diferentemente da Lei do conselho de 1988, dispunha sobre a necessidade das entidades representativas estarem legalmente registradas, ou seja, institucionalizadas: “Para assegurar sua participação no CMDM, através da indicação de representante, as entidades devem estar legalmente constituídas e registradas junto ao CMDM, estando em pleno e regular funcionamento” (CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, 2007)⁴⁸.

Para participar do conselho anterior, o Conselho Municipal da Condição Feminina, bastava ser mulher e comprovar ser moradora de Toledo. Assim como em diferentes associações, sindicatos, organização e afins, que não precisavam ser legalizados, instituídos.

Na entrevista feita com Moema Viezzer, uma das fundadoras da Rede Mulher de Educação no Brasil, que veio a Toledo ministrar algumas palestras promovidas pelo Conselho no seu primeiro momento de atuação em Toledo, e que veio a residir neste município em 1997, ela acentua que a forma como o novo conselho foi institucionalizado e organizado não contemplou a participação de mulheres ativas na esfera pública em prol dos assuntos atinentes aos direitos das mulheres que não integrassem entidades formalmente e juridicamente reconhecidas.

Em sua fala, na qual ela acentua seu protagonismo na revitalização do conselho, ficam mais claros os embates ocorridos em torno da composição do novo conselho, que teria se reestruturado, segundo ela, por meio da pressão de mulheres atuantes na esfera pública de Toledo. A preocupação com a representatividade no conselho é expressa quando ela aborda as discussões sobre a revisão do estatuto:

Quando eu vim morar aqui [1997], o Conselho estava parado e daí com outras pessoas eu comecei a insistir... Vamos revitalizar o Conselho, vamos

⁴⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. Lei municipal sobre os direitos da mulher. 25 out. 2007.

revitalizar o Conselho e aí a gente tentou fazer uma revisão em um primeiro momento, mas que não fosse só uma revisão tipo estatutária né, mas que entrasse dentro do espírito do Conselho Nacional e de tudo que a gente já tinha adquirido né. Conseguimos pouco né, e o Conselho foi reativado [2007], já foi como Schiavinato, né [José Carlos Schiavinato foi prefeito pelo PP entre 2005 e 2012], mas assim é... É essa coisa da escolha de praticamente de todos os nomes do executivo, não tinha propriamente a representação da sociedade civil que não fosse absolutamente institucionalizada, né. Como eu te falava, tinha mais mulheres de Secretaria da Mulher Executiva, Diretoria da Mulher da ACIT [Associação Comercial e Empresarial de Toledo], é... Depois que se criou aquela lá... Fercon da Federação do comércio, mas eu me lembro que o Conselho anterior nem tinha representantes das mulheres bancárias por exemplo, do setor urbano. (VIEZZER, 2015).

Em sua entrevista, ela critica o elevado número de conselheiras integrantes do governo municipal e a impossibilidade de nomeação de conselheiras da sociedade civil que não fossem de entidades formalmente registradas.

Cabe ressaltar aqui também a construção de diferentes memórias sobre essas duas fases do conselho. A primeira etapa do conselho de 1985 até 1998 é lembrada como uma fase de ativa e de ampla participação popular, por meio de entrevistas nas quais a palavra-chave para representar este período é “participação”. Cabe lembrar que o período, sobretudo os anos 1980 foi um momento de busca de afirmação de reconhecimento, legitimação de direitos que diferentes grupos da sociedade civil buscavam. O apelo à inserção das mulheres nas decisões políticas estava em grande efervescência por conta da transição democrática e a busca pela consolidação da constituinte.

Já em relação à segunda fase, apesar de o conselho também ter como propósito a participação da mulher, o termo que se sobressai é “institucionalização”, talvez até por ser um momento histórico em que diferentemente da década de 1980, já tinham se consolidado algumas leis e políticas públicas para mulheres. O foco por muitas vezes é pautado no cumprimento das leis vigentes.

Simone Ferrari procura, em sua entrevista, ressaltar o trabalho desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Atendimento à Mulher, o que teria contribuído para dar visibilidade às duas instituições:

O Conselho fez com que a Secretaria ganhasse visibilidade, porque a Secretaria em si, funcionários não tinham. (...) O Conselho trabalhou com toda a organização e estruturação, praticamente a Secretaria trabalhou com o Conselho, porque não tinha profissionais. Nós tivemos depois lá profissionais de direito apenas para poder trabalhar o acesso à justiça gratuita separação, divórcio, alimentos, pensão, essa coisa toda e toda essa estrutura que foi organizada com o apoio do governo (FERRARI, 2015).

Em relação à reativação do Conselho, o que primeiramente nos chamou a atenção foi a mudança de denominação, de Condição Feminina para Direitos da Mulher. Simone Ferrari, presidente do conselho da época, ao ser perguntada sobre isso, creditou a mudança do nome à necessidade de adaptação à legislação:

Entrevistadora: Por que houve a mudança do nome do Conselho, de Conselho Municipal da Condição Feminina para Conselho Municipal dos Direitos da Mulher?

Simone Ferrari: Na verdade, é mais nomenclatura para poder atender as exigências na verdade na formação da política né (...) é uma questão de nomenclatura de políticas e depois os ajustes necessários de acordo com a legislação que ela, desde que ela foi instituída, ela foi modificada, melhorada, ampliada, foi ganhando estrutura, aí ganhou uma nova nomenclatura (FERRARI, 2015).

Não houve em sua fala uma análise sobre o significado da mudança da nomenclatura levando-se em conta discussões feitas por movimentos de mulheres e feministas. Pode-se perceber que a nova denominação excluiu a menção a uma afirmação de uma identidade de gênero (“Condição Feminina”), substituindo-a por uma denominação reivindicatória (“Direitos da Mulher”), e voltando o novo conselho, na prática, ao cumprimento da legislação relativa aos direitos das mulheres.

Na data de criação do Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo, em janeiro de 1985, já estava em funcionamento em São Paulo o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em abril de 1983, sendo o primeiro conselho a ser criado no Brasil, com a intencionalidade de participação estritamente de mulheres.

A denominação do conselho de Toledo seguiu o mesmo nome do conselho já existente em São Paulo. Já o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado em agosto de 1985, oito meses depois da criação do CMCFT. A mudança de nomenclatura do conselho em Toledo, em 2007, foi feita justamente em um momento em que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher estava mais consolidado, cujas atividades ocorriam em consonância com a Secretaria de Políticas para Mulheres, criada em 2003.

Na primeira fase do conselho de Toledo, quando ainda se chamava Conselho Municipal da Condição Feminina, a escolha das conselheiras se dava por meio de indicação de mulheres representantes de diferentes esferas do município. Cada entidade, sindicato, movimento que quisesse participar do conselho nomeava uma representante para compor o conselho.

Com a institucionalização em 1988, cabia ao prefeito municipal nomear formalmente estas mulheres como membros do órgão. Já no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, criado em 2008, a escolha das conselheiras sofreu uma mudança. Dentre as mulheres que fariam parte do conselho, metade delas deveria representar entidades e secretarias vinculadas ao governo municipal.

O CMDM contava com doze conselheiras, seis representantes de entidades governamentais e seis representantes de entidades que não eram ligadas ao governo municipal. As conselheiras governamentais eram: Mareli Ana Vanzzo Donin, representante da Secretaria de Atendimento à Mulher; Simone Beatriz Ferrari, representante da Secretaria de Assistência Social; Loiva Fátima Bortolanza, representante da Secretaria da Saúde; Tânia Maria Iakovaz Lagemann, representante da Secretaria do Meio Ambiente; Ires Damian Scuzziato, representante da Secretaria da Educação; Zilda Sementino Arceles, representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo.

Já as não governamentais eram: Gladis Regina Stockmann, representante do Conselho da Mulher Empresária e Executiva de Toledo; Ilena Lucia Barella Campos, representante do Sindicato dos Empregados do comércio de Toledo; Lucilda Girardi, representante dos Trabalhadores Rurais de Toledo; Maria Helena Verbiebe, representante da Associação das Senhoras Rotaristas; Maria Cristina Raupp Calabresi, representante do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Toledo e Vânia Frigotto, representante da Associação Pais e Amigos de deficientes Auditivos de Toledo (APADA).

Como percebemos, as mulheres representadas neste conselho advinham de instituições diferentes das do CMCF. As primeiras conselheiras do CMCF provinham em sua maioria de sindicatos e associações de Toledo, além de ter um maior número de mulheres envolvidas, num total de dezessete. Nenhuma destas representava diretamente o governo local, a não ser a vice-prefeita⁴⁹.

No novo conselho, a representatividade do poder público é muito maior. A representação é dividida entre secretarias municipais, entidades empresarias, sindicatos e associações. Não é mais possível, como durante o CMCF, a participação de conselheiras sem

⁴⁹As associações e sindicatos representados no CMCF eram: Associação das Donas de Casa (ADCT), Associação Toledana de Educadoras (ATE), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Associação dos Professores Municipais, Igreja Evangélica Luterana, Diocese de Toledo, Sindicato dos Empregados no Comércio de Toledo, Diretório Acadêmico da Facitol, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo, Associação Toledana de Imprensa, União Toledana dos Estudantes, Departamento Feminino do PMDB, a vice-prefeita, Dalva Nogueira, e, da comunidade, sem vínculo com alguma entidade, Maria do Carmo Schroeder e Marines Leonardi.

vínculo com alguma entidade. Apenas uma das instituições representadas no CMCF permaneceu com representação nesta nova fase, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo.

Apesar disso, a então secretária do CMDM procura salientar, em sua entrevista, que na época o conselho mantinha uma relação de reciprocidade com diferentes setores da sociedade:

O Conselho ganhou consistência mesmo com as suas dificuldades, ele ganhou visibilidade de novo que do meu ponto de vista, foi o maior ganho dentro da estrutura que a gente teve. O Conselho mantinha participação com as atividades dos voluntários, representantes da sociedade civil e das secretarias (FERRARI, 2015).

A Lei 1.970 de 2007, que dispunha sobre a política municipal dos direitos da mulher, institucionalizou o novo conselho e, dentre as suas atribuições, estabelecia a garantia dos direitos das mulheres e a participação das diferentes esferas da vida social:

Art. 2º - O Conselho Municipal da Condição Feminina, institucionalizado pela Lei nº 1.413, de 20 de abril de 1988, passa a denominar-se Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, também identificado pela sigla CMDM, que será órgão permanente, partidário, deliberativo, controlador, consultivo e fiscalizador da política de defesa dos direitos da mulher.

Art. 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terá como finalidade assegurar à mulher o exercício pleno de sua **participação** [grifo da autora] no desenvolvimento social, econômico, político e cultural da sociedade (CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, 2007)⁵⁰.

Como podemos perceber, a palavra “participação” faz parte do artigo terceiro da lei acima mencionada, entretanto, a participação de fato foi limitada pela nova regulamentação, se comparada à legislação que constituiu o primeiro conselho.

Além disso, a nova lei tem outros pontos distintos da lei de institucionalização do CMCF de 1988. Nesta, assim se estabeleciam os objetivos do Conselho:

O Conselho Municipal da Condição feminina, criado pelo decreto nº 001/85, institucionalizado pela Lei nº 1.413/88, de 20/04/88, com sede e foro na cidade de Toledo, e órgão de âmbito Municipal, instituído junto ao gabinete do prefeito, e que deverá expressar as opiniões e reivindicações do conjunto de movimentos femininos e das mulheres em geral, subsidiando e propondo medidas aos órgãos da administração municipal e outros para a defesa dos

⁵⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. **Lei 1.970 de 2007**, 25 out. 2007.

direitos e interesses da mulher (CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, 1988)⁵¹.

Podemos perceber que esta lei, diferente da posterior, se refere aos movimentos femininos e de mulheres e os valoriza na proposição de medidas ao governo municipal. Na lei posterior, esses diversos sujeitos da sociedade civil não aparecem na redação. O conselho é mencionado como o único a deliberar, controlar e fiscalizar, referindo-se não a políticas, mas à política (no singular) de defesa dos direitos da mulher.

Quando perguntamos a Simone Ferrari sobre a participação política no CMDM, ela é enfática:

Entrevistadora: Qual era a interferência política, da prefeitura na constituição da Secretaria e do Conselho?

Simone Ferrari: A secretária, os secretários por indicação política e isso sempre. Agora a estruturação não foi edificada, sempre se alegando dificuldade orçamentária, não tinha interferência, tanto é que não tinha nenhum partido ali dentro, não tinha cargos, não tinha profissionais, só num primeiro momento de estruturação foi criado um cargo de comissão para exercer funções técnicas só que foi inibido pelo ministério público, então, foi extinto e aí ficou sem nada e depois se nomeou. Se chamou advogadas para trabalhar e aí começou a se trabalhar, mas profissionais mesmo, concursados, praticamente não se teve e a secretária que é indicação política, como todas as outras secretárias, ou eram... Mas, assim, influência para poder trabalhar nenhuma, nem para ajudar, muito menos para atrapalhar, nada, era invisível a Secretaria (FERRARI, 2015).

Segundo Simone, a secretaria e o conselho foram instituídos pelo poder público, porém não tiveram suporte no seu desenvolvimento cotidiano. No entanto, nesta nova fase, mulheres representando órgãos públicos vinculados ao governo municipal tiveram maior participação dentro do conselho. Muito embora Simone alegue não haver interferência política dentro do Conselho, a escolha das presidentes dos dois órgãos sempre foi via nomeação por parte do governo municipal vigente.

Podemos perceber isso, de certo modo, nos vínculos político-partidários existentes nas nomeações das mulheres para exercerem o cargo de presidente do conselho. Na Secretaria de Atendimento à Mulher, no momento de sua criação, em 2005, estava à sua frente, a ex-primeira-dama do município, Mareli Ana Vanzo Donin, mulher do ex-prefeito de Toledo (1997-2004), Derli Donin, que era do Partido Progressista, o mesmo que elegeu o seu sucessor, José Carlos Schiavinato em seus dois mandatos, de 2005 a 2012.

⁵¹ CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. **Regimento interno do Conselho da Condição feminina**, 1988.

Mareli Ana Donin permaneceu nessa função até 2013, quando outro partido assumiu a Prefeitura Municipal, o PMDB. A partir desse momento, tanto a presidência do CMDM - que até então estava sob a coordenação de Simone Ferrari -, como a diretoria da SAM, passaram a ser de responsabilidade da jornalista Maria Cecília Ferreira, filiada àquele partido. A estrutura e as ações do conselho e da secretaria eram influenciadas pelas questões político-partidárias no município.

A revitalização do conselho foi assim apresentada pelo Jornal do Oeste:

Toledo reestrutura Conselho da Mulher

Após muita luta Toledo passa a contar um 'novo' Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. O prefeito José Carlos Schiavinato sancionou ontem (1º) a lei que prevê a criação de um órgão com a participação de representantes de entidades governamentais e não governamentais para discutir políticas e ações voltadas à mulher. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher substituiu o Conselho Municipal da Condição Feminina, criado em 1998, dentro das normas da legislação e da Secretaria Nacional de políticas para as Mulheres e adaptadas a realidade local⁵².

Outra questão a ser levantada é em relação à receptividade deste novo conselho em Toledo. Ao perguntarmos sobre isso à presidente do conselho, Simone Ferrari, ela foi categórica em relação às resistências e ao machismo existentes na cidade:

Entrevistadora: Como se dava a recepção das pessoas diante das ações do Conselho, tanto por parte dos homens, assim como, por parte das mulheres?

Simone Ferrari: Toledo é muito machista, Toledo é muito machista e, assim, a Secretaria e o Conselho tinham muita dificuldade de estruturar as políticas e as ações, porque nós encontramos várias barreiras, entre elas, muitos contrários as ações e dizendo que mulher tem que ficar em casa mesmo, tinha que ficar lavando, passando e que se ela fosse e fizesse alguma coisa tinha que apanhar mesmo, porque eram muito malandras. Então os homens, manifestavam isso, e a nossa estrutura ali, o Conselho, então... Com a Sociedade a gente encontrava um certo apoio, as mulheres, né (FERRARI, 2015).

No entanto, no que se refere à participação das mulheres no conselho, ela assim comenta:

Entrevistadora: Quem eram as mulheres que participavam do Conselho? Qual a sua classe social?

Simone Ferrari: Eram de todas, de todas, eram trabalhadoras representantes do comércio, da indústria, nós tínhamos representantes da sociedade, Rotary,

⁵² Toledo reestrutura Conselho da Mulher. **Jornal do Oeste**. Toledo, PR, 02 nov. 2007.

Lions, representantes da ACIT, das mulheres empresárias, do Sindicato da Alimentação, do comércio, são representantes que eram, assim, tinham os mais institucionalizados, os mais organizados, com cadeira e depois todas as demais... As nossas reuniões nunca tinha menos que quarenta, cinquenta mulheres, nunca tinha menos que essa participação, então, era muito bem debatido, muito bem discutido. Tínhamos outros movimentos que não participavam, porque não participavam eu não sei, talvez o interesse maior era sempre por ter uma cadeira, né e as vezes isso não estimula (FERRARI, 2015).

Apesar de haver um número significativo de mulheres participando das reuniões do conselho, as mulheres que não tinham um envolvimento maior com entidades regulamentadas não participavam com frequência do conselho, no entanto, a participação nas reuniões mensais é, e sempre foi, aberta a participação de diferentes grupos de mulheres.

As reuniões do conselho aconteciam uma vez em cada mês e tinham uma pauta pré-estabelecida a ser discutida, como podemos observar na fala de Simone Ferrari:

Entrevistadora: Qual era a dinâmica do Conselho? Tinha reuniões semanais?

Simone Ferrari: Reuniões mensais, divulgados em jornal, edital, amplamente... Tinha uma diretoria que decidia, um grupo de assessores, de comissões e isso tudo está lá nos documentos. As comissões que debatiam a pauta antes e logo da pauta formada, uma semana antes era formatada essa pauta e essa pauta era divulgada via jornal ou edital e também comunicado... Sempre a imprensa estava acompanhando, porque era um tema novo, era novidade. Então a imprensa sempre estava em cima, então, era amplamente divulgada e exposto, não era segredo as reuniões do Conselho, muito pelo contrário era amplamente divulgado pelos jornal e matérias todas, então a participação era aberta (FERRARI, 2015).

Segundo Simone, as pautas discutidas nas reuniões eram variadas:

Entrevistadora: Quais eram as principais pautas das reuniões? Os principais assuntos?

Simone Ferrari: As pautas em todas essas demandas, formulação de políticas, implantação de programas, cronogramas, agendas de trabalho, projetos a serem encaminhados e enviados a Brasília e retornados e projetos a serem reestruturados, ações alusivas a semana da mulher, ao mês da mulher, enfim... (FERRARI, 2015).

Em 2013, com a eleição de um prefeito de outro partido, Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt (Beto Lunitti) pelo partido do PMDB, Maria Cecília Ferreira foi nomeada para assumir a Secretaria de Atendimento à Mulher e o CMDM. Ela já havia feito parte do conselho em sua primeira fase, ainda quando se chamava Conselho Municipal da Condição Feminina,

como representante da associação Toledana de Imprensa. Com esta nomeação, as novas conselheiras e secretárias passaram a propor novas atividades para a Secretaria e para o CMDM.

Neste momento, também houve outra alteração. A Secretaria de Atendimento à Mulher passou a se chamar Secretaria de Políticas para Mulheres, como podemos ver na nota divulgada pela prefeitura sobre políticas para mulheres:

Instituído em 2005, o SPM passou por ampla reestruturação a partir de 2013. A denominação foi alterada de *Secretaria de Atendimento a Mulher* para **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES** e as atribuições foram inteiramente reformuladas (*Lei nº 2.120/2013*), alinhando-se programas e ações aos desenvolvidos pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). O novo papel da SPM/Toledo leva em consideração que, ao longo da história, a sociedade tem estabelecido comportamentos, expectativas e oportunidades diferenciadas para mulheres e homens. Assim, a existência de desigualdades sociais e de necessidades específicas de alguns setores requer a articulação de ações entre os diversos órgãos do governo municipal, das demais esferas governamentais e a gestão transversal das políticas públicas (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2013)⁵³.

Segundo Maria Cecília Ferreira, que neste período estava à frente da secretaria, houve uma busca pelo alinhamento das atividades promovidas pela Instituição com as atividades desenvolvidas pelos órgãos nacionais.

O termo “atendimento” empregado no nome da Secretaria já não contemplava mais as atividades a que esta se propunha, já que não se tratava mais de proporcionar às mulheres mero “atendimento”, mas desenvolver todo um processo de acompanhamento delas para a educação de gênero, cultural, social e contra a violência.

Em 2012, sentiu-se a necessidade de outro termo que pudesse expressar melhor as atribuições que a secretaria deveria ter, seguindo as políticas públicas de nível nacional. Este movimento é expresso pela nova secretária, Maria Cecília Ferreira, em sua entrevista:

E aí quando nós entramos na secretaria, falamos, ‘não, o primeiro passo é mudar a lei com as atribuições da secretaria, fazendo esse alinhamento com as políticas nacionais’. Então as atribuições que a gente buscou colocar ali, trabalhava a questão da violência contra as mulheres, a questão da saúde, essa questão da relação com outras instituições e entidades, enfim com aquele que está elencado ali, e com base nesse, as atribuições naquelas definições que a gente começou a trabalhar com muita dificuldade (FERREIRA, 2014).

⁵³ SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Políticas para mulheres**: Reestruturação da Secretária de Políticas para Mulheres, 2013. Disponível em: <http://www.toledo.pr.gov.br/book/export/html/13403>. Acesso em: 19 jan. 2016.

As políticas nacionais da época em questão, a que Maria Cecília fez referência, dizem respeito ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) que passou a integrar a agenda de políticas públicas para mulheres desde 2004 (PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2004.)⁵⁴.

A cada três anos o PNPM é reformulado e, em 2013, ano em Maria Cecília assumiu a secretaria de políticas para Mulheres, o plano passava pela sua segunda reformulação e de acordo com a sua redação:

Os princípios orientadores do PNPM 2013 – 2015

O PNPM 2013-2015 constitui-se em um elemento estrutural da configuração de um Estado democrático. Contribui para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres aprovada a partir de 2004, e referendada em 2007 e em 2011, pelas respectivas conferências. Como um plano nacional, reafirma os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres:

- autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida;
- busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos;
- respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação (PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2013.)⁵⁵.

Nesta fase do conselho, foram escolhidas pelas entidades e pelo governo municipal para exercer o cargo de conselheira, conforme a legislação, vinte mulheres, destas, 1doze representantes não governamentais e oito governamentais. As mulheres que representavam a sociedade civil eram: Gladis Regina Stockmann, representante da Associação Comercial e Empresarial de Toledo (ACIT); as representantes de associações de moradores, indicadas pela União Toledana das Associações de Moradores (UTAM) - Sandra Mandeli Chini, da sede do Município, e Dileta Terezinha Galante Simonatto, do interior; Gerda Inacia Holdefer, representante de entidades de defesa dos direitos da pessoa idosa; Denize Debus de Mello, representante de entidades de defesa dos direitos da pessoa com deficiência; Célia Martins dos Santos, representante de entidade representativa de professores do ensino fundamental e médio; Miraci Gazzoni, representante de movimentos sociais, clubes de serviço e entidades de defesa dos direitos das mulheres; Ana Claudia Coutinho, representante do movimento estudantil; representantes de sindicatos sediados do Município - Ilena Lucia Barella Campos, indicada pelo

⁵⁴ PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/i-i-pnpm/I%20PNPM.pdf>. Acesso em: 25/08/ 2015.

⁵⁵ Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf. Acesso em: 25/08/ 2015.

Sindicato dos Empregados no Comércio; Adevilde Pigosso Kunzler, indicada pelo Sindicato Rural de Toledo e Gislaine Jaqueline Pereira, também indicada pelo Sindicato Rural de Toledo; representantes das Universidades com *campus* em Toledo: Tatiana Orlandi, indicada pela PUC-PR; Zenaide Soares dos Santos Gatti, por sua atuação na promoção e defesa dos direitos das mulheres (CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, 2013)⁵⁶.

Nota-se aqui a participação de uma maior quantidade de mulheres oriundas de novas entidades da sociedade civil criadas em Toledo no decorrer dos últimos anos. Duas dessas entidades, por exemplo, também surgiram a partir do processo de defesa de direitos de outras camadas da população, como os idosos e pessoas com deficiência. Compunham ainda o conselho, representando o governo municipal, as seguintes mulheres: Maria Cecília Ferreira, representante da Secretaria de Políticas para Mulheres; Solange da Silva dos Santos Fidelis, representante da Secretaria de Assistência Social e Proteção à Família; Giovana Silva Ueda, representante da Secretaria da Saúde; Silvana de Fátima Martines, representante da Secretaria da Educação; Silvania Franciele Freese, representante da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, de Inovação e Turismo; Tatiana Figueiredo Pedroso, representante da Secretaria de Esportes e Lazer; Madalena Lopes Vieira Schmidt, representante da Secretaria da Juventude; Cleusa Fritzen, representante de órgão da administração pública estadual, sediado no Município e ligado à proteção e defesa dos direitos das mulheres. Nota-se, aqui, a significativa representatividade de mulheres de secretarias do governo municipal.

Nesta nova formação, podemos notar uma abertura maior para a participação de diferentes setores da sociedade, como um número maior de conselheiras e com mais diversidades de entidades.

A nova lei de 2013, amplia os objetivos do Conselho, se a compararmos com a lei de 2007, que estabelecia como foco a participação das mulheres. Na lei de 2013, o Conselho se atribui o objetivo de “formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres”, além de estabelecer o intuito de controlar as políticas públicas que visem “à equidade entre homens e mulheres”:

Art. 2º – O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), órgão de caráter permanente e de natureza consultiva e deliberativa, criado originariamente como Conselho Municipal da Condição Feminina, pelo Decreto nº 001, de 15 de janeiro de 1985, e institucionalizado pela Lei nº 1.413, de 20 de abril de 1988, com as alterações procedidas pela Lei nº 1.970, de 25 de outubro de 2007, tem por finalidade possibilitar a **participação**

⁵⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. **Lei de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**. Toledo, 28 nov. 2013.

popular, formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à **promoção dos direitos das mulheres** e atuar no controle social das **políticas públicas** que visem à **equidade entre homens e mulheres** [grifos da autora].⁵⁷

Enquanto na lei que instituiu o CMCFT, em 1988, ainda não se falava em políticas públicas, nesta lei que institui o CMDMT há consonância com um processo instituído a nível nacional, o de se promover políticas públicas voltadas para mulheres. Também a preocupação sobre a equidade de gênero, expressa nessa nova lei, é algo que não havia sido explicitado na lei anterior referente à criação do antigo conselho.

Como Maria Cecília fez parte do primeiro conselho (CMCFT) como representante da Associação Toledana de Empresa, em 2006, ela concedeu uma entrevista para a socióloga Raquel Gislaine dos Santos Marques, para sua monografia sobre aquela entidade. Segundo Maria Cecília, a finalidade do Conselho da Condição Feminina

(...) era buscar essa participação da mulher nos movimentos, sociais nos movimentos políticos fazer com que ela realmente tivesse e conquistasse o seu espaço, político, é, e aí entravam as questões de inserir nas políticas públicas aquilo que são elementos importantes pras mulheres (...) (MARQUES, 2006, p.27).

Segundo a lei, nessa nova fase caberia ao conselho promover ações que possibilitassem a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Esta meta também é reafirmada nas especificações das competências do conselho:

CAPÍTULO I - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º – Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher compete: I – participar na elaboração da política municipal dos direitos da mulher, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Mulher, definindo metas e prioridades, que visem a assegurar condições de **igualdade às mulheres** [grifo da autora], possibilitando sua integração e promoção como cidadãos em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural (CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, 2013)⁵⁸.

Neste ano, um folder foi produzido pelo conselho para especificar as suas atribuições, assim como para apresentar um histórico da legislação relativa ao conselho, a sua composição

⁵⁷ TOLEDO Câmara Municipal. **Lei de reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**. Toledo, 27 set. 2013.

⁵⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. **Lei de reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**. Toledo, 27 set. 2013.

e as suas competências. Esse fato, e o caráter informativo do folder, demonstram o intuito de divulgar amplamente o Conselho junto à comunidade.

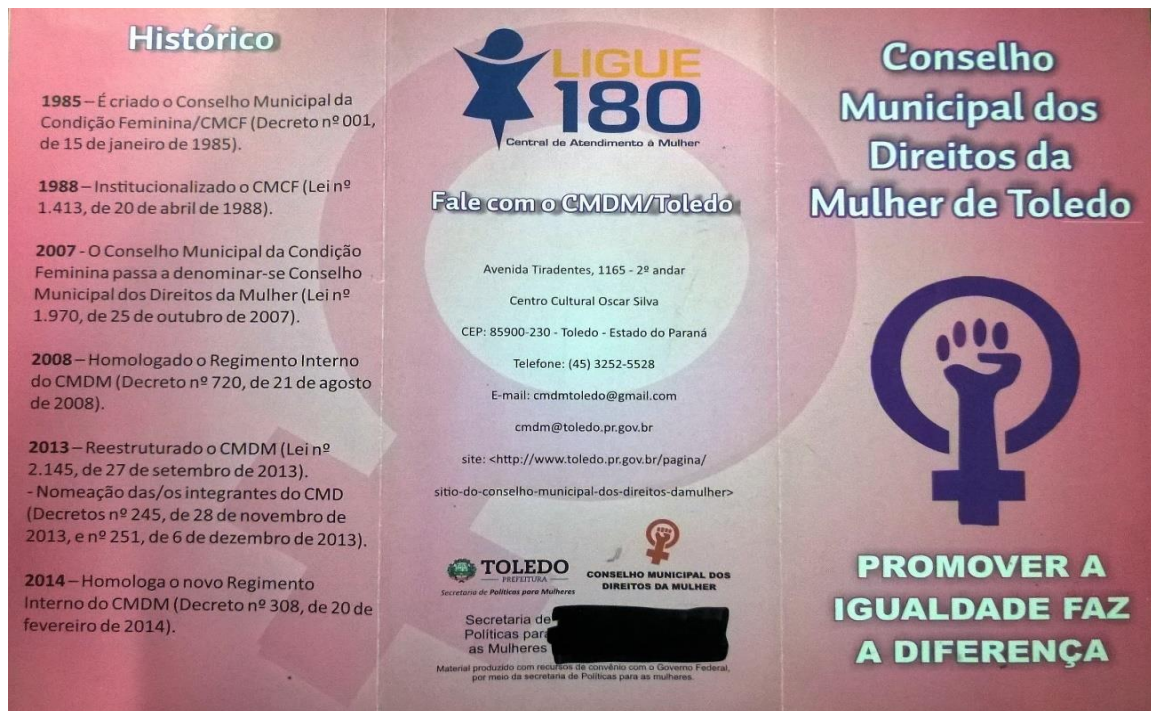


Figura 2. Panfleto de divulgação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – Capa, 2014.

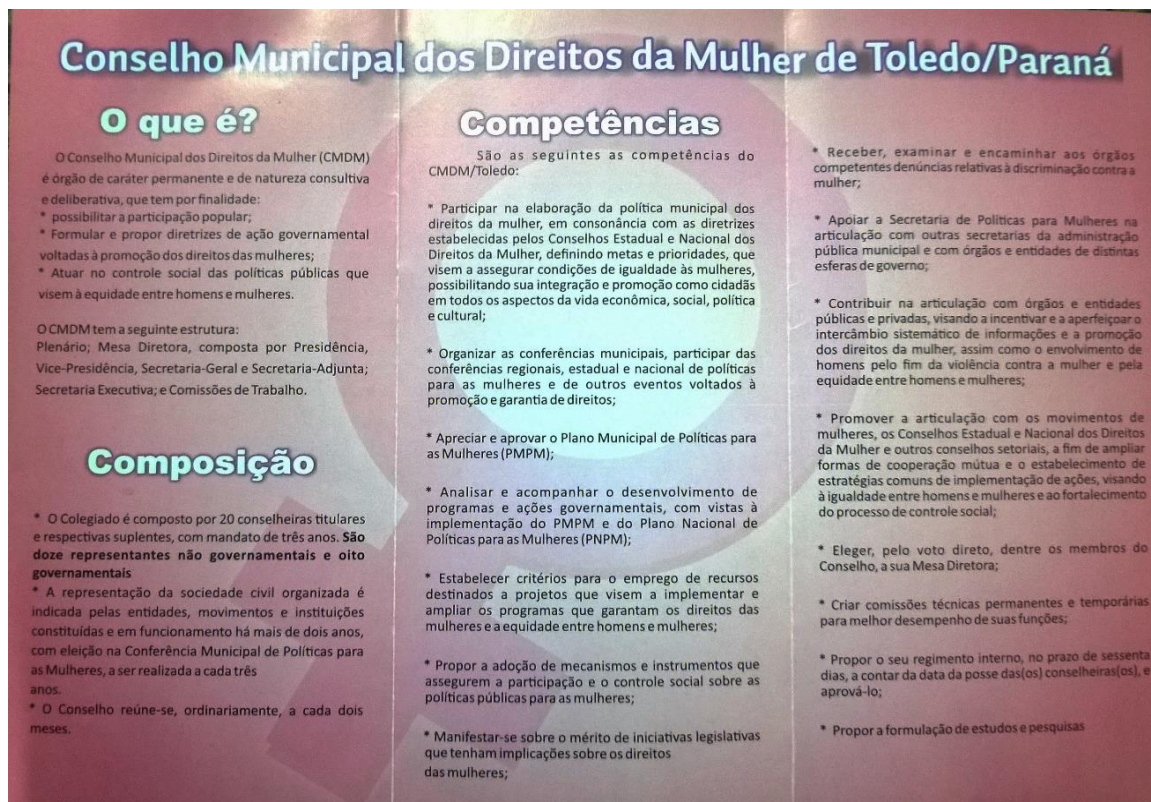


Figura 3. Panfleto de divulgação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – Interno, 2014.

Na capa do folder, o foco em assegurar as condições de igualdade às mulheres, proposto na lei, aparece sob a forma do seguinte lema: “Promover a igualdade faz a diferença”. A imagem que consta na capa vincula o símbolo utilizado na biologia para representar o sexo feminino à ideia de luta.

No mesmo folder aparece, em destaque, o telefone do Centro de Atendimento à Mulher, seguindo uma prática instituída em nível nacional. Criada em 2005 pela Secretaria de Políticas para Mulheres do governo federal, com o propósito de orientar as mulheres sobre os seus direitos, a Central de Atendimento à Mulher presta serviço 24 horas, todos os dias da semana, de escuta e de orientação das mulheres que estão sofrendo com a violência.

Segundo o folder, uma das propostas a serem discutidas pelo conselho seria a participação na elaboração de um Plano Municipal de Políticas para Mulheres (PMPM). Foi a primeira vez que se propunha criar um plano municipal de governo com este intuito. Contudo, a criação deste plano não saiu da proposta e até esta data não foi criado.

Segundo Maria Cecília Ferreira, algumas propostas da Secretaria com o Conselho foram mantidas, como o casamento coletivo:

Então, tinha o tal do casamento coletivo civil, nós continuamos realizando e mais ainda, eram uma edição só anual, nós passamos a realizar em duas edições, e dá trabalho, porque é toda uma... Tem inscrição das pessoas, tem uma mobilização delas, mais aí a gente começou a fazer também isso, que já vinha da gestão anterior de modo diferente, preparar os casais, fazer uma discussão com eles, até a ideia era ter um acompanhamento futuro, e isso estava nos planos de fazer, mas não sei se isso vai ser feito ainda, acredito que é difícil, então foi essa nova... O casamento coletivo já era uma prática desenvolvida pelo conselho antes de 2013 (FERREIRA, 2014).

Maria Cecília demonstra dificuldades em alterar as perspectivas e ideias das próprias conselheiras:

Trabalhar com essa nova perspectiva, e de fazer essa discussão também, mas inicialmente ali com a equipe, depois reestruturando o conselho, então fazendo com que o conselho também pudesse, cada conselheira individualmente se apropriar, dessa... Não só da nova dinâmica que se imprimiu ali na secretaria, mas de conceito e estudando esses debates que se promove, quando se discute a lei Maria de Penha, alguns debates durante 16 dias de ativismo, com palestras (FERREIRA, 2014).

Apesar de ter havido um avanço do conselho, na prática, as atividades se confrontavam com dificuldades de toda ordem, segundo Maria Cecília:

Na verdade, às vezes até parece que você está sempre começando do zero, porque Toledo não... Tem algumas pessoas que atuam com essa temática, digamos assim, mas você não criou, não tem um movimento de mulheres que ao longo desse período também, o movimento de mulheres se esvaziou, então aquele grupo que tinha lá antigo do conselho, isso vai mudando ao longo do tempo... Nós tivemos esse período longo de administrações que não estimularam a participação popular.

A crítica às administrações anteriores é feita por conta da falta de representação popular dentro da secretaria e do conselho. Essa falta de aproximação é expressa na própria lista de conselheiras escolhidas na gestão de 2008 a 2012, que não demonstra grande diversidade de representantes de diferentes setores.

No entanto, ainda no final de 2014, em novembro, houve outra mudança na composição da Secretaria de Políticas para Mulheres, por decisão do prefeito, que alegou cumprimento da Lei de responsabilidade fiscal que obriga os governantes a respeitar um limite de gastos. Por conta disso, Maria Cecília Ferreira não ficou mais à frente da Secretaria. No entanto, a SPM continuou a funcionar, mas os cargos foram reduzidos. Segundo ela, as motivações poderiam ir além disto:

Entrevistadora: Qual foi o motivo da sua saída da Secretaria de Políticas para as Mulheres? Ela extinguiu?

Maria Cecília Ferreira: Não, não, ela não foi extinta. O argumento é que pela lei de responsabilidade fiscal você só pode gastar um patamar com pessoal e ultrapassou esse patamar que chega em um ponto, um limite providencial, como diz uma amiga ‘quando chega ali você já tá no bico do corvo’ (risos). Então ele atingiu esse limite e precisou fazer alterações, reduzir cargos, cortar, enfim, tem que baixar o valor da folha, por que esse cálculo é feito em relação às receitas, ou aumenta a receita, mas não tem mágica, né. Só que a gente acha que não é só isso, tem componente político também, porque foi muito drástico, ele cortou sete secretários, aí vêm questões do dia a dia, porque esse governo é uma coalizão de partidos, não é um partido só, tem muitos interesses, às vezes conflitos, eu não... Às vezes não tenho mais paciência e acabo sendo sincera demais e acabo falando alguma coisa que outras pessoas não falaria.

Nesse momento, a secretária, assim como o conselho, passaram a ficar sob a responsabilidade de outras conselheiras. Os cronogramas de atividades foram mantidos e o conselho segue em funcionamento no mesmo local e com o mesmo vínculo com a Secretária de Políticas para Mulheres de Toledo.

2.1 “EM DEFESA DOS DIREITOS E COMBATE À VIOLÊNCIA À MULHER”: I SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PARA MULHERES

Na segunda fase do conselho foram realizados alguns eventos direcionados às mulheres, promovidos em parceria com a SPM. Neste item nos ateremos a dois eventos promovidos até 2012, quando houve a mudança de diretoria do conselho, o I Seminário de políticas para Mulheres, realizado em novembro de 2009 e o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo, realizado em novembro de 2011. Procuraremos analisar as similaridades e diferenças em relação ao modo de atuação do conselho nesse período e na sua fase inicial.

Como já mencionado, nessa nova fase do conselho, ele manteve uma ligação direta com a Secretaria de Atendimento à Mulher, o que pode ser percebido na co-realização de diversas atividades.

O I Seminário de Políticas para Mulheres foi composto por palestras ministradas durante os meses de novembro e dezembro de 2009. Segundo a organização do evento, as palestras e atividades desenvolvidas tinham como objetivo “deflagrar ampla divulgação sobre a Lei Maria da Penha e as políticas municipais implementadas para o atendimento à mulher em situação de violência” (SECRETARIA DE ATENDIMENTO À MULHER, 2009)⁵⁹.

⁵⁹ SECRETARIA DE ATENDIMENTO À MULHER. **Livro registro do I Seminário de políticas para Mulheres**. Toledo, dez. 2009.



Figura 4. Slide de apresentação do I Seminário de Políticas para Mulheres: Pelo enfrentamento e combate à violência, 2009.

Esse evento foi realizado de novembro a dezembro, seguindo o calendário de realização dos “16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, realizado desde 1991, em nível mundial e, desde 2003, no Brasil. Assim o jornal local noticiou sobre o evento:

Seminário vai deflagrar campanha contra a violência contra à mulher

O Primeiro Seminário de Políticas para Mulheres, em defesa dos direitos e em combate a violência, será realizado em Toledo na sexta-feira (20), no auditório da Prefeitura de Toledo. O início está marcado para as 08h30. A presidente do Conselho Municipal da Mulher, Simone Beatriz Ferrari, destaca que o evento marca a passagem dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. ‘Vamos promover palestras e discussões sobre o tema, a fim de contribuir para ações que possam garantir o cumprimento dos direitos da mulher e da cidadania’, descreve (JORNAL DO OESTE, 2009)⁶⁰.

Segundo o livro de registro sobre os 16 dias de ativismo em Toledo, a atividade foi “instituída com o intuito em agregar esforços da comunidade e sociedade organizada na promoção de novos valores culturais, mais humanitarismo entre as pessoas, e a viabilização de

⁶⁰ Seminário vai deflagrar campanha contra a violência contra à mulher. **Jornal Do Oeste**, Toledo, PR, 14 nov. 2009.

políticas de atendimento à mulher em situação de violência” (I SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2010)⁶¹.

O site ONU Mulheres assim explica a origem dos “16 dias de ativismo” e o início de sua realização no Brasil:

Os 16 Dias de Ativismo começaram em 1991, quando mulheres de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL), iniciaram uma campanha com o objetivo de promover o debate e denunciar as várias formas de violência contra as mulheres no mundo. A data é uma homenagem às irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, que se posicionaram contrárias ao ditador Trujillo, ficando conhecidas como ‘Las Mariposas’, e sendo assassinadas em 1960, na República Dominicana. Hoje, cerca de 150 países desenvolvem esta campanha. No Brasil, ela acontece desde 2003, por meio de ações de mobilização e esclarecimento sobre o tema (ONU MULHERES, 2015)⁶².

No mundo todo, a campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres” tem início no dia 25 de dezembro, mas no Brasil as datas sofreram algumas alterações. No país, as atividades tiveram início no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, o que possibilitaria, segundo o site do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDS, a discussão sobre a questão da violência contra as mulheres negras. Isso demonstra uma particularidade do Brasil no desenvolvimento dessa campanha.

O restante das datas lembradas durante essa Campanha segue o mesmo cronograma mundial: Dia Internacional da Violência contra as Mulheres, no dia 25 de novembro; o Dia Internacional de Luta Contra a Aids, em 1º de dezembro; e o Massacre de Mulheres de Montreal, no Canadá, no dia 6 de dezembro. O término dos 16 dias ocorre em 10 de dezembro, no Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Como resultado da realização dos “16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres” de Toledo, em 2009, durante os quais foi feito o Seminário de Políticas para Mulheres, foi publicada uma lei que instituiu oficialmente essa campanha, um ano depois:

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e a realizar, anualmente, a campanha ‘16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres’, consistente no desenvolvimento de ações integrantes e articuladas entre as secretarias municipais, órgãos públicos, entidades e organizações da sociedade civil, incentivando à mobilização educativa e de massa na luta pela erradicação da violência e pela garantia dos direitos humanos.

⁶¹ Livro Registro dos 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. Toledo, 2010.

⁶² Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/em-acao-dos-16-dias-de-ativismo-pelo-fim-da-violencia-onu-projeta-dados-sobre-feminicidio-no-museu-nacional/>. Acesso em: 20 dez. 2015.

Art. 3º - A Campanha referida no artigo anterior será realizada uma vez ao ano, com a articulação das secretarias municipais para a oferta de serviços de saúde, orientação jurídica, orientação psicológica, encaminhamentos sociais e procedimentos educativos relacionados ao trânsito (CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, 2010)⁶³.

No dia 20 de novembro de 2009 foi realizada no Auditório da Prefeitura Municipal de Toledo uma série de palestras e discussões sobre violência contra as mulheres. Como atividades do Seminário:

Programação do evento:

08:30 Abertura solene
 09:00 Palestra: Políticas de promoção e defesa dos direitos da Mulher – Diagnóstico da situação da mulher no Município de Toledo – Responsável: Secretária de Atendimento à Mulher
 09:30 Mesa de Trabalho: - A expressão da violência na questão de gênero: A violência no contexto da infância à fase adulta: concepções e convivências
 - A violência no contexto familiar e a lei Maria da Penha
 11:00 Debate
 11:30 Propostas e encaminhamentos
 11:45 Encerramento
 14:00 Abordagem junto ao comércio, entregando material explicativo e educativo sobre o tema (SECRETARIA DE ATENDIMENTO À MULHER, 2009)⁶⁴.

As palestrantes responsáveis foram a antropóloga Tupira Ykegaya, e duas Advogadas, Fabiane Grando e Vanessa Veiit. Como percebemos, o foco do evento ficou mesclado entre a discussão sobre a violência contra a mulher e sobre a legislação a respeito, no caso, a Lei Maria da Penha. A presença de duas advogadas visou à discussão sobre aspectos legais; e a da antropóloga, aspectos socioculturais.

Segundo o livro de registros deste evento (SECRETARIA DE ATENDIMENTO À MULHER, 2009)⁶⁵, confeccionado pela Secretaria de Atendimento à Mulher, o evento, em primeiro momento, se propôs a fazer um breve histórico sobre a Secretaria, e sobre a população do município. Outros pontos discutidos foram a Constituição brasileira, a Lei Maria da Penha, as políticas públicas para mulheres e as campanhas sobre o assunto, vinculadas na mídia.

⁶³ CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. **Lei de criação da campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra à Mulher”**. Toledo, 27 dez. 2010.

⁶⁴ SECRETARIA DE ATENDIMENTO À MULHER. **Livro Registro sobre o I Seminário de políticas para Mulheres**. Toledo, dezembro de 2009.

⁶⁵ SECRETARIA DE ATENDIMENTO À MULHER. **Livro registro do I Seminário de políticas para Mulheres**. Toledo, dezembro de 2009.

Como podemos perceber, a proposta seria discutir a violência com base nos dados do próprio município. Segundo dados da Delegacia da Mulher, de maio a setembro de 2009, 54 casos de violência doméstica estavam em trâmite na Delegacia da Mulher. Na maioria deles, a denúncia era feita por lesão corporal e ameaça (DELEGACIA DA MULHER, 2009)⁶⁶.

Esses dados foram utilizados pela organização do evento, e em várias das atividades desenvolvidas dentro do seminário. Neste período, o foco maior das políticas e campanhas de violência contra a mulher era justamente conscientizar a vítima da importância da denúncia.

Não dispomos de dados sobre a quantidade de mulheres que participaram deste evento. Mas a participação foi significativa, segundo um jornal local:

Uma multidão de mulheres compareceu ontem (20), no auditório da Prefeitura de Toledo, onde aconteceu um Seminário de Combate a Violência contra a Mulher, fato que abre os 16 dias de ativismo pela causa. A Secretaria da Mulher e o Conselho Municipal da Mulher são organizadores do evento (JORNAL DO OESTE, 2009)⁶⁷.

A intenção destas campanhas era incentivar a denúncia de casos de violência contra a mulher. Tais campanhas e atividades, assim como a abertura de uma Delegacia da Mulher em Toledo, em 2010, contribuíram para o aumento de inquéritos abertos desde 2009. Segundo dados da Delegacia da Mulher de Toledo, nos anos posteriores, o número de processos aumentou significativamente.

Se em 2010 foram registrados 117 casos, em 2011 foram 200 casos e, em 2012, 148 processos (DELEGACIA DA MULHER, 2012). Isso também pode ser creditado na forma de atuação da Secretaria e o do Conselho, que promoviam a interlocução das entidades com a sociedade, levando estas discussões para a rua em forma de panfletagem e abordagem pessoal.

Outro assunto discutido no auditório da prefeitura municipal no dia 4 de dezembro de 2009 foi a implementação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência contra A Mulher, em parceria com a Secretaria de Saúde do município. O evento foi organizado por meio de uma mesa assim intitulada na programação: “O processo histórico da ficha de notificação e a sua implementação no município de Toledo – PR. A ficha de Notificação Compulsória e a rede de Serviços de Atendimento à Mulher no Município de Toledo”. Em seguida foi proposto o debate,

⁶⁶ DELEGACIA DA MULHER. Tabela de inquéritos instaurados de competência da Delegacia da Mulher a partir de maio de 2009. In: **Livro registro do I Seminário de Políticas para Mulheres**. Toledo, dez. 2009.

⁶⁷ Mulheres promovem evento de combate à violência. **Jornal Do Oeste**. Toledo, PR, 21 nov. 2009.

e os encaminhamentos⁶⁸. A mesa foi composta pelas enfermeiras Carmen F. Garbim e Cleonice F. Sarturi.

Segundo Simoni Ferrari em entrevista a um jornal, a importância da implementação da ficha de Notificação Compulsória se dava por conta de que:

Todos os atendimentos realizados nas Unidades Básicas de Saúde, no Mini-Hospital e também nas entidades de Assistência Social, que sejam identificados como agressão, serão cadastrados nesta Ficha e então estas pessoas serão acompanhadas e receberão todo apoio necessário. Com esta estatística nós também poderemos saber o que precisa ser desenvolvido no sistema, se faltam psicólogos, psiquiatras e assim por diante. Além deste trabalho direcionado para as Mulheres, os profissionais da saúde também ficarão atentos a violência praticada a qualquer pessoa, especialmente a crianças e idosos (FERRARI, 2015).⁶⁹

Ou seja, a ficha ajudaria no acompanhamento da mulher que sofreu com algum tipo de violência, possibilitando que a mesma fosse acompanhada nas esferas da saúde e psicologia, e em âmbito social e judicial. Nesta ficha os dados a serem preenchidos são: o número de envolvidos no caso; grau de parentesco com o agressor; sexo; uso de álcool por parte do agressor; evolução e encaminhamento do caso (neste item entraria o encaminhamento psicológico e para área da saúde); encaminhamento para outras setores, como o conselho tutelar, e os centros de referência da mulher, entre outros órgãos; violência relacionada ao trabalho; circunstâncias da lesão em caso de ferimentos e classificação final do caso; evolução do caso; e encerramento do caso.

No dia 17 de dezembro, após o término dos “16 Dias de ativismo pelo fim da violência contra as Mulheres”, foi realizado ainda no I Seminário de Políticas para Mulheres a discussão sobre a implementação da rede articulada de proteção à mulher, que tinha como proposta a “Exposição do fluxo de serviços operacionais e de atendimento à mulher vítima de violência, junto à rede de serviço do município de Toledo”⁷⁰.

As responsáveis pela discussão realizada foram as enfermeiras Carmen F. Gabim; Cleonice F. Sarturi; Juliana Cruz; Noely Fornari, Diretora da Unidade Mini Hospital; Marli Vito, assistente social; e Tais Maciel, Diretora da Saúde Mental de Toledo. Neste evento, a proposta era discutir a forma de atendimento à mulher vítima de violência, como se dariam os

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Secretarias unem forças para identificar violência contra mulher. **Jornal Do Oeste**. 05 dez. 2009.

⁷⁰ Ibidem.

encaminhamentos e o acompanhamento dessas mulheres em parceria com a Secretaria de Saúde do município.

Segundo as resoluções propostas e aprovadas no evento, a mulher vítima de alguma violência deveria, primeiramente, se encaminhar para o Mini Hospital para ter um acompanhamento médico, e as mulheres que tivessem sofrido com a violência psicológica e não física, deviam ser encaminhadas ou procurarem a Secretária de Atendimento à Mulher.

2.2 I ENCONTRO MUNICIPAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE TOLEDO

Outro evento promovido pelo CMDM em parceria com a Secretaria de Atendimento à Mulher e o Sindicatos dos trabalhadores Rurais de Toledo foi o I Encontro Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo, realizado em 21 de setembro de 2011. Esse foi o único evento voltado exclusivamente para uma fração de mulheres de Toledo durante toda a atuação do Conselho.

O evento foi realizado em uma comunidade de Toledo, chamada Xaxim, próximo a um dos distritos da cidade, Concórdia do Oeste. Diferente dos eventos anteriores, compostos por palestras, mesas redondas, dinâmicas visando a discussão de problemas referentes às mulheres, este encontro tinha um caráter bem diferente. Além de não ter sido promovido dentro do perímetro urbano da cidade, teve um caráter mais recreativo e cultural.

Realizado em 21 de setembro de 2011, o I Encontro Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo, foi organizado como uma gincana. Por conta do público-alvo, as trabalhadoras rurais, além do CMDM e da Secretaria de Atendimento à Mulher, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a EMATER também participaram da organização do evento (I ENCONTRO MUNICIPAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE TOLEDO, 2011)⁷¹.

Os objetivos constantes no livro de registros do encontro eram mais amplos:

- Promover a integração entre as mulheres das comunidades da área Rural do município de Toledo

⁷¹Convite oficial do I Encontro Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo. In: **Livro do Registro do I Encontro Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo**. Toledo, dez. 2011.

- Trabalhar assuntos ligados à mulher trabalhadora rural, integrando-as a temáticas como meio-ambiente, saúde, cultura e esportes.
- Promover e despertar discussões sobre a temática de igualdade de gênero e emancipação social e econômica (I ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE TOLEDO, 2011)⁷².



Figura 5. Cartaz de divulgação do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo, 21 de setembro de 2011.

Fonte: Livro registro do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo, 2011.

Como podemos observar no cartaz de divulgação do evento acima, o encontro se assemelhava à realização de uma gincana, com atividades esportivas, recreativas e gastronômicas, além do plantio de árvores, pelo fato do evento coincidir com o Dia da Árvore, como se depreende do convite. O evento iniciou com um café da manhã com “pratos típicos da área rural” e encerrou no período da tarde (I ENCONTRO MUNICIPAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE TOLEDO, 2011)⁷³.

Segundo a presidente do conselho na época, Simone Ferrari, foram as próprias mulheres que incentivaram a realização do evento, devido à falta de recreação e interação entre as mulheres da área rural:

⁷² Regulamento da gincana do I Encontro de Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo. In: **Livro registro do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo**, Toledo, 21 set. 2011.

⁷³. Convite oficial do I Encontro Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo. In: **Livro do Registro do I Encontro Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo**. Toledo, dez. 2011.

As mulheres não queriam, do campo [mulheres do campo], da área da comunidade rural, elas não queriam mais reuniões, palestras, elas queriam atividades, elas diziam ‘Iguais aos homens’, elas diziam. A gente entendia o que elas queriam dizer. Os homens se reuniam nos clubes nos finais de semana para jogar bola, bocha, truco, para tomar cerveja e elas são chamadas para fazer a maionese, a salada e lavar a louça. Elas não queriam mais isso, elas queriam ter um encontro delas, de lazer, de diversão, mas que também servisse de mobilização e de articulação. Aí então surgiu a ideia da gincana, aí nós falamos: “olha, então vamos pensar em alguma coisa que não seja apenas um encontro, vamos pensar em alguma coisa”. Aí nós fizemos parceria com o Sindicato Rural, com o Sindicato Patronal, Sindicato da Alimentação, sempre com a mobilização das parcerias da sociedade como um todo (FERRARI, 2015).

A afirmação de que foi iniciativa das mulheres da área rural desenvolver esse evento é apresentada nos registros do encontro. Logo na apresentação do livro registro, uma espécie de Ata do evento em que constam as regras da gincana e as atividades desenvolvidas, é apresentada uma espécie de histórico do evento:

Histórico

O projeto I Encontro Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Toledo, surge da iniciativa da comunidade feminina. Em determinado momento a comunidade de Xaxim, por intermédio da senhora Ildegardis Campagnollo, inicia a busca e solicita parcerias para a realização de encontro com todas as comunidades do interior, mas somente as mulheres, o qual teria o objetivo em demonstrar as atividades de lazer, recreação. Este dia seria único, somente com atividades desta natureza. [...] foram convidados a estarem conosco nesta atividade a EMATER, através da socióloga Liana Perin e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo, através da senhora Lucilda Girardi. [...] A data de 21 de setembro, dá-se por motivo do dia da árvore, e o mês de setembro em solicitação das próprias mulheres, que entenderam ser este o período para poderem se distanciar das atividades agrícolas, uma vez que é o período mais tranquilo na lavoura, possibilitando a participação de todas as mulheres (SECRETARIA DE ATENDIMENTO À MULHER, 2011)⁷⁴.

Participaram do evento mulheres de treze comunidades e distritos de Toledo⁷⁵. Segundo notícia na imprensa local, participaram do Encontro 400 trabalhadoras rurais⁷⁶. Ou seja, a

⁷⁴ SECRETARIA DE ATENDIMENTO À MULHER. **Livro de registro do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo**, 21/09/2011. Toledo, dezembro de 2011.

⁷⁵ Que são: Dois Marcos; Xaxim; Dois Irmãos; Linha São Paulo; Vila Rural/Salto São Francisco; Concórdia d'Oeste; Novo Sarandi; São Luiz do Oeste; Vila Ipiranga; Bangú; Novo Sobradinho; Dez de Maio; Linha 14 de Dezembro. In: SECRETARIA DE ATENDIMENTO À MULHER. **Livro de registro do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo**, 21/09/2011. Toledo, dez. 2011.

⁷⁶ 1º Encontro das Mulheres Rurais de Toledo reúne centenas em Xaxim. **Jornal do Oeste**. Toledo, PR, 22 set. 2011.

estratégia do Conselho de mobilizar essas mulheres para a atividade pareceu exitosa, considerando o número considerável de participantes.

Entretanto, o evento, na prática, parece ter se deslocado de um dos objetivos propostos, que visava “promover e despertar discussões sobre a temática de igualdade de gênero e emancipação social e econômica” (SECRETARIA DE ATENDIMENTO À MULHER, 2011)⁷⁷. O evento não contou com nenhum momento de discussão sobre as formas de desigualdade de gênero. Não consta da documentação nenhuma referência a este objetivo do encontro.

⁷⁷ SECRETARIA DE ATENDIMENTO À MULHER. Regulamento da gincana do I Encontro de Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo. In: **Livro registro do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Toledo**. Toledo, 21 set. 2011.

CAPÍTULO III. “NÓS TEMOS QUE ESTAR EM CONTÍNUO APRENDIZADO E A NOSSA VISÃO DE MUNDO TAMBÉM”: NARRATIVAS DE MULHERES PARTICIPANTES DO CMCFT E DO CMDM

Neste capítulo nos propomos a trabalhar com narrativas orais de mulheres que fizeram parte do Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo e do Conselho dos Direitos da Mulher de Toledo, assim como outras mulheres que se mobilizaram em prol de direitos e reivindicações das mulheres no município.

Diferentemente dos demais capítulos, nos quais trechos de entrevistas com essas mulheres foram utilizados para a discussão de questões voltadas especificamente aos dois conselhos, aqui nos debruçamos sobre aspectos de suas histórias de vida: a infância e a formação escolar/acadêmica, a vida profissional e política, a participação no(s) conselho(s) e em outros espaços, e discussões que dizem respeito a reivindicações e direitos das mulheres. Ou seja, neste capítulo procuramos dar visibilidade às próprias experiências de vida dessas mulheres, mediadas pelos trabalhos da memória, narradas em situação de entrevista.

Buscamos perceber como suas vivências e ações são rememoradas; como questões de gênero e pautas feministas aparecem entrelaçadas às suas narrativas; e como elas constroem suas subjetividades por meio da participação nos conselhos e em movimentos de mulheres, e por meio do próprio ato de narrar suas vidas⁷⁸. Exploramos ainda quais são seus entendimentos sobre as ações (não só suas) dentro e fora do conselho.

Além disso, uma questão de fundo a se buscar nesta análise, é a de pensar a relação entre as práticas dessas mulheres, inclusive discursivas, e os debates feministas dos períodos sobre os quais narram.

As mulheres as quais entrevistamos são contemporâneas aos movimentos de mulheres que aconteciam no Brasil, desde a década de 1970, que lutavam por direitos políticos, sociais, econômicos e culturais, como bem apresenta a historiadora Margarete Rago:

Entre desejos, sonhos e pesadelos, a década de 1970 foi vivida por uma geração de mulheres como um momento de experimentação de novas possibilidades de existir, antes mesmo que o movimento feminista se afirmasse no Brasil e muito antes que tivesse acesso a conceitos e filosofias

⁷⁸ Sobre a construção das subjetividades por meio da narrativa, procuramos ter a mesma visão exposta por Margarete Rago, para quem “a linguagem e o discurso são instrumentos fundamentais por meio dos quais as representações sociais são formuladas, veiculadas, assimiladas, e de que o real-social é construído discursivamente”. In: RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: Feminismos**, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 30.

como os de Foucault, Deleuze e Guattari, entre outros, que permitiriam interpretar com maior clareza o que estava em jogo (RAGO, 2013, p.61).

As nossas entrevistadas vivenciaram o aumento da participação política das mulheres, assim como a busca por outros direitos. Nem todas elas tiveram contato direto com questões teóricas feministas ou sobre gênero, mas viveram em meio à inserção da discussão sobre estas questões.

No entanto como será que essas mulheres contemplam em suas narrativas, e se contemplam, tais questões? Qual a percepção sobre suas atuações públicas e como buscam construir uma imagem de si?

Neste capítulo trabalharemos com entrevistas feitas com sete mulheres que tiveram e/ou têm envolvimento com o(s) conselho(s) e/ou com ações de agenda feminista em Toledo. São elas: Maria Cecília Ferreira, Rosali Campos, Aparecida Vendramini, Simone Ferrari, Miraci Gazzoni, Joana Darc Faria de Souza e Silva, e Moema Viezzer.

Elas são mulheres com origens socioeconômicas e culturais, e formações e trajetórias de vida diferentes, assim como, também, com diferenciados posicionamentos políticos e perspectivas sobre como e quais deveriam ser, e como foram os papéis dos conselhos em questão.

Antes de adentrarmos na discussão dos temas escolhidos, a partir dos quais procedemos a análise das entrevistas, traremos ao texto curtas biografias das entrevistadas, seguindo a cronologia de suas vidas, construídas a partir das entrevistas e da documentação pesquisada. Quando necessário, para a análise de trechos selecionados, retomaremos e/ou aprofundaremos alguns aspectos biográficos antes apresentados.

Maria Cecília Ferreira foi a primeira mulher entrevistada por nós. Maria Cecília nasceu em Manaus, em 1958. Porém, foi no Rio de Janeiro que ela passou a maior parte de sua infância e juventude. Maria Cecília cursou dois anos de Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1979, casou-se com o jornalista Robson Nogueira, com quem teve três filhos.

Neste período Maria Cecília se mudou para a cidade de São Paulo, onde também atuou como jornalista. Em 1983, a entrevistada mudou-se para Toledo junto com o seu esposo, que era filho da vice-prefeita da cidade na época, Dalva Nogueira. Neste momento, Maria Cecília continuou a exercer a função de jornalista e, em 1985, começou a participar do CMCFT, como conselheira representante da Associação Toledana de Imprensa. Na ocasião, Maria Cecília era filiada ao PMDB de Toledo.

No mesmo ano, concluiu seu curso superior em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Neste meio tempo, Maria Cecília passou a trabalhar na prefeitura municipal da cidade e foi eleita como presidente do primeiro Sindicato dos Servidores de Toledo, em 1989.

Em 1992, foi eleita vereadora de Toledo, assumindo o mandato até 1996. Depois disso, Maria Cecília ainda exerceu o papel de jornalista, e trabalhou na Assessoria de comunicação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Fez mestrado em Ciências Sociais e, em 2013, voltou a fazer parte do Conselho, agora CMDM, como representante da Secretaria de Políticas para Mulheres de Toledo, cargo em que permaneceu até 2014.

Outra mulher entrevistada, participante e dirigente do Conselho com trajetória na política partidária em Toledo, foi Rosali Campos, também participante do CMCFT em sua fase inicial, como representante do Departamento Feminino do PMDB. Ela foi uma das primeiras mulheres que procuramos para entrevistar, pois seu nome apareceu com destaque nos documentos por conta de sua atuação política na cidade e de seu trabalho com entidades, como na Associação de Donas de Casa de Toledo.

Rosali Campos nasceu em São Miguel do Oeste-SC, em 1951. Foi professora, e participou dos grupos de extensionistas da Acarpa, hoje Emater, o que a fez se mudar para Toledo, em 1971, para trabalhar nesta área, e também o que a levou a trabalhar na Inspeção de Ensino de Toledo, atual Secretaria da Educação.

Em 1977, se formou em Pedagogia. Ano em que também se casou com seu esposo Sabino Campos, com quem teve dois filhos. Em 1989, Rosali foi eleita vice-prefeita de Toledo, exercendo essa função até 1992. Entre 2005 e 2008, foi vereadora da cidade. Hoje, a entrevistada faz parte do gabinete de uma das vereadoras de Toledo, Sueli Guerra.

Aparecida Vendramini, assim como Rosali, também fez parte da primeira formação do CMCFT. Ela participou como representante da Associação Toledana de Educadores. Aparecida nasceu em 1950, em Lucélia, Estado de São Paulo, onde se formou em Letras antes de se mudar para o Paraná com a sua família, em 1976, e trabalhar como professora. Durante os anos de criação do conselho, em 1985, Aparecida Vendramini organizou grupos de estudos e fez parte da Associação Toledana de Educadores, assim como do CMCFT. Aparecida não se casou, não tem filhos, e mora com a mãe em Toledo.

A quarta biografia que apresentaremos é de Simone Beatriz Ferrari, que fez parte do conselho em seu segundo momento, quando passou a se chamar Conselho Municipal dos

Direitos da Mulher. O interesse em entrevistar Simone partiu do fato de ela ter sido a presidente do conselho entre os anos de 2009 e 2013.

Simone, diferente das outras entrevistadas, nasceu em Toledo, em 1967, e é formada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Durante os dez anos seguintes à sua formação, trabalhou como Assistente Social na prefeitura de Cascavel, cidade vizinha à Toledo. Porém, devido ao falecimento de seu pai, Simone retornou a Toledo para trabalhar na Secretaria de Assistência Social do município.

Desenvolvendo trabalhos na área de Assistência Social, Simone participou da Criação da Secretaria de Atendimento à Mulher de Toledo em 2005. Simone foi a secretária responsável pela instituição até 2013, quando o órgão passou a se chamar Secretaria de Políticas para Mulheres.

Outra integrante do CMDM na atualidade que entrevistamos foi Miraci Gazzoni. Miraci é a atual presidente do Conselho, e está no cargo desde 2013, quando houve a mudança na coordenação da Secretaria de Atendimento à Mulher. Miraci mora em Toledo com a família, filhas e esposo, e tem uma relojoaria na cidade.

Miraci nasceu em Cerro da Lola, próximo a Toledo, e logo depois se mudou para o distrito de Bom Princípio. Com treze anos de idade, ela e sua família se mudaram para Toledo, onde cursou o Ensino Fundamental e Médio. Formou-se em Pedagogia pela Universidade Tuiuti, de Curitiba, em 1983, e, em 2000, em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. Fez também uma pós-graduação em Psicopedagogia, Psicologia Hospitalar e Psicologia Clínica. Desde a sua formação acadêmica Miraci trabalhou em Curitiba. Depois de se aposentar, em 2014, Miraci veio morar em Toledo com a família. Durante este período, Miraci teve contato com a criação e funcionamento do Conselho Estadual da Condição Feminina de Curitiba. Miraci teve três filhos (duas filhas e um filho, que faleceu ainda quando era recém-nascido).

A sexta mulher entrevistada foi Joana Darc Faria de Souza e Silva. Joana é natural de Minas Gerais, da cidade de Raul Soares. Diferente das outras mulheres entrevistadas, não participou do CMCFT, mas sua entrevista foi muito relevante para o trabalho devido a sua participação na Associação de Donas de Casa de Toledo, no final da década de 1970 e início da década de 1980.

Esta associação, anterior à existência do Conselho, contou com a participação de algumas das mulheres que iriam formar o CMCFT, como a própria Rosali Campos. A entrevistada chegou a Toledo em 1975. Joana se formou em História ainda em Minas Gerais e

fez Pós-Graduação em Cultura afro-brasileira e indígena. Ao chegar a Toledo ela já tinha experiência de cinco anos no magistério e logo que chegou foi trabalhar como professora, função que exerceu até se aposentar.

Outra mulher que não foi conselheira, mas que decidimos entrevistar, foi Moema Viezzer. Ela nasceu em Caxias do Sul - RS, e com oito anos de idade passou a ser interna em um colégio de freiras em sua cidade. Dentro do colégio, Moema se formou como professora (normalista), aprendeu línguas e a tocar instrumentos musicais, como o piano. Moema se desligou do colégio de freiras, como freira, aos vinte e cinco anos, mas ainda continuou a desenvolver projetos sociais em conjunto com a Igreja Católica, principalmente no Nordeste do Brasil.

Neste período, fim da década de 1960, Moema passou a ser perseguida por utilizar os livros e cartilhas de Paulo Freire em seus trabalhos sociais, e foi acusada de ser informante do educador. Em 1970, Moema foi para o México, e passou por diferentes países, como Chile, Inglaterra, Itália, França, entre outros. Durante o exílio, Moema conheceu o seu esposo, que fora um dos seus colegas de viagem, Marcelo Godrin.

Nestes anos de exílio, Moema fez contato com diferentes movimentos sociais. E ao voltar ao Brasil, em 1975, foi uma das fundadoras da Rede Mulher de Educação, em São Paulo, e fez parte de Programas Pró-Equidade de Gênero dentro da Itaipu Binacional. Em 1985, quando foi criado o CMCFT de Toledo, Moema ministrou algumas palestras e discussões feitas em Toledo. Essa aproximação se deu por conta da relação que tinha com algumas das conselheiras, como com Rosali Campos, e também por ter familiares que residiam em Toledo. Em 1997, Moema se mudou para Toledo com seu esposo e filhos, onde mora até hoje.

A origem socioeconômica das nossas entrevistadas é diferente. Algumas são de famílias mais abastadas, outras de classe média, e outras provieram de famílias carentes. No caso de Maria Cecília Ferreira, sua família era de classe média urbana, seu pai era farmacêutico e trabalhava na superintendência de campanhas de endemias; sua mãe era doméstica.

Já Rosali Campos provém de família numerosa e é a segunda de nove filhos. Sua mãe era costureira e seu pai alfaiate, e ambos incentivaram sua progressão nos estudos. Durante a sua adolescência, Rosali esteve sob os cuidados dos avós, para que pudesse estudar na cidade onde eles moravam. Seus avós eram agricultores e moravam no interior de uma cidade que tinha o curso de normalista. Durante esse período com os avós, Rosali ajudava a cuidar da lavoura.

Simone também é de família numerosa, tem sete irmãos. Seu pai era marceneiro e sua mãe trabalhava em casa, cuidando dos filhos e das atividades domésticas. Já Aparecida Vendramini, assim como as outras mulheres entrevistadas, provém de uma família numerosa, com sete irmãos. Contudo, é de uma família de agricultores com mais posses. Seus pais eram produtores de café em São Paulo e, posteriormente, no Paraná. Em Toldeo, montaram uma serraria.

Em relação à Miraci e Moema, que não deram tantos detalhes sobre suas origens familiares, podemos dizer que as duas provieram de famílias de classe média. Joana Darc, é filha gêmea em uma família de oito irmãos do interior de Minas Gerais. Sua família era carente em termos socioeconômicos, e Joana, inclusive, teve dificuldades para estudar.

Dentre as mulheres que entrevistamos apenas Simone nasceu em Toledo. Ela é filha de migrantes que chegaram à cidade na década de 1950. As outras mulheres vieram de outras cidades, como Miraci, que não nasceu em Toledo, mas em uma das cidades vizinhas. No caso de Rosali e Moema, as duas provêm da região Sul do Brasil, respectivamente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Rosali chegou à cidade na década de 1970 e Moema, na década de 1990. Já Aparecida Vendramini, Maria Cecília e Joana Darc provêm da região Sudeste: Aparecida de São Paulo, Maria Cecília do Rio de Janeiro, e Joana de Minas Gerais.

Todas as nossas entrevistadas completaram o ensino superior, algumas com mais dificuldades que outras, mas todas tiveram, ou têm, uma carreira profissional. Das mulheres entrevistadas a maioria é professora de formação: Rosali e Miraci são pedagogas; Joana Darc é professora de História; Aparecida é formada em Letras; Moema é professora normalista. Das não professoras, ressaltamos Maria Cecília que é Jornalista e Simone Ferrari que é Assistente Social.

Dentre elas, algumas também foram ou são filiadas a partidos políticos. Maria Cecília e Rosali Campos, na década de 1980, eram filiadas ao PMDB, do qual continuam fazendo parte. Joana Darc é filiada ao PT, e continua participando de eventos e encontros do partido. Simone, Aparecida Vendramini, Miraci e Moema não são filiadas a nenhum partido político.

Depois dessa breve apresentação das nossas entrevistadas, nos propomos a discutir alguns temas que estiveram presentes em suas narrativas, como a infância e vida escolar, a formação profissional e participação política, assim como sua participação no conselho.

3.1 “ENTÃO, EU DESDE A INFÂNCIA SEMPRE ESTUDEI, DESDE PEQUENA”: INFÂNCIA E FORMAÇÃO ESCOLAR.

Devido ao fato de termos pedido às entrevistadas que contassem sobre suas trajetórias de vida, desde a infância, esse tema apareceu em todas as entrevistas. Com este tópico pretendemos compreender a forma como estas mulheres dão sentido para este período de suas vidas; e como as memórias construídas a respeito desse tempo são conectadas às experiências posteriores na vida profissional e política. Como bem observa Verena Alberti:

Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido (ALBERTI, 2004, p.78).

Na análise das narrativas, percebemos algo em comum: a valorização da vida escolar. Todas elas procuraram enfatizar momentos sobre a sua formação e a importância dela para suas vidas.

Algumas das mulheres entrevistadas procuraram fazer a sua narrativa de forma cronológica, nem sempre apresentando datas precisas, mas seguindo uma sequência, conforme as fases de suas vidas.

Rosali Campos, que foi membro do conselho em sua primeira gestão, como representante do Departamento Feminino do PMDB de Toledo, narra sua infância começando pelo local de nascimento e a origem familiar, já se referindo às mudanças da família:

Eu nasci em São Miguel do Oeste, Santa Catarina, eu sou a segunda filha de nove filhos que meus pais tiveram. Quando eu tinha três anos, meu pai se mudou para o Rio Grande do Sul, morei durante doze anos em Sananduva, próximo a Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, onde meu pai tinha uma alfaiataria. Era alfaiate, tinha uma loja que fazia roupas e tal, e minha mãe era costureira. Como eu era a segunda filha, na época nós éramos já em dois irmãos, depois foram nascendo os outros. Eu tenho só dois irmãos que nasceram no Paraná e cinco nasceram no Rio Grande do Sul (CAMPOS, 2015).

As mudanças de residência de sua família, que morou em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, figuram em diversos trechos da entrevista, evidenciando, assim, como as migrações fazem parte da sua história pessoal e familiar.

Quando Rosali tinha quinze anos, sua família, que tinha ficado no Rio Grande do Sul, acabou voltando para Santa Catarina, mais especificamente para a cidade de Concórdia. Rosali também se mudou para esta cidade, onde cursou o segundo ano da escola normal, vindo a terminar este curso no Paraná, na cidade de Francisco Beltrão, para onde seus pais se mudaram posteriormente. Foi nesta cidade que Rosali começou a lecionar e onde começou a participar e organizar grupos de jovens⁷⁹ em parceria com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - Acarpa⁸⁰, hoje Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater.

Rosali, como outras de nossas entrevistadas, provém de família numerosa. Apesar dos pais terem sido trabalhadores na cidade, onde exerciam as profissões de alfaiate e costureira, Rosali manteve contato com atividades agrícolas, pois durante a adolescência morou com seus avós, que trabalhavam na agricultura, para cursar o ensino normal para formação de professores no Oeste de Santa Catarina.

Em seguida, Rosali fala da sua vida escolar: “Então, eu desde a infância sempre estudei, desde pequena. Fiz jardim de infância em um colégio que tinha lá, com cinco anos. Com seis anos já lia perfeitamente e me interessava por muita coisa” (CAMPOS, 2015).

Rosali coloca a sua vida escolar em destaque, reconstrói uma memória sobre a sua infância como uma criança que “se interessava por muita coisa”. A valorização dos estudos a faz traçar uma continuidade entre sua infância e sua vida adulta: “sempre estudei, desde pequena”. O interesse pelos estudos teria sido uma característica sua demonstrada desde o início da vida escolar.

A partir deste momento da entrevista, Rosali passa então a ressaltar seu envolvimento com atividades comunitárias. Ao falar das atividades das quais participava na escola, já na adolescência, período em que cursou o ensino normal para se formar professora, destaca seu constante envolvimento com assuntos de interesse comunitário:

⁷⁹ Os grupos de jovens são reuniões semanais, ou mensais, de jovens que, em sua maioria, fazem parte de uma instituição religiosa ligada a Igreja Católica.

⁸⁰ A Acarpa foi fundada em 1956 no Paraná. Em 1977, a Acarpa passou a se chamar Emater, como apresentado pelo site da entidade: “a história da Emater remonta ao ano de 1956, quando foi implantado no Paraná o ETA-Projeto 15, em consequência de um acordo entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos. O objetivo era executar um programa de cooperação agrícola, atuando nos campos de educação, pesquisa, conservação de recursos naturais, produção agrícola e pecuária, economia doméstica e extensão rural. Três anos depois o projeto ganharia o corpo de uma instituição que consolidou o serviço de assistência técnica aos agricultores, a Acarpa. A partir de 1977, a Acarpa muda sua razão social para Emater-Paraná”. Extraído do site da Emater <http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/mai06/extensao.html>. Acesso em: 20/08/2015.

Então, lá naquela cidade [Sananduva- RS] não tinha curso normal. Só tinha em Lagoa Vermelha, mas era um colégio pra religiosas, então, eu voltei para São Miguel do Oeste e morei na casa da minha avó e fiz o primeiro ano da escola normal de São Miguel do Oeste. Lá, também, **sempre** participando das atividades do colégio e na escola normal, preparo de professores, inclusive. [...] **Sempre** fui muito ligada a isso, mesmo assim, morando com os meus avós. Meu avô era agricultor, tinha lavoura e eu sempre ajudava um pouco nos horários que não tinha aula. Fiquei esse ano em São Miguel do Oeste, muito bom, eu tinha 15 para 16 anos [grifos nossos]. (CAMPOS, 2015).

Quando fala “sempre fui muito ligada a isso”, Rosali afirma uma predisposição contínua, desde a época da escola, para atividades comunitárias e de preparação de professores. Este trecho já adianta outros trechos da entrevista que, em seu todo, - em sua composição geral ou Gestalt, como afirma a socióloga Gabriele Rosenthal, especialista em estudos biográficos, - compõem uma autoimagem de uma mulher envolvida com assuntos comunitários (ROSENTHAL, 2005, p.193-200).

Além de ter se formado no Curso Normal em Santa Catarina, Rosali, depois de se mudar para Toledo, formou-se em 1974, no curso de Pedagogia na cidade vizinha, Cascavel. Havia se mudado para o local em 1971, quando passou no concurso da Acarpa e foi convocada para trabalhar como orientadora social. Nessa função, trabalhou até 1974. No mesmo ano em que se formou em Pedagogia, devido aos trabalhos realizados dentro da Acarpa, Rosali começou a trabalhar na Inspeção de Ensino de Toledo, atual Secretaria da Educação.

Todos estes elementos biográficos, somados ao fato de ter sido vice-prefeita e vereadora de Toledo, fazem com que a narrativa acerca da infância e da adolescência seja marcada por ideias como protagonismo e participação na vida comunitária.

Diferentemente de Rosali é a fala de Aparecida Vendramini, que foi a representante da Associação de Educadores de Toledo no CMCFT. Sua narrativa acerca da infância não busca esse protagonismo, no entanto, também dá destaque para sua formação escolar ao falar desse período de sua vida. A entrevistada, apesar de ter participado de discussão de questões públicas, não se filiou a partidos políticos e, diferente das outras entrevistadas, não ocupou cargos públicos com envolvimento com partidos políticos. Aparecida tem formação acadêmica em Letras, ressalta dominar três idiomas, já ter conhecido vários lugares pelo mundo (em viagens turísticas), e ter o hábito de muita leitura.

As outras mulheres entrevistadas, também têm o nível superior completo, no entanto, algumas foram mais ligadas a questões políticas, como Maria Cecília Ferreira e Rosali Campos. As narrativas dessas duas mulheres tiveram uma sequência mais cronológica. Elas não

distanciam a sua vida particular da atuação pública. As datas ajudam a inserir suas vidas no contexto de acontecimentos políticos de cada época, o que para Pollak é considerado como o estilo cronológico, que em geral aparece em entrevistas com indivíduos que tem baixa escolaridade, mas que também é apresentado por pessoas engajadas com questões políticas.

No caso de Aparecida, a sua narrativa de vida, no todo, é construída a partir de duas temáticas: o seu trabalho na área da educação e a família. As questões familiares e da vida particular aparecem de forma expressiva na primeira parte da entrevista, em que ela fala sem nossa interferência:

Então, eu nasci no Estado de São Paulo, em Lucélia, em 04 de maio de 1950. Eu nasci na zona rural e quando eu fiz seis anos nós mudamos para a cidade, porque eu tinha que estudar. Eu era a primeira filha de mais sete, um falecido e os outros vivos (VENDRAMINI, 2015).

Aparecida vem de uma família numerosa, mas com boas condições financeiras. Eram grandes agricultores em São Paulo e, posteriormente, foram donos de serraria. Em sua fala, a valorização que a família dava aos estudos fica evidenciada com a mudança de todos, segundo ela, para que pudesse estudar.

Aparecida continua falando de sua infância e dos problemas enfrentados durante esse período:

A minha infância foi tranquila, foi uma infância, até uma certa altura, boa. Porque brincava, nadava no rio, nós tínhamos muitas frutas, então uma alimentação saudável. Só que quando eu cheguei aos oito, dez anos, mais ou menos, minha mãe teve problema de saúde, que ela sofreu um aborto espontâneo e eu, como era a mais velha, me responsabilizei por ela e pelo resto dos meus irmãos, que eu tinha três ou quatro, e era muito complicado. [Foi] uma fase bastante complicada, porque eu não entendia muito as coisas e queria ajudar, e tudo mais. Mas, enfim, a gente sempre teve uma vida econômica razoável, não tinha muitas necessidades. **Só tinha esses outros problemas que influenciaram na minha trajetória como mulher, como pessoa.** [grifo nosso] (VENDRAMINI, 2015).

Podemos perceber que ela interpreta o passado a partir de uma reflexão feita posteriormente, e que envolve questões de gênero, como ao se referir à responsabilidade precoce de cuidar da casa e dos irmãos, enquanto sua mãe estava doente. Ao falar das dificuldades que a família passou, e da responsabilidade de criar seus irmãos a ela imputada, estabelece relações entre esse período e a vida adulta.

Ela apresenta em sua narrativa a noção de construção da pessoa, do ser mulher, com base no desenvolvimento das etapas de vida, com a infância e pré-adolescência sendo narradas como fases marcantes em sua vida, em sua “trajetória como mulher, como pessoa”. A menção a essa relação pode ser também pensada a partir da relação passado – presente, no que se refere à sua atuação profissional posterior, a de educadora de crianças.

Diferentemente de Rosali Campos e Aparecida Vendramini, Joana Darc, que não foi uma das conselheiras, mas que participou da Associação das Donas de Casa de Toledo, juntamente com a primeira, veio de uma família muito humilde, com poucos recursos. Num primeiro momento, Joana falou muito mais da sua atuação profissional e em atividades voltadas para mulheres em Toledo, o que destoou da forma como as outras mulheres começaram as suas narrativas. Somente após ela dar por terminada a sua fala e retomarmos a pergunta inicial (para que falasse de sua história de vida), ela falou de sua infância:

Entrevistadora: Se a senhora quiser falar alguma coisa da infância, formação, do casamento e os filhos...

Entrevistada: Ah sim, eu nasci em Raul Soares, Minas Gerais, como eu havia dito antes. E eu vim de uma família bem desassistida, bem carente mesmo, sabe, e meus pais lutaram muito para a nossa sobrevivência. Eu sou gêmea, sou a última da família, como dizem lá, somos a raspa do tacho da minha família, de oito irmãos, que também luta até hoje (SILVA, 2015).

Além de falar da luta dos pais para criar todos os filhos, Joana ressalta a importância da atitude da mãe para a formação dela e de seus irmãos. A mãe valorizava a formação escolar e fez sacrifícios “para ter os filhos formados”, mesmo com as dificuldades financeiras da família:

[...] a nossa mãe trabalhou muito para a gente estudar, porque o nosso pai era, assim, muito... Pra ele não precisava estudar, era só trabalhar em casa e não era para fazer outra coisa. Naquela época era assim mesmo, a cultura da época, e ela se esforçou muito para levar a gente para a escola e ela até dizia “não precisa fazer muita coisa dentro de casa, primeiro você vai estudar”. Então a gente deve muito a nossa mãe por tudo, por ter colocado a gente na escola e por ter sacrificado muito para ter os filhos formados, e então a gente não pode esquecer dessa dureza que a gente passou, esse sacrifício todo. Eu acho que é isso que nos fez crescer mais, a dificuldade faz a gente crescer e valorizar as pessoas e ver que o mundo não é só dinheiro. Muitos pensam que ter uma vida material assim suntuosa é que é o bom da vida, para mim não é (SILVA, 2015).

Em sua fala fica bem marcada a educação como uma forma de superar as dificuldades vividas pelos familiares na infância. Neste trecho, Joana responsabiliza a mãe pela possibilidade de ter estudado, mesmo com o posicionamento do pai. Neste aspecto, Joana

reforça que a “dureza que a gente passou, esse sacrifício todo” foi imprescindível para a sua vida profissional e para a sua formação. Neste trecho Joana também expressa a sua filosofia de vida no aspecto econômico, afirmando que para ela a vida material não é o mais importante.

Percebemos nas falas dessas mulheres que as formas como narram as suas infâncias fazem parte dos sentidos que procuram dar para as suas existências, às formas como se autorrepresentam no momento de narrar.

Maria Cecília, jornalista de profissão, que participou tanto do CMCFT, (como representante da Associação Toledana de Imprensa), como do CMDM (enquanto representante da Secretaria de Políticas para Mulheres), diferentemente de outras mulheres participantes do conselho, não provém de um universo ligado, direta ou indiretamente, à agricultura. Maria Cecília é oriunda de uma família de classe média urbana. Mas também, como a maioria das mulheres, tem experiências pessoais e familiares de migração, em seu caso, do Norte ao Sul do país. Ela começa sua narrativa de vida seguindo uma ordem cronológica, assim, falando do local do seu nascimento e sua infância:

É longo, o percurso (risos). Bom, eu nasci... Tô com 56 anos, eu nasci em Manaus. Meu pai e minha mãe moraram lá durante dois anos, mas minha família é mineira. Então logo que eles se casaram foram para Manaus, e minha mãe ficou grávida da minha irmã, eu tenho uma irmã mais velha, mais aí voltaram para Minas para que minha irmã pudesse nascer, e depois de volta em Manaus, e logo... deu uma diferença de onze meses de... eu para minha irmã. Então eu nasci lá, mas logo com uns quarenta dias eles vieram para o Rio (FERREIRA, 2014).

No caso de Maria Cecília, ela fala da sua vida escolar com ênfase no fato de que estudou em escola pública:

Então no Rio, eu estudei em escola pública, morávamos em uma rua que era próxima... Como no Rio tudo é próximo aos morros né, ou é morro, ou é praia, a gente morava perto do morro do Salgueiro, na Tijuca que é um bairro da zona norte do Rio. Eu tenho mais dois irmãos, além da minha irmã. Tem mais dois irmãos mais novos, eu sou a segunda, estudei em escola pública lá no Rio, uma escola que era próxima de onde a gente morava. Eu tinha a vida assim normal, brincava com as crianças, andava de bicicleta, jogava bola (FERREIRA, 2014).

Na década de 1970, Maria Cecília estudou o Ensino Médio num colégio particular, pois sua família havia mudado de casa, passando a morar na mesma rua do 1º Batalhão da Polícia do Exército. Se refere a isso, conectando esse fato da vida pessoal à história política de repressão então vivida no Brasil:

Não sei se é coincidência, nós morávamos nesse mesmo bairro que era a Tijuca, próximo do... Era um quartel do exército e era um centro de tortura ali, na Rua Barão de Mesquita, hoje pela internet tem bastante dados sobre isso né. Era um prédio muito grande, pegava quase todo um quarteirão e tinha a calçada muito estreita, e foi exatamente naquela época, na década de 70, 70 e poucos. E a gente lembrava disso, que a gente não... Sempre que passava na calçada desse quartel, se gente parasse, que as vezes a gente parava para olhar, então vinha um guarda armado e “não pode parar, não pode parar”. Era toda aquela coisa esquisita né, porque exatamente depois a gente vai saber que ali era um centro de tortura né, e a nossa rua era nessa.... Na rua Barão de Mesquita era uma rua transversal e o colégio era bem pertinho dessa rua dessa avenida, e então eu estudei ali o ensino médio. Aí ali foi o período bastante importante, tive ótimos professores ali, até essa parte de escrever, tinha um ótimo professor de português. Então, tem toda essa, essa... que eu acho que tem a ver né, que eu trabalhei como jornalista, então esse gosto pela escrita e eu gostava de ler também, tudo começou ali... No ensino fundamental e ensino médio também (FERREIRA, 2015).

O batalhão citado na entrevista ficou conhecido mais tarde, depois do fim da Ditadura Civil-Militar, como um dos lugares-símbolo da repressão, por ter servido como local de tortura. Maria Cecília, ao conectar seu local de moradia com a proximidade daquele quartel, lê o passado familiar a partir de suas experiências posteriores na militância política, durante o período em que estudou na Universidade de São Paulo - USP, em que fazia panfletagem contra a repressão, durante a ditadura.

Apesar de, nessa época, não saber das torturas que aconteciam dentro do quartel, sua narrativa de vida associa estas duas temporalidades, quando diz: “Não sei se é coincidência”, em alusão a sua militância política contra a ditadura mais tarde.

Nesse trecho, Maria Cecília também associa a sua trajetória na escola com a profissão que viria ao exercer mais tarde como jornalista. Mais uma vez se percebe como os entrevistados narram o passado a partir do que viveram depois. Na narrativa de Maria Cecília e de outras mulheres, faz-se um jogo de temporalidades, relacionando-se diferentes períodos de suas trajetórias ao narrarem suas vidas.

Por mais que Maria Cecília, por exemplo, reconheça que não tinha conhecimento, quando era adolescente, da tortura ocorrida no quartel próximo de sua casa, ela envolve esses fatos em sua trajetória de vida, relacionando a memória individual e coletiva, num processo similar ao analisado pelo sociólogo Michel Pollak: “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (POLLAK, 1992, p.2).

Esta memória adquirida “por tabela”⁸¹, torna possível que uma pessoa que não tenha vivido um determinado fato possa, por meio da memória, estabelecer uma relação direta com a sua narrativa de vida. Isso ocorre por meio das memórias de terceiros, pelo conhecimento obtido posteriormente, no caso de Maria Cecília, pelo posterior envolvimento com a militância política.

Assim como ela se refere a elementos relacionados à Ditadura Civil-Militar brasileira em sua narrativa de vida, em outros momentos, ela conecta sua trajetória a outros acontecimentos da política no Brasil e na região, ao se referir à sua atuação na esfera pública de Toledo.

Dentre as entrevistadas, a única que nasceu em Toledo foi Simone Ferrari, que foi presidente do conselho na segunda fase, quando passou a se chamar Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Em comum com Aparecida, Rosali e Joana, Simone também veio de uma família numerosa, mas com uma condição social que permitiu a elas se formarem em curso superior. Simone é formada em Assistência Social.

A fala de Simone Ferrari começa de uma forma um pouco diferente das demais entrevistadas. Ela prescinde de alguns detalhes factuais, como data e local de nascimento, e ressalta que seu pai fora um dos “pioneiros” de Toledo, mostrando assim assimilar um discurso muito corrente na esfera pública da cidade⁸².

Esse discurso sobre o “pioneirismo”⁸³ foi difundido ao longo de décadas na cidade, tendo como base os dez anos que antecederam a fundação do município de Toledo, que se deu

⁸¹ Cf: POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol.5, n. 10, 1992. 200-212, p.01.

⁸² Esse discurso difundido na cidade em muito se assemelha ao discurso do “comemorador” analisado pelo filósofo Tzvetan Todorov que pontua que “como a testemunha, o comemorador é guiado sobretudo pelo interesse; mas, como o historiador, produz seu discurso no espaço público e apresenta-o como dotado de uma verdade irrefutável, distante da fragilidade do depoimento pessoal. No caso dele, fala-se às vezes de ‘memória coletiva’, mas tal denominação, como várias vezes assinalou Alfred Grosser, é equivocada: a memória, no sentido de vestígios mnésticos, é sempre e unicamente individual; a memória coletiva não é uma memória, mas um discurso que evolui no espaço público. Esse discurso reflete a imagem que uma sociedade ou um grupo dentro da sociedade querem dar de si mesmos”. Cf: TODOROV, Tzvetan. Testemunhas, historiadores, comemoradores. In: **Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX**. São Paulo: ARx, 2002, p. 154-155.

⁸³ Por “pioneirismo”, consideramos o mesmo conceito utilizado pelo historiador Jiani Langaro que expressa que “Por ‘pioneirismo’, é possível entender o deslocamento de populações que se dirigiram para a região durante a ‘colonização’ e, por isso, são tratados como os ‘primeiros’ moradores do lugar. Em especial, se costuma valorizar mais as trajetórias daqueles que saíram dos demais estados do sul do país, possuíam ascendência europeia e pertenciam ou ascenderam às classes média e alta da sociedade, ou seja, possuíam bens e propriedades ou vieram a adquiri-las no local”. Cf: LANGARO, Jiane Fernando. **Quando o futuro é escrito no passado: “colonização” e pioneirismo nas memórias públicas de Toledo – PR (1950-2010)**. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica- PUC-SP, p.15.

em 1951. Existe uma disputa pela memória de quem seriam os “pioneiros” da cidade. Nesses discursos, segundo o historiador Jiani Langaro:

Em Toledo, tais enredos geralmente acabam por obscurecer ou mesmo silenciar outros sujeitos também presentes no processo de “colonização”, dentre eles trabalhadores vindos de outras regiões do país ou do próprio estado do Paraná, além dos “sertanejos”, já habitantes da região e que constituíam um conjunto bastante diversificado de trabalhadores formado por caboclos, mestiços, descendentes de imigrantes europeus radicados no Paraná, paraguaios, argentinos e indígenas (LANGARO, 2012, p.15).

O silenciamento dos sujeitos que fizeram parte desse processo, também é marcado por questões de gênero, visto que, em geral, são determinados sujeitos masculinos os valorizados por aquele adjetivo:

Bom, eu sou de origem de família simples, meu pai, marceneiro assalariado e, minha mãe, do lar. Somos em sete irmãos. Eu sou a caçula e tem um irmão especial que está sobre a minha tutela. Minha infância, tranquila, bem saudável, vamos assim dizer, muito chão, terra, né. Meu pai foi um dos pioneiros da cidade de Toledo, chegou bem no início, atividade marceneiro, trouxe toda a questão da cultura, das crendices de natal lá de Santa Catarina, isso era uma novidade aqui, para nós também era muito legal. Então, minha infância foi tranquila, muita brincadeira, saudável, muitas amizades, brincadeira de rua de todos os tipos e modalidades, pé na lata, cobra cega, brincar de mãe, enfim, brincar na rua, na chuva, no barro, uma infância saudável e tranquila e bem infância mesmo, né (FERRARI, 2015).

Ao falar de sua infância “saudável e tranquila”, caracterizada por tradições trazidas de Santa Catarina e muitas brincadeiras ao ar livre, expressa o protagonismo do pai na colonização da cidade. Apenas o pai aparece positivado como um dos “pioneiros” da cidade. A figura da mãe não é englobada naquela categoria.

Sua mãe, como ela observa, é associada às atividades no espaço privado, como responsável pelas atividades domésticas, e outras: o cuidado para com os filhos, a casa, a alimentação. Ou seja, elementos imprescindíveis para a reprodução da vida familiar.

No trabalho de Gladis Hoerlle sobre mulheres aposentadas provenientes do espaço rural de Marechal Cândido Rondon⁸⁴ há a discussão, por meio das narrativas destas mulheres,

⁸⁴HOERLLE, Gladis. Envelhecer na cidade: Memórias de mulheres aposentadas oriundas do espaço rural (Marechal Cândido Rondon-PR). Dissertação de Mestrado em História. Uniãoeste-PR. Marechal Cândido Rondon, 2013.

sobre seus protagonismos nos primeiros anos do município, e questionando os discursos de memória acerca do período da colonização que focalizam apenas o migrante masculino.

Na parte da entrevista em que Simone Ferrari se refere à infância, outro elemento que chama a atenção é a referência às atividades como “brincar de mãe” entre as meninas. Percebemos aí o papel das brincadeiras durante a infância na reprodução de papéis sociais. Segundo a pedagoga Aléssia Cravo, em sua dissertação sobre as brincadeiras infantis e a construção das identidades de gênero:

Em nossa sociedade, o modelo de educação sempre estabeleceu diferenças entre meninas e meninos, utilizando todo tipo de mecanismo para enquadrá-los dentro de padrões determinados pelo sexo. Enquanto a menina é vista brincando de “casinha”, de “boneca”, de “comidinha”, todas voltadas para o lar, os meninos são vistos brincando sem espaços abertos como a rua, jogando bola, brincando de carrinhos ou de guerra. Ou seja, desde cedo, eles se dão conta de que pertencem a um determinado grupo e são incentivados a brincarem e se comportarem de formas diferentes (CRAVO, 2006, p.53).

Simone Ferrari fala pouco de sua vida escolar, mas expõe a questão de ter estudado em escola pública, ressaltando o seu bom desempenho:

Para chegar até a maturidade, até a adolescência e percepção, jovens e adultos, isso foi bem demorado e depois ingressamos na escola e tivemos sempre um bom desempenho escolar, não reprovei nenhum ano, dei sequência, estudei sempre em escola pública (FERRARI, 2015).

Dentre as entrevistadas, a que tem uma história de vida mais diferente das demais é Moema Viezzer, que, enquanto freira, se envolveu em projetos de alfabetização no Nordeste do país, teve que viver a experiência do exílio durante parte do período da Ditadura Civil-Militar, e se envolveu diretamente na fundação e atuação da Rede Mulher em São Paulo.

Moema, por seus laços familiares em Toledo, embora não tenha sido conselheira, participou como palestrante convidada e, em algumas reuniões, como ouvinte do Conselho depois que veio morar na cidade, a partir de 1997.

Em sua narrativa oral, Moema não procura datar muito os períodos mencionados, mas constrói uma narrativa rica em outros detalhes. Moema também fala de sua vida escolar logo no começo de sua entrevista:

No meu caso, eu sou filha de migrantes italianos de Caxias do Sul e cresci na colônia de Caxias e São Marcos e estudei. E já com oito anos eu fui interna

em um colégio e... Imagina, eu fiquei interna lá na época pra ser freira. Depois de muitos anos, já quando eu tinha vivido tempos é que ficou claro... Como eu digo, muitas vezes, “como o sol do meio dia”, de que eu tinha escolhido esse caminho porque a coisa mais linda que tinha na minha cidadezinha, que era até um distrito, era distrito de São Marcos, eram as professoras que eu tinha. Então o meu sonho foi ser professora e o meu jeito de ser professora era ser freira (risos) (VIEZZER, 2015).

Em sua fala sobre a infância, Moema busca dar sentido para a sua inserção na Igreja Católica por meio do ingresso no colégio de freiras. Hoje, ela explica esse fato por meio de sua admiração, à época, ao trabalho de suas professoras, vistas como um modelo a seguir.

Esse passado é visto como um distanciamento do agora. Ao usar o termo “imagina”, ela busca distinguir a sua subjetividade crida na narrativa, de alguns de seus atos na infância e adolescência. Em sua região, de forte presença de descendentes de italianos, com traços culturais marcados pelo catolicismo, em grandes famílias, era comum o envio de filhos para o seminário ou o convento. E foi por meio do convento que Moema teria buscado desenvolver sua vocação para o magistério.

Quando começou a estudar neste colégio de freiras, Moema tinha apenas nove anos de idade. Em sua fala há a construção de uma memória sobre a infância que dialoga com outras etapas de sua vida, no caso, sua trajetória enquanto freira.

Nas entrevistas com essas mulheres, percebemos muitas semelhanças e algumas singularidades nas formas em que narram sobre suas infâncias. A maioria delas teve uma condição social que lhes permitiu estudar, apesar dos percalços, e se formar no ensino superior. Exceto o caso de Joana Darc, que enfrentou a resistência de seu pai, mas que teve o apoio da mãe. Em comum entre as falas, estão a infância e a vida escolar que são apresentadas como momentos chave para a mudança de suas vidas, ou de afirmação de uma formação posterior.

3.2 “EU TENHO QUE ME SUSTENTAR E SER INDEPENDENTE E NUNCA DEPENDER DE UM HOMEM”: VIDA PROFISSIONAL E POLÍTICA

Quase todas as mulheres entrevistadas tiveram inserção social e política em Toledo e em outras localidades. Assim, ainda na primeira parte das conversas, umas mais e outras menos, falaram sobre a sua vida profissional, seu envolvimento com partidos políticos e movimentos sociais. Muitas vezes, as suas narrativas buscaram dar sentido ao seu passado com base nessas suas vivências.

Na narrativa de Maria Cecília Ferreira, logo após falar da sua infância e de sua vida escolar, comenta sobre a sua vida acadêmica, que se iniciou na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no curso de Psicologia. Ao se referir à sua participação em grupos de estudos de literatura marxista e na campanha eleitoral de 1978, pontua:

Então, em 77 e 78, a gente se reunia na casa de algumas pessoas, mas a gente não era da direção, claro, na época se chamava simpatizante, mais aí recebemos documentos e informações, daí que eu comecei a ler um pouco da literatura marxista. Tinha os grupos de estudos de Engels e Lenin, enfim, e conhecendo as pessoas né. [...] Fui fazendo a universidade, o curso de psicologia, aí em 78 a gente participou... Na época tinha legalizado enquanto partidos, o MDB e a Arena, que eram os dois partidos que o governo deixava existir naquele período, o restante tinha todas as proibições. Então a gente participava das campanhas clandestinamente, esses grupos, mas do ponto de vista da articulação era através do MDB, então nesse período tinha candidatos que eram de esquerda, mas se lançavam pelo MDB, então a gente participou da campanha eleitoral de 78 (FERREIRA, 2014).

Estes fatores apresentados por ela condizem com toda uma movimentação de mulheres que estava acontecendo na década de 1970, como expõe a historiadora e pesquisadora de gênero Margareth Rago:

Entre desejos, sonhos e pesadelos, a década de 1970 foi vivida por uma geração de mulheres como um momento de experimentação de novas possibilidades de existir, antes mesmo que o movimento feminista se afirmasse no Brasil [...]. No início dessa década, o marxismo apenas entrava nas universidades públicas, sussurrado e difundido nos corredores e pátios, mais do que nas salas de aula. (RAGO, 2013, p.61).

Em grande parte da sua entrevista, Maria Cecília traz detalhes sobre sua trajetória política e participação na discussão de questões públicas. A forma como ela e outras entrevistadas selecionam as suas experiências segue o que elas julgam importante narrar.

Neste aspecto, como aponta a especialista em História Oral, Verena Alberti, embora na autobiografia escrita, o biografado possa moldar de forma mais consistente a sua vida, já que tem a possibilidade de editar e de reescrever; na narrativa oral de vida, o entrevistado também busca selecionar os aspectos que ele quer colocar em evidência, e pode tentar construir uma memória de si conforme as suas intencionalidades no momento da entrevista. (ALBERTI, 2004, p.94).

Outra observação importante em relação às fontes orais, é a forma como o entrevistado procura construir a sua narrativa com base nas expectativas do entrevistador, ou do que acredita que o entrevistador esteja interessado.

Rosali Campos constrói sua narrativa frisando o seu envolvimento com trabalhos voltados para jovens e adultos. Durante a década de 1970, quando já tinha formação no ensino normal de professores e atuava na área, Rosali esteve muito envolvida com atividades direcionadas aos jovens, estudantes e trabalhadores rurais devido a sua atuação dentro da Acarpa e ao trabalho desenvolvido dentro de outra cooperativa em Toledo, a Coopagro (Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste), onde desenvolveu trabalhos com a comunidade na área de orientação social.

Foi durante este período que Rosali conheceu seu futuro esposo, Sabino Campos, que também trabalhava na Acarpa, no conselho da administração. Ela casou-se com ele em 1977. Nesta época, Rosali teve sua primeira filha.

Em sua narrativa, valoriza sua experiência como alfabetizadora e acentua a importância de sua vivência na extensão rural, entre jovens agricultores, para sua formação profissional e também política, visto que aí teria desenvolvido sua trajetória de trabalhos comunitários:

Eu tive uma experiência como alfabetizadora naquela época muito boa, me formei em [19]69, aí em 1970 eu fiquei dando aula em Francisco Beltrão como professora municipal. Foi o meu primeiro emprego, mas dando aula em uma comunidade no interior, vinte quilômetros fora da cidade. Eu assumi uma turma de quinta série de repetentes, que na época tinha exame de admissão e uma terceira série. Ficava a semana toda fora morando na casa de umas pessoas que moravam lá e vindo pra casa no final de semana em Francisco Beltrão. E nesse ínterim eu fui participando da vida daquela comunidade, comunidade do Rio Tuna, de Francisco Beltrão, tanto é que naquele ano, em 1970, a Emater de hoje, Acarpa da época, como uma empresa do Estado que trabalhava com extensão rural, com jovens agricultores, começou um movimento na comunidade onde eu dava aula pra criar o primeiro grupo de jovens, os clubes 4S que são os grupos de jovens do meio rural que se agrupavam, orientados pela Acarpa. Os rapazes tinham uma assistência técnica na parte da agricultura e as moças na parte de economia doméstica, que se chamava na época (CAMPOS, 2015).

O fato de ela ter trabalhado nos anos 1970 na Acarpa faz com que seu olhar retrospectivo construa um elo com o período anterior, quando começou a dar aulas e participou, como professora, de um projeto desenvolvido pela Acarpa voltado para jovens agricultores. Em sua fala, Rosali expõe o seu envolvimento com os primeiros clubes 4-S. Os Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir) eram organizados pela Acarpa, que tinha como finalidade difundir novas práticas de manejo rural e economia doméstica para os jovens agricultores.

A partir da fala de Rosali, percebemos como esse programa dos Clubes 4-S reproduzia determinados papéis socialmente aceitos para homens e mulheres. Para os rapazes eram ensinadas novas técnicas de manejo, e para as moças economia doméstica: a mulher tida como responsável sobre o serviço doméstico e o homem pelo sustento familiar.

Segundo a historiadora Sirlei de Fátima de Souza, em sua dissertação de mestrado sobre os clubes 4-S de Passo Fundo, o primeiro clube 4-S surgiu em Minas Gerais, em 1952, com o intuito de “estimular a adoção de métodos modernos na agricultura e no lar, o movimento difundiu-se em Minas Gerais e também para outros estados brasileiros, como Pará, Sergipe, Alagoas, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, influenciando na mudança de atitudes dos agricultores” (SOUZA, 2003, p.133).

No site da Emater, os clubes 4-S são apresentados como parte da extensão rural promovida pela extinta Acarpa:

Desde o seu início, a extensão rural utilizou como metodologia de trabalho a comunicação grupal, individual e no caso de grandes eventos (encontros, seminários, etc.). Contava, também, com o apoio de programas de rádio, feitos pelos extensionistas, nos municípios onde havia tal estrutura. O processo educativo, por via da educação não formal, e a metodologia de comunicação eram os instrumentos básicos empregados pela extensão na difusão de tecnologia e de informação junto a grupos de produtores, de senhoras e de jovens por meio dos Clubes 4-S” (EMATER, s/d.)⁸⁵.

Roseli fala de sua experiência enquanto “professora da comunidade” e conta como colaborou com a ACARPA, no trabalho voltado para os jovens:

Como eu era professora da comunidade, ajudei a organizar o clube, fiz a parte de secretaria, ajudei com os técnicos da Acarpa na época a organizar toda a parte de estrutura e os eventos que aquele clube fez. Foi o primeiro clube de jovens do Sudoeste do Paraná criado naquela comunidade. Como eu participava de toda essa atividade lá, o pessoal da Acarpa me incentivou a fazer o concurso para trabalhar nessa empresa, era a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, Acarpa, que hoje é Emater - Empresa de Assistência Técnica e tal, que existe até hoje (CAMPOS, 2015).

A palavra “comunidade” é muito presente na entrevista de Rosali Campos. Cabe lembrar que esta palavra fez parte do lema do primeiro governo do Albino Corazza em Toledo

⁸⁵ Extraído do site da EMATER: <http://www.emater.pr.gov.br/>. Acesso em: 07/08/2015.

(“Comunidade no poder”), entre os anos de 1983 e 1988, quando foi criado o CMCFT. Em seu segundo mandato, entre os anos de 1993 a 1996, Rosali Campos foi a sua vice-prefeita.

Na fala de Rosali, a palavra “comunidade” se refere não apenas à localidade onde trabalhou, viveu, mas também é carregada de sentidos políticos, que denotam cooperação e envolvimento social. Ao narrar sua vida, rememorando seu envolvimento nas “comunidades” nas quais trabalhou, Rosali afirma uma autoimagem de mulher envolvida em atividades que diziam e dizem respeito a assuntos de interesse mútuo.

Nesta primeira parte da entrevista, na qual não fizemos interferência, Rosali dá bastante destaque para o período em que trabalhou na Acarpa. Foi ali, como informado anteriormente, que acabou conhecendo seu futuro esposo, Sabino Campos, mas a ênfase dada a este período de sua vida parece não estar relacionada somente a este aspecto familiar. Apesar de Rosali Campos ter saído da Acarpa em 1974, seu esposo continuou a trabalhar nesta associação, tornando-se presidente da entidade sucessora, a Emater, de 2003 a 2007, durante o mandato de Roberto Requião (PMDB), então governador do Paraná.

A narrativa de vida de Rosali Campos é então construída a partir relações, inclusive políticas, estabelecidas durante a sua vida, de suas expectativas, e da autoimagem que pretende criar para si mesma.

Devemos lembrar que toda narrativa oral é construída a partir do presente, do momento a partir do qual se está narrando. Assim, pode-se dar maior visibilidade a um período de vida, em detrimento de outros, justamente por conta das relações que foram estabelecidas durante os anos que sucederam o período narrado, por conta das expectativas que pode haver durante o processo da narrativa de vida, o que torna a história oral fruto também das relações estabelecidas no ato da entrevista, como bem observa Verena Alberti: “Ora, do mesmo modo que uma autobiografia, podemos dizer que uma entrevista de história oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações estabelecidas de ações desencadeadas na própria entrevista” (ALBERTI, 2004, p.34).

Rosali não fala muito da sua vida familiar durante a entrevista, dando destaque para a sua formação e vida profissional:

Então, eu terminei o curso de Pedagogia, fiz área de administração escolar em [19]77. Mas daí nesse período, eu fazendo faculdade, eu tive uma proposta de sair da Emater, a Acarpa, e trabalhar na Secretaria de Educação. E em 1974, ainda no final do ano, eu sai dessa empresa e fui trabalhar na Secretaria de Educação do município, ainda chamava na época Inspeção de Ensino. Eu era encarregada da área de assistência escolar, que seria a organização das associações de pais e mestres do interior. O município tinha 142 escolas

municipais que abrangia até Luz Marina, Santa Rosa, todas essas, e trabalhava como encarregada da merenda escolar. Foi uma atividade bastante envolvente e daí em 1975, começo de 1976, eu tive uma proposta na época já... Eu comecei a namorar, inclusive, com o Sabino, nós nos conhecemos aqui, ele era agrônomo, trabalhava na Acarpa também, nos conhecemos aqui. Ele trabalhava com a cooperativa, era do conselho de administração da cooperativa, como agricultor que era (CAMPOS, 2015).

Como já mencionamos, temas como namoro, casamento, filhos, aparecem em meio a uma narrativa cujo enredo é baseado, sobretudo, na vida profissional e em sua atuação na esfera pública. A vida é narrada, sobretudo, a partir das atividades exercidas por ela e pelo marido nesta esfera.

O presente, no qual é produzida a entrevista, molda a forma como o entrevistado percebe o passado, pois é partir do hoje que o olhar sobre o passado é construído, como bem aponta a socióloga Gabriele Rosenthal:

Partindo, inicialmente, da percepção de que as vivências narradas se referem a lembranças que se apresentam no processo narrativo, essas lembranças não se referem a um estoque de memórias que contenham lembranças firmemente armazenadas ou fixadas. Pelo contrário: o presente da narração ou escrita biográfica define o olhar retrospectivo sobre o passado e gera um passado recordado específico em cada caso. (ROSENTHAL, 2014, p.229).

A narrativa de Rosali, que atuou em partidos políticos, assim como o seu marido, que ainda tem envolvimento político-partidário, buscou contemplar tais atividades políticas no âmbito das atividades sociais e institucionais. No trecho da entrevista abaixo, Rosali entrelaça questões particulares, o casamento, os filhos, com o começo do seu envolvimento político-partidário em Toledo e de seu marido.

O meu esposo, no começo, ele foi presidente do Toledão, do Toledo [Toledo Esporte Clube], diretor esportivo e tal e na década de 80, nos anos 80, a gente já em final de 79 se filiou no partido do PMDB de Toledo e daí nós começamos uma participação mais intensa, o Sabino foi candidato estadual em 82 e nós participamos ativamente da campanha e aí eu já tinha mais um filho, que era o Sabininho. Então, com os dois filhos e tal, mas sempre é... Apoiando ele, participando da APAE, e em 81, daí, nesse ínterim que começou também o movimento mais forte da Associação das Donas de Casa de Toledo (CAMPOS, 2015).

Diferentemente de outras mulheres, no caso de Rosali, por ser esposa de um político de expressão na região, diretor de esporte clube, Deputado Estadual, a narrativa sobre sua atuação

no espaço público do município aparece conectada à atuação política do marido na esfera pública política, daí, em diversos momentos, utilizar-se do pronome pessoal “nós”. Em meio a essa narrativa, em que destaca estar sempre “apoando ele”, aparece a questão de ter que cuidar ao mesmo tempo dos filhos, atribuição que cabia mais a ela.

Rosali se mostra como uma mulher atuante na esfera pública, conciliando a vida de mãe de dois filhos, à época, com sua atuação profissional e em entidades, como a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e a Associação das Donas de Casa, criada em 1979.

A narração da vivência por pessoas com “inscrição na vida pública”, como é o caso de Rosali, nos remete às seguintes observações de Michael Pollak: “Em função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da vida pública vão ser ora assimiladas, ora estritamente separadas, ora vão faltar no relato ou na biografia” (POLLAK, 1992, p.202-203).

No caso da narrativa de Rosali, as atividades voltadas para questões públicas são lembradas com maiores detalhes, enquanto que datas e assuntos relativos ao universo do privado são costurados àquela narrativa sobre sua atuação social e política.

Rosali descreve o período em que morou em Curitiba com seu esposo, que tinha sido eleito Deputado Estadual pelo PMDB (1983-1985), como sendo de intensa participação política, pois foi quando tomou parte da criação do Departamento Feminino do PMDB. Neste aspecto, para ela, foi marcante a participação em um encontro internacional em São Paulo, que contou com a presença de mulheres referência na luta pelos direitos das mulheres, como Eva Blay, Ruth Scobar e, também Moema Viezzer:

Então, a gente esteve bem envolvida nisso, nos períodos que eu vinha de Curitiba pra Toledo a gente sempre estava participando dos movimentos que a associação fazia (Associação das Donas de Casa de Toledo), aí em 88 a gente foi sempre participando dessas programações e já em 83, como eu estava em Curitiba e estava bastante ligada à questão do partido em Curitiba, nós nos envolvemos e fomos juntos com outros companheiros de Curitiba, criamos o Departamento Feminino do PMDB em Curitiba. Aí nós fomos a São Paulo em um encontro internacional na Assembleia Legislativa de São Paulo e a gente conheceu lá mulheres que fizeram história dentro do movimento de mulheres, como a Ruth Scobar, como a Eva Blay, uma série de outras mulheres, a Moema Viezzer também (CAMPOS, 2015).

Ruth Scobar era atriz, produtora cultural feminista, e havia promovido diferentes peças teatrais durante a época da Ditadura Civil-Militar no Brasil, tematizando a igualdade para as

mulheres⁸⁶. Já a socióloga Eva Blay participou do Conselho da Mulher em São Paulo e da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo.

Já a narrativa de Simone Ferrari sobre sua vida profissional diz respeito ao processo que vai de sua formação acadêmica, do exercício da profissão de assistente social até chegar à frente da Secretaria de Saúde de Toledo. Sua narrativa também é de protagonismo, no caso, dentro da área da assistência social na região, mas, sempre vinculada ao aparato político-administrativo do qual fez parte:

Naquela ocasião exerci a atividade de Serviço Social [Simone trabalha em Cascavel], de Assistente Social e também exerci a atividade de secretária de assistência e depois, em um outro período, secretária de saúde e já nesse processo, já estávamos envolvidos com todo o processo de movimento, de consolidação do SUAS, o Sistema Único de Assistência Social, já envolvidos e organizando em termos de movimento popular e processo democrático, descentralizado, essas coisas todas. Já começamos a organizar a estrutura daquele município dentro da estrutura maior do Estado, depois daquilo também acabei tendo que... Assumindo em Cascavel o escritório regional no quadro do movimento todo, da assistência social, e aí depois acabei... Meu pai faleceu e eu acabei tendo que voltar para Toledo (FERRARI, 2015).

Ao narrar sobre sua atuação profissional na área da Assistência Social, Simone se inclui na estrutura administrativa na qual trabalhou e trabalha, daí também se incluir no pronome coletivo “nós”, por se entender como parte daquele processo de democratização e descentralização dos serviços de assistência social, como ela se refere: “nós já estávamos envolvidos com todo o processo de movimento”.

Em sua narrativa oral, Simone não tem preocupação com a citação de datas, com a periodização, diferente de Maria Cecília Ferreira e Rosali Campos. Simone termina a primeira parte da entrevista falando da sua atuação profissional em Toledo e o seu protagonismo na área de assistência social:

Comecei a trabalhar aqui em Toledo na Secretaria de Assistência. Trabalhei um bom tempo ali no departamento técnico na parte de gestão, organização, documentação e elaboração de projetos, movimentos populares, organização, estruturação, planejamento, tudo isso, e aí logo em seguida nós é... Tivemos problemas de saúde, [tive que] ficar meio quieto. Então, desse processo, na ocasião, quando o processo estava consolidado foi então criada a Secretaria de Atendimento à Mulher em Toledo e naquela ocasião, por conta dessa

⁸⁶ Cf: COLLAÇO, Vera; RODRIGUES, Eder Sumariva. O engajamento de Ruth Escobar nas lutas feministas: III Festival Internacional de Teatro. Urdimento - Urdimento – **Revista de Estudos em Artes Cênicas**. Itacorubi, Florianópolis, SC, nº21, dez. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/TALITA%20SANTANA/Downloads/4811-12980-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

mobilização, e essa nossa... Vamos assim dizer, facilidade de circulação e de mobilização e, então, na ocasião, a administração solicitou que a gente fosse lá auxiliar e estruturar a secretaria, o Conselho e tudo mais. Então, a partir daquele momento nós fomos para a Secretaria de Atendimento à Mulher e lá começamos a desenvolver o trabalho de estruturação, de organização, de implementação de políticas e tudo mais. A trajetória, resumidamente... Essa é a trajetória (FERRARI, 2015).

Novamente Simone narra sua trajetória de vida se incluindo num grupo, num “nós”, ressaltando sua participação na administração pública. Sua trajetória é elaborada de forma a narrar a sequência de suas funções na estrutura burocrática do governo municipal, não como um protagonismo.

Com essa fala, Simone terminou a primeira parte da sua entrevista. Sua trajetória de vida narrada termina com a sua atuação no conselho, que foi até 2013. Sua narrativa foi direcionada para a atuação dentro do CMDMT, delimitando-a as questões desenvolvidas no âmbito profissional e o processo que a levou a atuar neste conselho.

Simone Ferrari constrói sua história de vida a partir da noção de trajetória, ou seja, algo linear, que evoluiu: da formação exemplar na escola, do processo de formação acadêmica e exercício da função de assistente social, ao envolvimento com a administração pública voltada para assistência para a Mulher e, especificamente, o “Atendimento à Mulher”.

Diferentemente das outras entrevistadas, sobretudo Simone Ferrari, Aparecida Vendramini procura dar bastante destaque para a sua vida familiar. Aparecida sempre morou com os seus pais e durante muito tempo, por ser a filha mais velha, foi a responsável pelos cuidados da saúde de sua mãe, que mora com ela até hoje.

Ainda quando morava em São Paulo, antes de se mudar para o Paraná com a sua família, em 1976, devido à compra de terras por parte de seus pais e os trabalhos em uma serraria montada pela família em Toledo, formou-se em Letras. Ainda em São Paulo, Aparecida lecionou numa escola no interior.

Ao chegar a Toledo, ela continuou na área da educação, onde passou em um teste para fazer parte do quadro de professores do município. Durante os anos iniciais do CMCFT, Aparecida Vendramini também organizou grupos de estudos, participou como grupo de apoio da Secretária da Educação de Toledo e fez parte da Associação Toledana de Educadores.

Sobre sua vida escolar, assim fala Aparecida:

Meu pai comprou terras no Paraná e daí eles me largavam sozinha com a empregada e eu não entendia isso... Por quê..., né? (risos). E daí eu vou sair da escola, e eu estava na quinta-série, que era equivalente à quinta-série e daí

eu parei de estudar. [...] Daí meu pai disse “Ah, você não quer estudar? Então você vai ficar sem estudar”. Daí todas as minhas amigas estudavam, faziam tarefa e eu peguei e pensei, “Meu Deus, só eu que vou ficar para trás”, e aí eu ajudava com as tarefas e daí eu resolvi estudar e fui lá e fiz a minha matrícula e disse, “pai, eu vou estudar, a minha matrícula está feita”. E ele disse: “Se você decidiu, então pode continuar”. E aí foi e nunca mais eu tive problemas na escola. Até então eu vinha remando, sabe, uma aluna daquelas que passava sempre triscando, sempre no máximo, e daí eu fui sempre a melhor, sempre a nota mais alta, sempre, tudo... Porque naquele momento eu decidi que eu ia pegar a minha vida profissional e a vida (VENDRAMINI, 2015).

Aparecida Vendramini justifica a sua vida profissional e a sua trajetória com base em acontecimentos de sua infância, envolvendo também o papel de familiares em um processo decisório narrado como importante em sua vida, daí reproduzir os diálogos que teria tido com seu pai. Aparecida não fala diretamente o motivo que a fez querer parar de estudar, mas dá indícios de que naquele período se revoltou com os pais por ter de ficar com a empregada e longe deles, justificando essa decisão como uma carência de atenção.

O episódio que teria culminado em sua decisão de continuar a estudar, teria dado um rumo para a sua vida: “naquele momento eu decidi que eu ia pegar a minha vida profissional e a vida”. Na época, Aparecida Vendramini tinha aproximadamente 13 anos. Assim, ela conecta sua vida profissional futura, de professora, à pré-adolescência.

Seguindo adiante na sua narrativa, a entrevistada traz mais detalhes sobre a importância de sua decisão, pontuando dados que nos permitem pensar questões de gênero:

E minha nona sempre dizia, minha nona é minha avó paterna, minha vó materna eu chamo de vó, mas as duas são de descendência italiana. Então, ela sempre dizia “você tem que ter uma profissão para não ser igual as tuas tias”. Os casamentos das minhas tias não deram certo. E elas tinham que, às vezes, continuar. Uma teve que trabalhar e continuaram com o marido e a outra se separou. Então ela dizia sempre: “olha para as tuas tias e veja como elas são. Se elas tivessem uma profissão, elas não precisariam ficar como elas estão”. Eu também cresci com essa filosofia, né, que eu tenho que me sustentar e ser independente e nunca depender de um homem. E me formei e não mais reprovei, na faculdade também fui destaque, também estudei línguas. Eu estudei espanhol, italiano, inglês e francês. Ah, três eu falo razoavelmente bem. O inglês eu dou umas patinadinhas (VENDRAMINI, 2015).

A fala da avó teria tido uma função pedagógica para Aparecida, pois teria servido como um ensinamento para sua própria vida. Teria dado base para sua posterior convicção de seguir uma carreira, ter uma vida profissional, e, assim, “nunca depender de um homem”. A sua trajetória educacional e profissional é narrada, portanto, a partir dessas questões relativas ao

gênero. Um de seus horizontes de expectativa, o de ser independente financeiramente, de se aperfeiçoar numa profissão, teria sido construído a partir das experiências das tias, apontadas pela avó.

Na entrevista Aparecida narra outro momento decisório ocorrido anos depois, um “pacto” que ela teria feito consigo mesma, e que teria relação com a manutenção de seu estado civil até hoje:

Isso na adolescência quando estava estudando inglês, eu tinha uns 15 anos e com 16 para 17 anos, eu tinha uma disfunção glandular [...] dali eu fiz quinze anos de tratamento direto. Foi uma fase bastante complicada e isso me fez, assim, eu me virei extremamente para o lado profissional, e meu lado afetivo e tal... [deixei de lado]. E porque eu tive um namorado e tal, e de repente o namoro acabou aos 19 anos sem ele dar a menor explicação e aquilo foi tão chocante para mim, porque ele tinha ido para São Paulo estudar e todo mundo lá queria estudar na capital, meus irmãos também quiseram, e daí quando ele voltou a primeira vez, eu estava toda feliz porque ele ia voltar, ele simplesmente terminou e não me deu nenhuma justificativa. Terminou porque sim, mas aquilo ele fez assim, uma ruptura e eu assumi, nunca mais vou sofrer por amor, foi um absurdo, mas foi o meu pacto na época, né. E daí de lá pra cá nunca mais eu me interessei por uma outra pessoa, sou sozinha, sou solteira até hoje (VENDRAMINI, 2015).

As percepções sobre os acontecimentos da vida do entrevistado mudam conforme as experiências vão sendo acumuladas, daí se referir àquele “pacto” como absurdo. Ao mesmo tempo em que narra o passado, Aparecida avalia as decisões tomadas.

Os temas de “educação” e “família” predominaram nessa primeira parte da entrevista. Nela se constrói a identidade de uma mulher forte, que tomou decisões importantes em sua vida:

Daí eu trabalhei 28 anos com adolescentes, que eu acho que eu já fiz o meu papel (risos) maternal total, porque eu me relacionei muito bem com os meus alunos, graças a Deus, com o meu trabalho. Porque eu realmente me dediquei com afinco e sempre cuidando da minha família, sempre, sempre, sempre. É a reforma, é a casa e eles têm como se virar, mas eu acho que eu tenho que fazer porque eu gosto de viver bem, eu gosto de ter as coisas (VENDRAMINI, 2015).

O exercício da carreira do magistério é aqui associado ao papel da maternidade. Aparecida afirma ter cumprido também o papel de mãe, ao ter sido professora de tantos adolescentes, e também por ter sido cuidadora do bem-estar de membros da família. Neste

aspecto, demonstra reproduzir determinada expectativa social em relação aos papéis femininos, naturalizados como associados à família, à maternidade, ao exercício do magistério.

Em sua narrativa Aparecida também procura expor a necessidade de não ficar parada, de viajar e de estudar, trazendo mais uma vez a questão da educação para a sua narrativa:

E hoje ainda eu estou fazendo curso de inglês para melhorar a fluência no inglês, e em agosto eu vou de novo para a Europa. Então, essa é a minha vida, trabalho, trabalho bastante e não sou assim, muito... Devia ser um pouco mais preocupada com a aparência, com o meu feminino, né. Eu não tenho assim um pouco de resgate do meu feminino, em função de eu estar sempre ocupada. Eu pensei que quando eu me aposentasse eu ia ficar sentada olhando o tempo passar, mas não, porque eu invento mil e uma histórias para mim (VENDRAAMINI, 2015).

Aqui, mais uma vez, Aparecida Vendramini se coloca como sendo a responsável pela sua construção enquanto sujeito. Muito embora reconheça que devesse ser “mais preocupada com a aparência”, com o “feminino” – associando assim feminilidade ao cuidado com a aparência pessoal – as atividades que faz, viagens, estudo de línguas, lhe parecem mais importantes. Aparecida parte de uma noção de feminilidade ligada aos cuidados com a beleza, com os cuidados com o corpo e com a aparência.

Ao falar em resgate de seu lado “feminino”, pensamos justamente no cerne das críticas às tradicionais relações de gênero, na concepção de gênero entendido como algo construído, como uma diferenciação produzida entre homens e mulheres que não remete ao biológico e sim ao social, ao cultural, ao histórico, algo que pode ser resgatado, aprendido, deslocado, por ser produzido e reproduzido. Então cabe aqui não entender as relações de gênero com base em diferenças naturalizadas entre homens e mulheres, mas problematizar como é construída essa diferença que possibilita a uma mulher, hoje, falar em resgate do “meu feminino”.

Joana Darc, que também era professora e participou da Associação das Donas de Casa de Toledo, hoje aposentada e militante do PT, direcionou sua narrativa logo de início, após uma breve introdução, para sua atuação na Associação de Donas de Casa de Toledo e, depois, para a sua participação em outros movimentos sociais, no sindicato e no partido:

Então, a primeira atuação que eu tive no movimento de mulheres em Toledo foi na Associação das Donas de Casa, isso estava atuando na escola como regente de classe e as funções de mãe que a gente teve e aí depois de aposentada eu fui para a APP sindicato como dirigente sindical do movimento de mulheres e participei da Marcha Mundial das Mulheres também, e no Fórum Social em Porto Alegre a gente já atuou bastante lá, fazendo oficinas, fazendo passeatas, fazendo encontros durante, eram quatro dias na época e

hoje o Fórum é descentralizado. E eu atuei dez anos como dirigente sindical e atuei no movimento de combate ao racismo, pela igualdade racial e a gente enfatizou bastante ali, eu me dediquei bastante à questão da mulher negra, que é diferente da mulher branca né, é outro capítulo da história de mulheres, as mulheres negras pelo que passaram e ainda passam. Então, o que eu tinha que dizer logo na minha atuação como militante política e social de Toledo foi na Associação das Donas de Casa e depois como dirigente do sindicato e eu não parei ainda, eu ainda tenho uma militância no partido, eu faço parte do executivo como uma ação política no PT e essa é a minha atuação (SILVA, 2015).

Neste trecho, Joana busca enfatizar a sua atuação, sua “militância social e política”. Diferente das outras mulheres, Joana expressa mais nitidamente uma preocupação em enfatizar em sua narrativa a sua militância. Neste trecho, ela busca resumir a sua vida. De certo modo, Joana engloba diferentes esferas da sua vida, tanto a profissional, política, social e pessoal, por mais que essa última apareça como pano de fundo.

Só depois de falar da sua atuação política, Joana fala da vida escolar e acadêmica:

Agora a minha infância é outro capítulo que tem história muito longa também. Eu estudei na escola pública sempre, só na faculdade que não existia faculdade pública na época, nos anos setenta, então eu me esforcei muito e foi uma luta muito grande para mim me formar na faculdade lá em Minas Gerais, eu me formei em História e eu fiz uma pós-graduação depois de aposentada aqui em Cascavel da cultura afro-brasileira e Indígena. Por isso que você vê aqui os meus enfeites da questão indígena e da questão negra, e faço palestra nas escolas, nas faculdades. Quando eu viajo, que as pessoas me conhecem lá aonde eu vou, porque eu atuo não só em Toledo, mas em outros lugares né, eu participo de debates em rádios e TV e congressos, em palestras para secundaristas nas escolas também, as pessoas me convidam para ir e gente não pode parar (SILVA, 2015).

Joana, também dá destaque para a sua vida pública assim como Maria Cecília, Rosali Campos e Simone Ferrari, mas em seu caso a narrativa busca mais uma imagem de militância que permeia o seu presente. Como as outras mulheres, com exceção de Aparecida Vendramini, Joana Darc também não fala muito da sua vida pessoal, familiar.

Em comum nas falas das nossas entrevistadas, está o protagonismo a que se colocam diante da sua narrativa de vida. Todas procuram demonstrar a sua atuação profissional de forma consciente. São mulheres atuantes, cada qual em suas respectivas profissões, que, em sua maioria, construiu narrativas que priorizaram a vida profissional em detrimento da vida particular.

3.3 “ERA UMA UNIÃO DE FORÇAS”: PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO NO CMCFT E NO CMDM

Neste tópico buscamos perceber como as mulheres entrevistadas rememoram sua participação e atuação no Conselho Municipal da Condição Feminina e/ou no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; como dão significados a essas experiências; e como avaliam a atuação dos conselhos. Isso também nos permite analisar o CMCFT e o CMDM por diferentes olhares, possibilitados pelas suas narrativas.

Como bem analisa Alessandro Portelli: “A história oral e as memórias [...] não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim, um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias” (PORTELLI, 1992, p.17).

As mulheres entrevistadas por nós, falaram da sua participação no conselho tanto na parte inicial das suas entrevistas, quando não fizemos interferências, como na parte final quando direcionamos as perguntas: primeiro como parte do enredo de suas vidas e depois como resposta a sua participação no conselho.

Na entrevista de Maria Cecília, ela busca dar sentido a sua trajetória dentro do conselho. Como já falamos, Maria Cecília participou da primeira composição do CMCFT em 1985. Neste ano ela trabalhou na prefeitura de Toledo, na assessoria de comunicação da cidade, e seu esposo ainda trabalhava no jornal Correio de Toledo, sendo que sua sogra era vice-prefeita da cidade. Jornalista, Maria Cecília era a representante da Associação Toledana de Imprensa no conselho, e responsável pelas publicações e divulgação das atividades do CMCFT.

Ao falar da criação do CMCFT, ainda na primeira parte da entrevista, Maria Cecília, primeiro expõe o cenário político do Brasil e de Toledo, procurando, assim, contextualizar o momento político vivido, caracterizado também pelas reivindicações por maior participação política:

Em 82, significou uma mudança muito importante em todo país. No Paraná também, a nível de Estado ganhou o governador pai do Beto Richa, que era o Jose Richa, foi uma vitória bastante grande, uma virada, assim, política. Então havia uma efervescência no país de grande participação política, as administrações municipais, o próprio Corazza vinha com a proposta que chamava de “Comunidade no Poder”, estimular a participação, organização da sociedade, as associações de moradores. Se criou aqui um conselho comunitário, que eram todas as entidades, organizavam, participavam de conselhos, discutiam orçamentos que não eram orçamentos participativos, mas já era uma forma parecida, a gestão do orçamento, as instituições e entidades e levavam suas sugestões, para ver de que forma se aplicaria os recursos públicos. Então foi um momento de referência grande e... E por

consequência disso, em 85 foi criado o Conselho [CMCFT] (FERREIRA, 2014).

A entrevistada se refere a um cenário político-social que teria favorecido a criação do CMCFT de Toledo. Primeiramente, ela faz alusão ao processo de redemocratização do Brasil, de participação política e de mobilização popular, depois fala do governo do então governador do Paraná, José Richa do PMDB, e, por último, da administração do prefeito Albino Corazza, também do PMDB, e suas propostas de governo.

Maria Cecília não faz menção aos outros movimentos de mulheres que estavam ocorrendo em Toledo nos anos anteriores ao de criação conselho, como a Associação das Donas de Casa de Toledo, ou movimentos de mulheres no Brasil e no Paraná, não contextualizando o momento no qual surge o CMCFT, ou inserindo-o num contexto maior de mobilização política no Brasil, no Estado e em Toledo.

A fala de Maria Cecília Ferreira também destaca como principal papel do CMCFT de Toledo o de organizar as mulheres, e de constituir um espaço político e institucional para elas no município:

O principal da atuação era essa questão da organização das mulheres de ter um espaço político, institucional para que a gente pudesse se expressar e buscar fazer com que mais mulheres se somassem às lutas e às atividades e participassem de organizar, de trazer a mulher à participação e fazer com que ela compreendesse até o papel dela que não é só ficar, né... Claro que naquela época já não era como na época da minha mãe, das gerações passadas, muitas mulheres já trabalhavam, tinham profissões (FERREIRA, 2014).

Ao falar do papel do conselho na mudança de compreensão acerca dos papéis sociais das mulheres, Maria Cecília reconhece um processo, já em curso, de emancipação feminina, que as diferenciaria de gerações anteriores, sobretudo em relação à autonomia financeira e profissional. No caso, ela lembra a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Maria Cecília apresenta a relevância do CMCFT a partir de seu papel político na luta pela emancipação das mulheres, de modificar concepções de gênero que associavam às mulheres os papéis sociais ligados ao universo doméstico.

Em muitas propostas apresentadas nos eventos promovidos pelo CMCFT aparecia a necessidade de creches para os filhos das mulheres participantes. Muitas estavam sendo inseridas no mercado de trabalho, no comércio, nas novas fábricas, exercendo também a função de empregadas domésticas, trabalhadoras do campo, mas ainda faltava infraestrutura na cidade que facilitasse ou mesmo possibilitasse o trabalho feminino fora do espaço doméstico. Mesmo

tendo maior inserção no mercado de trabalho, a responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos ainda recaía quase que exclusivamente sobre elas.

Como vimos em capítulo anterior: não que as ações do CMCFT não tivessem como objetivo maior participação política das mulheres, mas as mulheres que participaram de seus encontros, no momento inicial, não reivindicavam apenas participação política. Elas também estavam lutando por direitos sociais, pela quebra de padrões sociais estabelecidos às mulheres. Muitas delas não sabiam muito sobre discussões feitas pelos feminismos, mas o faziam na prática.

Essas lutas por direitos são apresentadas na narrativa de Maria Cecília:

Naquela época, era aquela ideia ainda de as mulheres estarem organizadas para lutarem por algumas conquistas que eram muito básicas, a luta por creches, a saúde da mulher que era bastante forte nos eventos se tratava bastante disso, de se ter um tratamento diferenciado por causa do biológico mesmo, por causa da gente ter filhos, amamentar, enfim ter uma fisiologia diferente, ter câncer de mama. Então, era um modo diferente de ver as coisas (FERREIRA, 2014).

Neste trecho da entrevista, há uma tentativa de atribuir sentido às pautas apresentadas pelo conselho na época. Maria Cecília busca contextualizar, e até mesmo, historicizar as lutas das mulheres em Toledo ligadas ao Conselho, vendo diferenças em relação ao período atual e inicial.

Logo depois, a entrevistada fala da importância do processo vivido pelo Conselho, desde sua criação, de como houve transformações em relação às reivindicações das mulheres, até mesmo em relação a períodos bem anteriores:

Hoje eu tenho uma compreensão bastante diferente né, uma visão mais ampla da própria compreensão daquele momento histórico, mas de como foi importante aquela organização e foi fundamental que as mulheres se organizassem, foram os embriões de toda essa luta. As coisas não se dão por um estalo, é tudo uma construção histórica e mesmo antes de haver os Conselhos dos direitos da Mulher a gente teve aí as lutas das mulheres do movimento sindical, das greves anteriores a isso, daquelas que lutaram pelo voto feminino (FERREIRA, 2014).

A entrevista foi feita quase trinta anos depois do início de sua atuação no conselho. A consciência de que o passar dos anos mudou a forma como ela analisa a atuação do CMCFT, demonstra uma concepção da história como processo, e de que esse tempo teria lhe proporcionado um distanciamento que lhe permitiu concatenar o momento vivido à toda uma

história de luta pelos direitos das mulheres, passando pela luta em defesa do voto feminino, pela participação em sindicatos, à criação de um órgão político e institucional específico para as mulheres.

Também perguntamos à Maria Cecília se na década de 1980 ela tinha tido algum envolvimento com as lutas feministas, e se isso tinha algum reflexo no conselho. Ela comentou sobre a dificuldade de se assumir feminista naquele momento em razão da discriminação sofrida pelo grupo, por não haver uma compreensão, até mesmo por parte dela, do que seria feminismo:

Tinha muito aquela coisa da militância, uma militância que não era, é.. Até a gente não se assumia feminista, era uma coisa até... Meio... Sofria discriminação, se dissesse. As pessoas não entendiam o que era, eu acho que nem a gente compreendia o que era o feminismo. Tinha muita aquela ideia de um grupo radical, de negócio de queimar sutiã, não sei o que... É como a mídia hoje usa alguns memes⁸⁷, que vão sendo reproduzidos, como a gente viu na campanha do ódio do “bolivarianismo, comunismo”, umas coisas que são ridículas, mas que para o conjunto maior da população isso pega e acaba sendo reproduzido. Então, da mesma forma, mas é claro que em menor grau, não tinha essa questão de ódio, não era uma questão assim, mas havia um preconceito. (FERREIRA, 2014).

As próprias reticências, ao falar do assunto, demonstram a complexidade da questão, de como era difícil se identificar como feminista naquele contexto. Maria Cecília remete isto às incompreensões em relação às feministas, aos preconceitos que, inclusive, a imprensa contribuiu para difundir. Nos próprios grupos de esquerda do Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, o feminismo enfrentou obstáculos, como observa a historiadora Rachel Soihet:

De um lado, enfrentou o feminismo aqui instaurando a oposição ao governo que via com desconfiança qualquer forma de organização da sociedade, de outro, dos grupos de esquerda que consideravam que a luta deveria se polarizar contra o governo autoritário e a desigualdade de classes vigente, além de inúmeros desses grupos considerarem o feminismo como um fenômeno burguês. (SOIHET, 2012, p.34).

A historiadora Joana Maria Pedro também expõe tais divergências:

As feministas eram constantemente criticadas por organizações e militantes de esquerda. Os partidos políticos que estavam na clandestinidade, por exemplo, estranharam a emergência do novo feminismo, achavam ‘um

⁸⁷ “Meme” é uma palavra de origem grega que significa imitação. Hoje, a palavra “meme” é utilizada para qualificar uma informação ou uma “piada”, uma brincadeira que se espalhe rapidamente na internet. Os memes podem ser algumas montagens, fotos, desenhos com ou sem frases, que façam alusão a algum conteúdo.

absurdo' que os grupos feministas pudessem atuar como um movimento autônomo. (PEDRO, 2012, p.252).

No trecho da entrevista de Maria Cecília, citado anteriormente, ela se utiliza de exemplos de sua própria profissão, o jornalismo, ao se referir aos memes utilizados pela mídia, e de sua perspectiva em relação à recente campanha eleitoral para presidência do Brasil, para melhor explicar como a mídia tem um papel na disseminação de discriminações.

Assim, ela dá um exemplo atual para falar sobre a forma como era pensado o feminismo nas décadas de 1970 e 1980 pelos grupos de esquerda, dos quais ela fazia parte e que tinham muito preconceito sobre o tema.

O exemplo que ela traz se trata da disputa política presidencial no Brasil durante o ano de 2014. A campanha foi marcada por fortes ataques dos principais partidos políticos em disputa - Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) -, e por manifestações contrárias ao sistema de governo da Bolívia e de Cuba, que foram vistas nas redes sociais e também na mídia.

Maria Cecília usa os ataques contrários ao PT, partido que Maria Cecília apoiou em sua trajetória política, para fazer uma associação à aversão dos movimentos de esquerda aos feminismos nos anos 1970 e 1980.

No entanto, apesar de não ter se identificado como feminista à época da Ditadura Civil-Militar, Maria Cecília expõe que foi exatamente por meio de sua profissão e da participação em eventos que teve a oportunidade de, mais tarde, conhecer mais sobre isso. E cita como exemplo, o Encontro de Mulheres Toledanas promovido pelo CMCFT:

Então, porque eu participava de muitos eventos né. Então a gente tinha, por exemplo, a Moema Viezzer que veio para cá nesse evento que a gente fez, neste encontro das trabalhadoras (I Encontro de Mulheres Toledanas, 1985) e ela esteve em outras oportunidades. E como eu era jornalista, acabava entrevistando e lia também, mas não tinha um aprofundamento grande, porque... Até por causa da década de oitenta, as comunicações eram muito precárias, hoje você tem toda essa facilidade por causa de internet (FERREIRA, 2014)

Maria Cecília atribui o seu envolvimento e conhecimento sobre os movimentos feministas à sua vida acadêmica, à sua atuação como jornalista, e afirma que não tinha tanta intimidade com as discussões nos primeiros anos do conselho. Ela também credita parte de seus conhecimentos sobre o assunto à sua atividade como jornalista e à aproximação com Moema Viezzer.

Na fala de Maria Cecília, outro aspecto pode ser abordado: novamente ela busca fazer uma comparação com os dias atuais e, com isso, expõe as dificuldades de comunicação que essas mulheres enfrentavam. O conhecimento e o intercâmbio de ideias não era tão grande como nos nossos dias.

Moema esteve algumas vezes em Toledo, para participar alguns eventos promovidos pelo conselho, contribuindo também com materiais que trazia para as mulheres da entidade. Segundo ela: “Sempre que podia eu mandava materiais para cá, trazia também quando vinha os folhetos, publicações e tudo que a gente tinha não só produzido por nós, mas o que mais facilmente chegava lá em São Paulo trazia para cá. Então, o pessoal aproveitou bastante, né.” (VIEZZER, 2015).

Já Rosali Campos, que também participou da primeira fase do conselho como representante do Departamento Feminino do PMDB de Toledo e foi uma das integrantes da Associação de Donas de Casa de Toledo, que promovia reuniões com as mulheres desde 1975, diferente de Maria Cecília, não discorreu tanto sobre questões de funcionamento e metodologia do conselho, mas salientou a busca dos direitos das mulheres como sendo o foco norteador da entidade.

Tanto Rosali quanto Maria Cecília buscaram inserir o conselho no contexto político da época. Rosali relacionou o surgimento e a atuação do CMCFT à elaboração da Constituinte. Neste aspecto, enfatizou a “união de forças” das mulheres ao discutirem questões importantes para a elaboração da nova Constituição. Em razão deste contexto, frisa a importância do Conselho para as “questões de direitos” das mulheres:

Era uma união de forças, então aí se levava, por exemplo, para as entidades que elas representavam, se levavam as ideias e se discutiam as programações a serem feitas, ou na Semana da Mulher ou em outras ocasiões que tivesse algum evento, que sempre se colocasse essas questões dos direitos das mulheres, até porque nesse período todo, [19]88, a Constituinte, foi elaborada a nova constituição. [...] Mas, então, o Conselho sempre esteve ligado com estas questões de direitos, na questão da Delegacia da Mulher, nos casos da violência, na questão das creches, na questão do envolvimento das leis que protegem as mulheres. Também se voltava para aqueles primeiros casamentos humanitários que foram feitos, porque realmente se via que muitas mulheres não tinham uma estabilidade, na relação delas, não eram casadas, não tinham estabilidade nenhuma. Então muitas vezes elas não tinham documentos, tinha que ir atrás de documentos, não registravam os filhos, toda essa questão é muito complicada (CAMPOS, 2015).

Rosali ainda comenta sobre as dificuldades em conciliar a atuação no conselho com os afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Neste aspecto, sua fala é permeada também por questões de gênero que envolvem papéis sociais (marido/pai e esposa/mãe) e o relacionamento entre marido e mulher. Ela não falou somente da sua participação no conselho, mas adentrou em questões de gênero na própria família ao mencionar essa participação na entrevista:

Entrevistadora: E quanto à receptividade dos maridos, dos esposos, dos rapazes, como eles viam as mulheres que participavam do Conselho?

Rosali Campos: A gente, por exemplo, mesmo que você tem, no caso o meu esposo foi deputado, foi político, mas sempre aquilo que vem da infância deles, lá da família deles, de que o homem é que comandava tudo, ele sempre se restringiu um pouco. Por exemplo, no momento em que você sai de casa de noite pra uma reunião, um compromisso fora de casa, você tem o compromisso de deixar tudo organizado na casa pra que não haja problema nenhum. O homem não, ele tem uma reunião, eles saem e pronto, a mulher é que se vira pra organizar as coisas. Então, nesse sentido, a gente sentia muito o desgaste, que nós mulheres tínhamos na participação, você tem sempre uma dupla jornada, ao mesmo tempo em que cuida casa... O homem já não. (CAMPOS, 2015).

Rosali busca exemplos de sua vida pessoal na época (como se davam as relações de gênero na família em relação à distribuição de atividades da casa e dos cuidados com os filhos) para explicar suas próprias dificuldades em participar no Conselho. Rosali aponta que a participação das mulheres nas reuniões e atividades do Conselho demandava um esforço para poderem conciliar tais atividades com aquilo que se esperava que fizessem em casa, como o trabalho doméstico e o cuidado para com os filhos.

Essa percepção da entrevistada sobre aquele momento é também construída a partir do momento atual, da distribuição das tarefas no universo doméstico entre homens e mulheres. Sua narrativa deve ser considerada como uma memória construída a partir do presente, em que também aparecem avaliações sobre a própria educação diferenciada dos homens e mulheres, quando cita, por exemplo, a educação do marido quando era criança.

Na sequência, Rosali avalia que muitas mulheres não continuaram a participar de atividades do conselho porque esbarravam em diversos problemas em suas casas, como intransigência do marido em relação àquela participação; falta de compreensão e de interlocução a respeito no universo doméstico; não divisão das tarefas domésticas:

Eu vi que muitas mulheres, elas não vinham participar ativamente por causa dessa questão, de o marido não aceitar, teve a questão de elas chegarem em casa e não terem ninguém para discutir ou levar mudanças na vida, no relacionamento, na divisão das tarefas domésticas (CAMPOS, 2015).

Neste aspecto, ao continuar sua fala, Rosali avalia ter havido uma melhora nos dias de hoje:

Hoje a gente não conhece isso, a nova geração que está vindo, a de vocês, eu acho que os rapazes, os jovens que vão se casar, eles já são mais acessíveis na questão de tarefas domésticas de cuidar dos filhos, de trocar fraldas... Na minha geração era muito difícil os homens fazerem, então, por isso muitas mulheres deixaram de participar ou tiveram mais dificuldades de participação por causa dessa questão (CAMPOS, 2015).

Para falar destas relações e das dificuldades que as mulheres encontravam para participar das atividades desenvolvidas pelo conselho e pela Associação das Donas de Casa, Rosali não usa termos como machismo, desigualdade, mas expõe que houve muitas dificuldades de os homens aceitarem que as mulheres estivessem participando na vida pública.

Eu sinto que houve uma mudança, houve muito sacrifício, houve muita gente que não entendeu, houve mulheres inclusive que abandonaram, que saíram [dizendo:] ‘não, eu não vou ficar mais na Associação’, ‘eu não vou ficar no Conselho’, ‘não vou participar mais’, ‘ou eu me separo ou vou participar’. Teve situações bem drásticas de companheiras nossas que a gente entendeu (CAMPOS, 2015).

A luta pelos direitos das mulheres e por mais participação política demandava uma batalha que começava em casa, no universo doméstico. As memórias de Rosali sobre o Conselho em sua fase inicial dão mostras desses conflitos e resistências vividos por mulheres que optaram em não mais participar de atividades do conselho. Quando perguntamos sua opinião sobre as relações entre homens e mulheres entre o período da criação do conselho até os dias de hoje, ela assim expõe:

A mudança maior que eu vejo é que há a possibilidade, tem espaço aberto pra mulher participar, ela pode estar evoluindo intelectualmente, na participação e tal, ela pessoalmente evolui porque ela vai fazer uma troca de experiências com outras pessoas e ela evolui no sentido de conhecer uma realidade (CAMPOS, 2015).

Segundo Rosali, a maior mudança entre as relações de gênero nesses anos seria a possibilidade para a mulher participar, de exercerem diferentes papéis na sociedade. Neste aspecto, Rosali faz uma autoavaliação sobre a sua própria participação em movimentos sociais,

na política partidária, na administração pública, vendo nisto um processo de “contínuo aprendizado”, que lhe trouxe “realização pessoal”:

Então, nesse sentido que eu vejo, pessoalmente, que eu considero que foi boa, foi excelente essa participação que eu tive em todas estas questões de movimentos sociais, de partidos políticos, de administração e de legislação. Nós temos que estar em contínuo aprendizado e a nossa visão de mundo também, de crítica ao que está acontecendo ou de avaliação, ela tem que mudar à medida que o tempo vai passando, mas você também tem que contribuir para aquilo. Então, se você contribui para que ela esteja vivendo hoje, no sentido de você orientar, uma orientação que você dê em relação à vacina do seu filho, que o seu filho tem que ser vacinado por isso, por isso... Ou na orientação que você dá de fazer com que esse grupo de mulheres vá fazer o preventivo de exame ginecológico, que para muitas mulheres é tabu ainda, mas você conseguir conquistar, fazer com que essas mulheres façam esse tipo de trabalho, você já se sente realizado, é a realização pessoal, porque você está ajudando (CAMPOS, 2015).

Ao perguntarmos a Rosali o que ela entendia sobre igualdade de gênero, ela expõe o que entende pelo assunto, como a sua opinião sobre o tema:

Entrevistadora: Para a senhora, o que é igualdade de gênero?

Rosali Campos: Igualdade de gênero é você ter uma vivência com direitos e deveres condizentes ao ser humano e estejam no mesmo patamar. Digo direitos e deveres porque às vezes a gente encontrou nesta trajetória mulheres que só buscavam seus direitos, mas aí fugiam de seus deveres, quer dizer, aqueles deveres que a gente acha que são condizentes e você aprende na escola, na família e tal. Então, eu acho que equidade de gênero é isso, mulher e o homem receber o mesmo salário, mas terem também na vida da sociedade uma aceitação de que tudo é possível. Hoje a própria Igreja está permitindo que as mulheres sejam ministras, eu digo, a Igreja Católica, as pastoras nas outras Igrejas Evangélicas já estão se sobressaindo também, isso é igualdade de gênero, equidade de gênero é você estar em todas as instâncias, você vai na agricultura, vai em uma reunião, na assembleia de uma cooperativa hoje e você vê muitas mulheres participando (CAMPOS, 2015).

Aqui também a entrevistada aproxima a questão da igualdade de gênero à palavra “participação” relacionada às mulheres. Também aqui seu entendimento sobre relações de gênero está ligado à sua experiência de atuação político-social. Como podemos notar, a narrativa de vida de Rosali é construída a partir de suas experiências pessoais e profissionais, envolvendo aqui também as relacionadas à sua atuação no espaço público político. Essa versão de história de vida, que ressalta a participação ativa em assuntos comunitários e a disposição de ajudar outras pessoas, é um componente importante do “senso de identidade” construído por Rosali por meio da entrevista.

Quando foi vice-prefeita, vereadora, ou quando trabalhou com seu esposo, que também fez carreira na vida política, Rosali acumulou experiências político-partidárias e administrativas, fazendo também com que sua perspectiva de igualdade de gênero ressaltasse o papel das políticas públicas e de entidades como o Conselho Estadual da Mulher e do CMCFT.

Sua entrevista partiu das relações que ela estabeleceu durante todos esses anos, das intencionalidades e expectativas que ela tinha ao conceder a entrevista, para construir, ao longo da narrativa, um “senso de identidade”. Como bem analisa a professora de literatura e estudiosa do feminismo político e da história oral, Daphne Patai:

O ato de contar uma história de vida envolve uma racionalização do passado conforme ele é projetado e levado a um presente inevitável. E, de fato, uma versão especial da história de vida de alguém pode tornar-se um componente essencial do senso de identidade em um dado momento. Do imenso depósito de memórias e reações possíveis evocadas pela situação de entrevista, o entrevistado seleciona e organiza certos temas, episódios e lembranças, então comunicados de maneira particular. Sem dúvida, a memória em si é gerada e estruturada de maneira específica, em função da oportunidade de contar uma história de vida e das circunstâncias em que isso acontece. Em outro momento da vida, ou diante de outro interlocutor, é provável que surja uma história bem diferente, com ênfases diferentes (PATAI, 2010, p.30).

Aparecida Vendramini, professora que participou como conselheira do CMCFT em seus primeiros anos, fala sobre o conselho apenas na segunda parte da sua entrevista, quando direcionamos para esta questão. Diferente das falas de Rosali Campos e da Maria Cecília, Aparecida não aborda tanto questões políticas, a não ser quando se refere ao seu envolvimento com um grupo de discussões entre as professoras sobre a teologia da libertação, no momento de criação do CMCFT:

Entrevistadora: Sobre o CMCFT, o que te motivou a participar do conselho naquela época, em 1985?

Aparecida Vendramini: Naquela época eu fui convidada e nós tínhamos um grupo de amigas que trabalhavam na escola João Cândido Ferreira. Eu trabalhei com a primeira, a quarta, também aqui no Estado do Paraná, fiz o primeiro concurso e fiquei um ano, eu dei aula na terceira e um ano na quarta série. [...] Então formamos um grupo de pensadores e aí trazíamos pessoas de fora que já faziam mestrado e trabalhavam com a teologia da libertação para fazer os cursos conosco, com o pessoal que trabalhava lá dentro. A gente tinha uma hora de estudos toda manhã antes de abrir e aí a gente fez um trabalho de abertura e depois fizemos um trabalho com as escolas, até que esse trabalho se tornou tão grande e que acabou achando que a gente queria outra coisa, que era comunismo e não sei mais o que, e aí nós fomos cortadas e convidadas a nos retirar e o trabalho terminou e dentro desse momento apareceu, entre todas as coisas maravilhosas que apareceu, porque as pessoas que se foram... Nós

tínhamos até um curso de formação de professores, para os professores que davam aula nas escolas multisseriadas rurais, nós tínhamos um curso de formação de professores. Mas foi um trabalho bonito, pena que eu joguei todas as revistas fora e você não vai conseguir achar. E tudo que ficou na prefeitura, por ser um trabalho muito avançado e eles taxarem de comunista, eles queimavam tudo que tinha lá, não tem acervo nenhum, não existe nenhum desse momento porque eles achavam que nós estávamos dando um golpe mili... (risos) militar não, mas um golpe em cima de uma coisa que nós queríamos na prefeitura (VENDRAMINI, 2015).

A partir de sua experiência como professora, ela percebe como houve também uma inserção de novas ideias no campo da educação. Segundo Aparecida, o conselho surgiu no bojo de outros movimentos que estavam ocorrendo em Toledo: “E daí o conselho veio dentro desse grupo todo, não tinha uma coisa separada, era integrado, era uma frente que ia levando tudo” (VENDRAMINI, 2015).

Quando perguntamos como era a participação de Aparecida dentro do conselho ela expõe que não era tão atuante:

A minha participação não era grande, eu entrei mais no conselho para ocupar, assim um espaço porque é muito difícil você formar a diretoria e às vezes você tem que ir para formar a diretoria, mas eu não tinha uma atuação brilhante, porque eu tinha muita responsabilidade dentro da área de educação.

Entrevistadora: Mas participava dos eventos e reuniões?

Aparecida Vendramini: Fazia parte sim, nossa... Todos nós íamos aos eventos (VENDRAMINI, 2015).

Diferente da entrevista de Rosali Campos, em que aponta ter havido casos de mulheres cujos maridos não entendiam sua participação nas atividades do CMCFT, Aparecida não sentiu resistências:

Era um trabalho bem feito, junto, e não sentíamos porque os homens também iam pra participar.

Entrevistadora: Então, havia pouca resistência?

Aparecida Vendramini: Eu não senti, porque nós éramos todas mulheres e era só eu que não era casada. Por exemplo, as minhas colegas eram casadas e elas vinham de manhã, tarde, noite e nós ficávamos às vezes fazendo um trabalho até meia noite, uma hora da manhã. Todo mundo estava lá, eles dormiam lá, ficam no centro social urbano três, quatro dias e os maridos delas sabiam que elas estavam trabalhando e que elas iam evoluir, porque era um trabalho muito conjunto (VENDRAMINI, 2015).

Assim como fizemos com as outras mulheres entrevistadas, perguntamos para Aparecida se ela tinha conhecimento sobre os movimentos feministas da época, e se tinha

alguma leitura sobre o tema durante aquele período. Ela destaca o papel da televisão e de revistas como Claudia:

Sim, a gente ouvia tudo, a gente assistia a Rede Mulher, assistia a... A televisão mostrava muito, tinha a Marta Suplicy, tinha a Carmem Silva que escrevia na Claudia que falava sobre... Nossa, e todo mundo falava sobre tudo. Porque quando é tempo de crise que a tua liberdade fica cerceada, então você busca uma outra coisa. Se estiver uma liberdade você... Se você cria um filho com a liberdade cerceada não vai ter nada ali, os limites que nos colocam parecem que faz com que a gente crie, não sei parece que a crise é muito boa (risos). Não que eu queira que volte o governo militar, Deus que me perdoe, foi essa época, mas era uma época de efervescência, veja as músicas e tudo que tinha (VENDRAMINI, 2015).

A década de 1980 foi marcada por uma maior inserção dos debates feministas na esfera pública no Brasil. Durante este período, diferentes meios midiáticos buscaram, cada qual a sua maneira, fazer parte deste debate, por mais que a noção sobre feminismo ainda fosse deturpada.

As produções que tinham mulheres como tema e protagonistas aumentaram significativamente, como apresentado pelo Centro Feminista e de Assessoria (CFEMEA): “Entre os anos de 1979 a 1990, quando o movimento se voltava para ações contraculturais, (movimento feminista) a TV brasileira exibia programas como, por exemplo, ‘TV Mulher’, ‘Malu Mulher’, ‘Delegacia da Mulher’, e ‘Quem ama não mata’”(BRAZÃO, OLIVEIRA, 2010, p. 22)⁸⁸.

Percebe-se que para Aparecida o feminismo significava “abertura de visão de mundo” das mulheres, “autoconhecimento”, “mudança de comportamento”, protagonismo feminino, ao falar do ‘papel das mulheres’. Para isso teriam contribuído os meios de comunicação e também as próprias palestras promovidas pelo CMCFT. Esse conselho teria tido esse papel de abrir a visão de mundo das mulheres, de fazê-las conscientes de sua posição:

Entrevistadora: E no conselho, eram trabalhadas essas questões feministas?
Aparecida Vendramini: Eram. Todas as palestras, todos os... Que as conferências eram tudo nesse sentido de abertura, de visão de mundo, de mudança de comportamento, de autoconhecimento, da importância do autoconhecimento, mas também de um outro conhecimento universal das mulheres, do papel das mulheres... (VENDRAMINI, 2015).

⁸⁸BRAZÃO, Analba; OLIVEIRA, Guacira Cesar (Org). **Violência contra as mulheres** - Uma história contada em décadas de lutas. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund., 2010, p 22.

Aparecida demonstra uma percepção sobre as relações de gênero que é pautada nessas visões sobre desigualdades entre os sexos.

Nas entrevistas, as mulheres participantes do CMCFT valorizaram as ações dessa instituição, ressaltando a sua importância para o despertar de uma consciência acerca de problemas ligados às desigualdades entre gêneros, e em relação aos direitos das mulheres. Já nas falas das mulheres que participaram do novo conselho, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, pudemos perceber que as questões apresentadas são diferentes, até por conta do momento histórico e da visibilidade do próprio conselho no município.

Como mencionamos no segundo capítulo, foi em 2007 que o conselho começou a ser reorganizado, sendo revitalizado em 2008. Das mulheres que participaram nesta segunda fase, entrevistamos Simone Ferrari, que foi presidente do órgão de 2008 a 2012; Maria Cecília Ferreira, representante da Secretaria de Políticas para Mulheres dentro do conselho de 2013 até 2014; e Miraci Gazzoni, presidente do conselho de 2013 até hoje.

Simone Ferrari, assistente social que foi presidente do conselho entre os anos de 2008 até 2012, em vez de falar das condições sociais e políticas nas quais foram retomadas as atividades do Conselho, procura enfatizar o seu papel na implementação de políticas públicas. Neste aspecto, ela traça um perfil mais técnico para si, ao falar de sua gestão na Secretaria da Mulher:

Quando nós fomos trabalhar na Secretaria da Mulher de Toledo, nós nos deparamos com uma estrutura que foi criada por lei, estruturada por decreto, mas do ponto de vista de gestão regimental, não tinha nada. Uma Secretaria que foi criada, mas não tinha um endereço, não tinha uma estrutura física, não tinha móveis, não tinha equipamento, não tinha sistema e não tinha funcionários, tinha uma secretaria e uma lei instituindo uma secretaria e nós não tínhamos nem o orçamento, quando nós fomos lá. [...] A partir disso a gente começou a estruturar tudo, organizar tudo. A Secretaria, ela começou a se estruturar aos poucos, foi se estruturando, começamos a organizar móveis, a buscar parcerias com o governo federal para poder estruturar, começou-se, então, a chamar advogados, a chamar uma outra assistente social para cargo de comissão, e começou a se dar um formato, isso em 2005, quando ela foi estruturada e depois em 2009. [...] Eu ainda estava na Secretaria de Assistência e nós começamos a dar estrutura e apoio a criar o Conselho da Mulher no município que laaaaá... Não me recordo em que época ele já existia e ele era da Condição Feminina e Toledo tinha um movimento muito forte na ocasião, dos movimentos populares, aliás, Toledo tem essa característica dos movimentos populares da organização popular e digo, assim, Toledo é... A comunidade, a cidade em si é da forma como ela é, porque ela tem a sua comunidade organizada e claro depois com as universidades e com toda a questão do desenvolvimento deu um *boom*, mas essa organização comunitária, ela é forte na cidade, a cidade começou colonizada com isso. Então, as pessoas têm interesse na cidade, isso também facilita quando elas enxergam que tem uma

proposta e que aquilo vai bem para a cidade e, então, elas se engajam (FERRARI, 2015).

Simone narra seu engajamento no processo de criação e de reestruturação do conselho, afirmando, ao mesmo tempo, a existência de um coletivo muito participativo em Toledo. Ela traça uma continuidade entre o primeiro momento, o do CMCFT, e o posterior, do CMDM. Ela associa também a criação do CMCFT à uma fase de forte atuação de “movimentos populares”. E, além disso, atribui uma interpretação muito singular aos fatos, ao associar a emergência desses movimentos populares, de organização popular, com a história da colonização da cidade.

Para ela, a “organização comunitária” estaria presente já nos primeiros tempos de fundação da cidade. Como já pontuamos, Simone é a única das entrevistadas que nasceu em Toledo. Sua família se mudou para Toledo quando o local ainda estava em processo de consolidação municipal.

Essa visão sobre o “espírito comunitário” foi desenvolvida ao longo da história e especialmente ressaltada nos anos 1980, com o “Projeto História”, desenvolvido no governo do então prefeito Albino Corazza, que buscava construir uma identidade para cidade com base em uma memória sobre a colonização. Essas questões são analisadas pelo historiador Jiani Fernando Langaro em sua tese sobre as memórias públicas construídas na cidade de Toledo:

Na década de 1950, o ‘pioneiro’ surgiu como o ‘herói’ do processo de ‘colonização’ que já despontava como um marco fundante de um novo tempo em que a floresta teria dado lugar à ‘civilização’. Entretanto, esse movimento de construir memórias era deveras diferente daquele verificado na sociedade local, a partir da década de 1980 (LANGARO, 2012, p.185)

Na fala de Simone, como na fala de Aparecida Vendramini, a ideia de comunidade associada ao município de Toledo, é muito presente. Simone enfatiza a forma como as pessoas da cidade se relacionariam umas com as outras, afirmando esse modo de convivência como algo que começou quando a cidade estava em seu processo de formação, ou seja, ainda nas décadas de 1940 e 1950.

Porém, apesar de retratar a participação em movimentos sociais como algo muito próprio da cidade, quando perguntamos sobre a receptividade do Conselho pelos toledanos, Simone relativiza, ao falar especificamente das relações de gênero:

Entrevistadora: Como se dava a recepção das pessoas diante das ações do Conselho, tanto por parte dos homens, assim como por parte das mulheres?

Simone Ferrari: Toledo é muito machista, Toledo é muito machista e, assim, a Secretaria e o Conselho tinham muita dificuldade de estruturar as políticas e as ações, porque nós encontramos várias barreiras, entre elas, muitos contrários às ações e dizendo que mulher tem que ficar em casa mesmo, tinha que ficar lavando, passando e que se ela fosse e fizesse alguma coisa, tinha que apanhar mesmo, porque eram muito malandras. Então os homens manifestavam isso e a nossa estrutura ali, o Conselho, então... Com a sociedade, a gente encontrava um certo apoio, as mulheres. [...] Toledo é muito machista, mas as mulheres tinham uma percepção e uma aceitação muito grande e colaboravam com todas as campanhas. As campanhas, as ações os programas eram sempre um sucesso, era uma coisa, assim, fantástica e até na época nós instituímos o casamento coletivo... Pra que casar as pessoas, o casamento tem todo um significado, né. Além, de tudo, era uma questão de cidadania para a própria mulher que desejava aquilo, uma organização de vida, era uma questão de empoderamento que por várias condições não o fez (FERRARI, 2015).

A ideia positiva da cidade, caracterizada em sua fala pela participação popular, se desfaz quando Simone passa a falar da atuação do Conselho, das relações de gênero no município e do machismo ali existente. Em meio a esse relato acerca das resistências que havia em relação às atividades do conselho, Simone se refere ao sucesso das ações do órgão: “eram sempre um sucesso, era uma coisa, assim, fantástica”.

Se havia a necessidade de um conselho exclusivo para as mulheres, fica evidente que as relações de gênero eram conflitantes, e que havia demanda para a existência daquele órgão. Sua criação e revigoração demonstram a emergência da participação das mulheres em busca de direitos. Esta busca foi intensificada nas últimas décadas, de 1980, 1990 e 2000, principalmente no Brasil, como bem coloca Margareth Rago:

As mulheres passaram a participar de todos os campos da vida social e política: seus temas foram levados aos sindicatos, às centrais de trabalhadores, aos partidos políticos, aos coletivos e às universidades, e criaram-se instituições especificamente voltadas para as questões femininas e, posteriormente, para as de gênero. Evidentemente, são muitos os problemas que emergem a partir de então, mas, sem dúvida alguma, a visibilidade que a “questão feminina” ganha é um ponto de partida fundamental para qualquer diálogo ou negociação possíveis (RAGO, 2013, p.26).

Quando perguntada sobre a importância de se discutir as relações de gênero, Simone assim narra:

Hoje eu digo, assim, que isso não é um tema desgastado, eu digo que cada vez mais esse tema tem que ser fortalecido, discutido, debatido, ampliado, assim como outros temas, criança, idoso, da pessoa com deficiência que tem todas as suas particularidades e prioridades. Porque são áreas que se você não der

visibilidade pontual em uma política setorial, ficam invisíveis dentro da estrutura e eu digo hoje, eu como gosto da gestão, eu digo mais ainda que hoje, se não tiver as políticas que trabalhem isso, tem sim setores e essas áreas, sejam lá que vão ficar invisíveis como estão, porque é uma briga. O orçamento está curto, as demandas são grandes e as prioridades por conta da questão politicagem é maior (FERRARI, 2015).

Simone direciona a sua fala justamente para a discussão das questões de gênero para o meio institucional, sobre a importância de políticas públicas nesse sentido distanciando assim a sua fala de uma visão mais pessoal e individual da sua vida privada. Ao final da entrevista, direcionamos a nossa última pergunta para sua vida pessoal, com o intuito de discutir a questão da desigualdade de gênero:

Entrevistadora: Simone, na tua vida pessoal você percebe essa desigualdade de gênero? Já sofreu com a desigualdade de gênero?

Simone Ferrari: Com certeza, a gente percebe, a gente sempre teve uma característica muito... Expansiva, conversa, diálogo, não tenho dificuldade em conversar em dialogar, não tenho dificuldade... Pela minha característica profissional e perfil de mobilizar, de criar, de elaborar... E dizer sim ou não. Essa é uma característica da gente a vida inteira como profissional. Então, a gente tem essa facilidade, agora quando faz isso e você vê... Nunca tive pretensão política, mas as pessoas enxergam na gente esse perfil, então, ficam coagindo... Induzindo você a fazer parte de uma proposta ideológica partidária que não é o perfil, entendeu? Eu não me sinto agradável do ponto de vista partidário, eu sou do movimento de defesa do direito, da legalidade, da ação, vamos defender, mas do ponto de vista... Até porque nenhum movimento partidário me atraiu, porque não entendo que aquilo satisfaz está muito confuso, está muito turbulento, é partido para barganhar é coisas para barganha e não é o perfil. Então a gente percebe que quando a gente tem o perfil, as pessoas chegam e chegaram, pelo perfil, para poder sei lá se lançar candidato de alguma coisa para se estruturar dentro da política. E quando você diz não, você se afasta você sente que tem aí uma certa restrição, mas tranquilo, a gente leva numa boa, mas tem a dificuldade de gênero sim, uma discriminação por ser mulher ‘Ah você vai fazer’, por ser mulher (FERRARI, 2015).

Nesta parte da entrevista, Simone se diferencia de outras mulheres ligadas a partidos políticos, pois o tempo todo ressalta ser uma mulher pragmática, que focaliza a gestão de políticas públicas. Sua entrevista deixa entrever diferenças dentro do grupo de mulheres envolvidas no Conselho ou, pelo menos, do conjunto de estruturas e políticas voltadas para as mulheres de Toledo.

Simone é envolvida com a administração pública, com a execução de políticas públicas e, em sua narrativa, constrói uma autoimagem de mulher que se constituiu também por meio dessas experiências de gestão. A entrevistada fala muito a partir de “nós”, direcionando as

ações para o lado profissional. Isso esteve muito presente em sua entrevista. Simone priorizou muito mais sua atuação no trabalho, mais especificamente no conselho. Já Maria Cecília, ao falar sobre a sua participação no conselho a partir de 2012, quando ele passou a ter outra representatividade e quando a Secretaria de Atendimento à Mulher passou a se chamar Secretaria de Políticas para Mulheres, busca expressar a diferença de direcionamento dado ao conselho nesta nova fase:

Então, com o conselho a gente teve que reorganizar, não estava completamente estruturada, mas o meu objetivo era... Claro que sempre político, a atividade é política, a gente compreende isso, mas apesar de nesses últimos anos não estar ligada diretamente ao movimento de mulheres, mas a gente compreendia e acompanhava alguma coisa, e via toda essa luta... [...], mas aí o objetivo quando eu assumi, era de buscar fazer com que a secretaria tivesse uma nova orientação (FERREIRA, 2015).

Para Miraci Gazzoni, que também começou a participar do conselho em 2012, a principal diferença a partir de 2012, foi o aumento da liberdade em relação ao governo municipal:

Então, antigamente esse Conselho sempre era dominado pelo município, daí acabava que ele tinha uma... Digamos um direcionamento mais de acordo com o que o prefeito colocava. Então, hoje já não, a gente já tem uma atuação mais independente com isso (GAZZONNI, 2015).

Quando perguntamos sobre a visibilidade do conselho, Miraci assim expõe:

Pois é, para ter visibilidade nós acompanhamos tudo que é desenvolvido pela Secretaria da Mulher. Então, nós já temos um calendário de atividades distribuídas durante o ano e, então, toda vez que elas organizam um evento, nós vamos, colocamos o nosso material de divulgação e estamos presentes. Teve o outubro rosa, então, no outubro rosa nós participamos no planejamento, elaboração de algumas propostas, vimos todas as pessoas da sociedade, vários segmentos, o que as mulheres tinham interesse, qual era a finalidade delas o que elas gostariam, né. E tentamos contemplar tudo isso nesse mês do outubro rosa (GAZZONNI, 2015).

Porém na fala de Miraci, podemos observar que muitas das práticas feitas pelas conselheiras anteriores a esse período ainda foram mantidas, no entanto, a liberdade em relação ao governo municipal era maior.

Como podemos perceber, as nossas entrevistadas ao narrarem as suas vidas, e a participação e atuação no conselho o fazem de maneira singular, cada qual a partir de suas

experiências de vida e do sentido que buscam dar a elas no ato de narrar. Ao descreverem a sua infância e adolescência, as mulheres buscaram dar sentido aos seus ingressos na vida acadêmica e política a partir de momentos dessa fase de suas vidas, buscando enfatizar a importância dos estudos para a formação posterior delas. A formação acadêmica e participação política também são rememoradas de modo a inseri-las em um contexto regional e até mesmo nacional e internacional, na busca de um sentido às atividades que desenvolveram durante o CMCFT e no CMDM.

Sobre o conselho, essas mulheres buscaram recriar toda uma atmosfera política e social que clamava por mudanças e por protagonismo das mulheres. Isso ocorria, entre outras instituições, por meio do CMCFT. Elas dão a esse período uma importância muito grande não só para as suas vidas, mas também para as mulheres no município.

Em suas narrativas, as relações de gênero foram tematizadas, não somente quando eram indagadas sobre o assunto, mas nas diferentes concepções que foram apresentadas por elas: tanto quando expõem a importância da emancipação da mulher, a participação social, como quando falam dos papéis sociais impostos as mulheres, como o de “dona de casa”, de mãe, de cuidadora, que são trazidos à tona em suas falas e que, por muitas vezes, são naturalizados em suas falas. Foi isso o que nos levou a trabalhar com as suas narrativas, já que como expõe o historiador Losandro Tedeschi:

Nosso objetivo como pesquisadores(as) é entender como a trajetória desses sujeitos e como essa historicidade são absorvidas por eles, seja pelo poder da cultura, das representações ou da estrutura social na determinação das identidades de gênero. Narrar a própria história implica um processo de racionalização, na medida em que projeta o passado à inevitabilidade presente. Nesse movimento, ressurgem os erros e acertos, as motivações, construindo um inventário de descobertas e reavaliações. (TEDESCHI, 2009, p.180).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, as lutas por direitos das mulheres em Toledo se deram de formas diferentes e contam com percepções diferentes das mulheres envolvidas. Os conselhos criados na cidade estavam inseridos em conjunturas locais, regionais, do país e do exterior.

O primeiro conselho analisado por nós, o CMCFT, criado em 1985, estava inserido em um ambiente de lutas e contestação por parte das mulheres, não só em Toledo, mas também no Brasil, em meio ao processo de mobilização popular e transição democrática. Em Toledo, as mulheres buscavam por direitos, por visibilidade e inserção na “comunidade”, e tinham como pano de fundo as questões discutidas no país sobre a transição democrática e a conquista da legitimidade de direitos a serem garantidos em uma nova constituição.

Percebemos que os direitos reivindicados nesse período em Toledo seguiam pautas em nível nacional, mas também tinham suas peculiaridades, como os direitos das mulheres trabalhadoras rurais, assim como questões relativas à inserção da mulher no mercado de trabalho no espaço urbano. Nesse período, a temática que se sobressaía nas discussões e ações do Conselho eram as questões de direitos de inserção social, no mercado de trabalho, acesso a melhores condições de saúde.

No segundo momento do conselho, após a reestruturação, em 2007, quando passou a se chamar CMDM, havia uma demanda por ações em prol da defesa das mulheres, por conta do movimento de problematização de agressões contra a mulher, no contexto da criação da Lei Maria da Penha, promulgada em 2006. Nesse momento, o conselho era composto metade por representantes de setores do governo municipal e a outra parte por mulheres representantes de associações locais.

Podemos concluir que existiram muitas diferenças entre os dois períodos do conselho. Cada qual teve seus motes de reivindicação, o primeiro, na década de 1980, conseguiu obter uma maior participação de diferentes camadas da sociedade; o segundo, com a reestruturação, estava mais pautado nas novas leis criadas em defesa das mulheres e não contou com tanta participação popular. No entanto, a necessidade de criação e reestruturação do conselho mostramos a emergência da discussão sobre as desigualdades de gênero, que podem ter mudado ao longo dos anos, mas que ainda são plausíveis de discussão.

As mulheres entrevistadas por nós, que fizeram parte do conselho ou que estiveram presentes em alguma uma das discussões propostas pelo mesmo, constroem narrativas muito

positivas em relação ao período de criação do conselho em 1985, assim como em relação à sua segunda fase.

Com as suas narrativas nós temos a possibilidade de perceber o entrelaçamento das suas histórias de vida e as experiências de luta em prol dos direitos das mulheres em Toledo, percebendo conforme as suas avaliações, os avanços, e as dificuldades em relação aos conselhos.

Como já falamos na introdução, são poucos os trabalhos que têm como temáticas os conselhos da mulher em Toledo e, por conta disso, ao fazermos um trabalho sobre o tema, buscamos analisar e levantar questionamentos sobre o assunto. No entanto, ainda há questões que não foram contempladas a contento em nosso trabalho, e esperamos que ao discutirmos esse tema, possibilitemos que outros pesquisadores se interessem pela questão e contribuam com mais pontos de vista e outros olhares.

REFERÊNCIAS

1. FONTES

1.1 Impressos:

VIEZZER, Moema. **“Se me deixam falar...”**. São Paulo: Global, 1984.

_____, Moema. **O problema não está na mulher**. (Coleção biblioteca da educação. Série 3. Mulher tempo; v.2). São Paulo: Cortez, 1989.

1.2 Leis:

BRASIL. Congresso. Senado. **Lei Maria da Penha**. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 18 jan. 2016.

BRASÍLIA. **Lei de criação do Conselho Nacional da Condição Feminina**. Brasília, 29 ago. 1985.

CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA. **Informe Mulher**, nº 5, 1994.

TOLEDO, Câmara Municipal. **Regimento Interno do Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo**. Toledo, 1989.

TOLEDO. **Lei de Regimento interno do Conselho da Condição feminina**. Câmara Municipal de Toledo, 1988.

TOLEDO, Câmara Municipal. Dispõe sobre a estrutura e as atribuições dos órgãos da administração direta do Poder Executivo do Município de Toledo. 3 jan. 2005. **LEI Nº 1.886, de 3 de janeiro de 2005**. Disponível em: http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/3170_texto_integral.

TOLEDO. **Lei municipal sobre os direitos da mulher**. Câmara Municipal de Toledo, 25 de outubro de 2007.

TOLEDO, Câmara Municipal. **Lei de criação da campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra à Mulher”**. Toledo, 27 dez. 2010.

TOLEDO, Câmara Municipal. **Lei de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**. Toledo, 28 nov. 2013.

TOLEDO Câmara Municipal. **Lei de reestruturação do Conselho Municipal dos Direito da Mulher**. Toledo, 27 set. 2013.

1.3 Cartilhas e Atas:

- Conferência Municipal sobre a Saúde da mulher. Toledo, 23 ago. 86. (A. MCF).
 - I Encontro de Mulheres Toledanas. Conclusões e propostas para a constituinte. CMCF/Toledo (A.I.C).. Cascavel, ed. Assoeste, 1985.
 - Folder divulgação: I Encontro de Mulheres Toledanas. CMCF/Toledo. 1985.
 - I Encontro de Mulheres Toledanas. Prefeitura Municipal de Toledo. 1985.
- Secretária de Atendimento à Mulher. Livro registro do I Seminário de políticas para Mulheres. Toledo, dezembro de 2009.
- Secretária de Atendimento à Mulher. Livro de registro do I Encontro de Mulheres Trabalhadora Rurais de Toledo 21/09/2011. Toledo, dezembro de 2011.

1.4 Jornais:

1º Encontro das Mulheres Rurais de Toledo reúne centenas em Xaxim. **Jornal Do Oeste**. Toledo, 22 set. 2011.

Encontro de Mulheres. **O Paraná**. Toledo, 24 set. 1985.

Mulher, na frente. **Jornal Do Oeste**. Toledo, 19 a 25 jan. 1985.

Mulheres promovem evento de combate à violência. **Jornal Do Oeste**. Toledo, 21 nov. 2009.

Saúde da Mulher. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 18 ago. 1986.

Secretarias unem forças para identificar violência contra mulher. **Jornal Do Oeste**. Toledo, 05 dez. 2009.

Seminário vai deflagrar campanha contra a violência contra à mulher. **Jornal Do Oeste**. Toledo, 14 de novembro de 2009.

SOUZA, Zacarias. Essa luta é só delas? **Folha De Londrina**. Londrina, 03 mar. 1985.

Toledo reestrutura Conselho da Mulher. **Jornal Do Oeste**. Toledo, 02 nov. 2007.

1.5 Fontes orais:

Entrevistas

CAMPOS, Rosali. **Entrevista concedida a Talita Maisa Santana**. Toledo, 10 fev. 2015.

DARC, Joana. **Entrevista concedida a Talita Maisa Santana**. Toledo, 5 mar. 2015.

FERRARI, Simone. **Entrevista concedida a Talita Maisa Santana**. Toledo, 24 ma. 2016.

FERREIRA, Maria Cecília. **Entrevista concedida a Talita Maisa Santana**. Toledo, 10 nov. 2014.

GAZONI, Miraci. **Entrevista Concedida a Talita Maisa Santana**. Toledo, 31 mar. 2015.

VENDRAMINI, Aparecida. **Entrevista concedida a Talita Maisa Santana**. Toledo. 23 abr. 2015.

VIEZZER, Moema. **Entrevista concedida a Talita Maisa Santana**. Toledo, 26 fev. 2015.

2. REFERÊNCIAS DISPONÍVEIS NA INTERNET

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: <http://nacoesunidas.org/#>. Acesso em: 12 jun. 2015.

REDE MULHER: <http://www.redemulher.org.br/INICIO1.HTM>. Acesso em: 15 jul. 2015.

JORNAL GAZETA DO POVO: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/i-love-guerrilheira-sonia-bnaurjlbucfyenp08jqccab7y>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SPM: <http://www.toledo.pr.gov.br/book/export/html/13403>. Acesso em: 26 jul. 2015.

Emater: <http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/mai06/extensao.html>. Acesso em: 07 ago. 2015.

COLLAÇO, Vera; RODRIGUES, Eder Sumariva. O engajamento de Ruth Escobar nas lutas feministas: III Festival Internacional de Teatro. Urdimento - Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas. Itacorubi, Florianópolis, SC, nº21, dez. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/TALITA%20SANTANA/Downloads/4811-12980-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

Relações Sociais de Gênero e Raça. Lisboa, 2013. p 39-108. Disponível em: <http://www.coloquiointernacional.com/anais/GT11.pdf#page=18>. Acesso em: 11 jan. 2016.

COSTA, Ana Alice Alcantra. **O movimento feminista no Brasil**: dinâmicas de uma intervenção política [file:///C:/Users/TALITA%20SANTANA/Downloads/380-1204-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/TALITA%20SANTANA/Downloads/380-1204-1-PB%20(1).pdf). 2004. Acesso em: 20 dez. 2015.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha**: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 89 | 2010. 153-159. P. 157. Disponível em: <https://rccs.revues.org/3759>. Acesso em: 13 jan. 2016.

SOUZA, Suellen André de. **Leis de combate a violência contra a mulher na América Latina**: uma breve abordagem histórica. In. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social ANPHU. 27, 2013, Natal-RN. Anais. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371348947_ARQUIVO_TextoAnpuhNaturalSuellen.pdf p, 01-18.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVES, Lucir Reinaldo; BARROS, Kátia Silveira; COLLA Crislaine. Políticas públicas ao atendimento à mulher do município de Toledo, Brasil. (2005 a 2012). **Relações Sociais de Gênero e Raça**. Lisboa, p18-40, 2013.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BRAZÃO, Analba; OLIVEIRA, Guacira Cesar (Org). **Violência contra as mulheres** - Uma história contada em décadas de lutas. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. In: AMADO, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (coord). **Usos e abuso da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CAMPOS, Sabrina Masiero. **O processo de industrialização em uma fronteira agrícola: O caso de Toledo**. Toledo, 2007. 110f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. São Paulo: Difel, 1988.

CONCEIÇÃO, Olga da; LIMA, Jandir Ferreira de; RIPPEL, Ricardo; TSCHÁ, Pinto. **Transformação produtiva, urbanização, industrialização e migração no Oeste do Paraná**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. 261- 285.

CRAVO, Aléssia Costa de Araújo. **Brincadeiras e construção das identidades de gênero**. Salvador, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos das Memória**. O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP – UFC, 2012.

FARAH, Marta Ferreira. **Gênero e políticas públicas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

FREUND, Alexander. História oral como processo gerador de dados. **Tempos Históricos**. volume 17. p. 28 – 62. 2º semestre de 2013.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos VI**. Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____, Michel. **Ditos e escritos V**. Ética, sexualidade, política. 2 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 a.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GATTI, Zenaide Soares dos Santos. **“Alerta Mulher geral”**: o movimento de mulheres em Toledo (1979-1989). 1999. Dissertação (Mestrado em História). UNESP- SP/ UNICENTRO-PR.

LANGARO, Jiane Fernando. **Quando o futuro é escrito no passado**: “colonização” e pioneirismo nas memórias públicas de Toledo – PR (1950-2010). São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica-SP.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a Mulher: Da legitimação à condenação social. In: PEDRO, Maria Joana; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. P.287-312. São Paulo: Contexto, 2012.

GRELE, Ronaldo J. Pode –se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral. In: Amada, AMADO, Janaína; Ferreira, Moraes (Coord). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002.

GRONDIN, Marcelo. **O Alvorecer de Toledo**: na colonização do Oeste do Paraná (1946-1949). Marechal Cândido Rondon/PR: GERMÂNICA, 2007.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do Sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume, 2004.

JAMES, Daniel. **Doña María. História de vida, memória e identidade política**. Buenos Aires, Manantial, 2004.

MACIEL, Laura Antunes. **Produzindo notícias e histórias**: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; Maciel, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHORY, Yara Aun. (orgs). *Muitas memórias outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

MARQUES, Raquel Gislaíne dos Santos. **As lutas sociais no Brasil e a constituição do conselho municipal da condição feminina do município de Toledo/PR (1985-1995)**. Toledo, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso – Unioeste.

MELO, Hildete Pereira de; SCHUMACHER Schuma. **A segunda onda feminista no Brasil**. Mulher 500 anos atrás dos panos. Retirado do Site: <http://www.mulher500.org.br/quem-somos/> Acesso em: 20 ago. 2015.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaqué. **O processo de fundação do PMDB (1979-1980)**. IV Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP. São Paulo, 2014.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo : Ed. Letra e Voz, 2011.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo, SP : ed. Letra e Voz, 2010.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V.23, n.45. p 239-260. Julho de 2003.

_____. Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, V. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEREIRA, Lúgia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. **Revista História Oral**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 117-127. Jun. 2000.

PERIS, Alfredo Fonceca (Org.) **Estratégias de desenvolvimento regional** : Região Oeste do Paraná. Cascavel, 2003.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, p. 09- 18, ago/set. 1989.

_____ Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo : Fundação editora da UDESP,1998.

_____Michelle. Em que ponto está a história das mulheres na França? **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. V 14, 1994.

_____Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro : Paz e Terra,1988.

_____Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

_____Michelle. **Memória e identidade coletiva**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro.Vol.5, n. 10, 1992. 200-212.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas feministas e os feminismos na política**: O Conselho Nacional dos direitos da mulher (1985- 2005). Brasília, 2010. Tese (Doutorado em História) Universidade de Brasília.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Um história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michel. Memória e identidade coletiva. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro.Vol.5, n. 10, 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia dos fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, p. 59-72. 1992.

_____, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: ed. Letra e Voz, 2010.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2013.

RAMÃO, Fernanda Pamplona; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; WADI, Yonissa Marmitt. Transformações sócio-econômicas e crimes passionais: um estudo da Comarca de Toledo/PR (1954-2000). In. **XLIII Congresso da Sober** “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005. 01-20. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/719.pdf>

ROSA, Roselene Stuaní. **Delegacia de Defesa à Mulher**: um breve histórico da instituição no município de Toledo (1997-2000). 2004. 65 f. Monografia (Ciências sociais) – Centro de Ciências Humanas e sociais, UNIOESTE, Toledo. 2004.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a Gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.193-200, 2005.

_____, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada. A interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas**. Porto Alegre-RS, v. 14, n. 2. maio-ago. p. 227-249, 2014.

RIPPEL, Ricardo. **Os Encadeamentos Produtivos De Um Complexo Agroindustrial**: Um Estudo De Caso Da Frigobrás-Sadia de Toledo e das Empresas Comunitárias. Curitiba, 1995. 94f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001.

SALVATICI, Silvia. **Memórias de Gênero**: Reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, nº.1, p. 29-42, jan-jun. 2005.

SANTOS, Yumi Garcia. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. **Cadernos Pagu**, São Paulo, julho-dezembro. P.401-426, 2006.

SARTI, Cynthia Andersen. O Feminismo Brasileiro desde os anos 1970: revisando uma trajetória. **Estudos feministas**, Florianópolis, mai.- ago.p. 35-50, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral?. In: Robson Laverdi, Méri frotscher, Geni Rosa Duarte, Marcos F Freire Montysuma, Antonio Torres Montenegro (Oragnizadores) **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2012.

SCHÜTZE, Fritz. **Análise sociológica e linguística de narrativas**. Civitas, Porto Alegre, v.14, n.2, mai.-ago. 2014. p. 11-52.

SCHREINER, Davi Félix. **Cotidiano, Trabalho e Poder**: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná. Toledo- PR: Editora Toledo, 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.15, n.2, jul/dez. 1990.

SOARES, Vera. Muitas Faces do feminismo no Brasil. In: Ângela Borba, Nalu Faria, Tatau Godinho(organizadoras) **Mulher e política**: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOIHET, Raquel. **Mulheres Moldando Esteticamente suas Existências**: feminismo como alavanca para uma sociedade mais justa. Projeto História, São Paulo, n. 45, p. 29-60, Dez. 2012.

SOUZA, Sirlei de Fátima de. **Tradição x modernização no processo produtivo rural**: os Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980). Passo Fundo, 2003, 236p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Passo Fundo.

TEDESCHI, L. A. **Mulheres Camponesas da Região Noroeste do Rio Grande do Sul**: Identidades e representações sociais (1970-1990). São Leopoldo: Unisinos, 2006.

_____, Losandro A. **Limites de gênero**, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras. História Oral, Rio de Janeiro, v 12, n 1-2, p 177-2006, jan-dez. 2009,

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.